



70

SETEMBRO 2024 – DEZEMBRO 2024

Revista da Sociedade
Brasileira de Economia Política

www.revistasep.org.br

CONSELHO EDITORIAL INTERNACIONAL

ALAN FREEMAN LONDON METROPOLITAN UNIVERSITY

ALEJANDRO VALLE BAEZA UNAM

ARTURO HUERTA UNAM

FABIO PETRI UNIVERSITÀ DI SIENA

FRANÇOIS CHESNAIS UNIVERSITÉ DE PARIS XIII (*IN MEMORIAM*)

FRED MOSELEY MOUNT HOLYOKE COLLEGE

LUCIANO VASSAPOLLO UNIVERSITÀ DI ROMA "LA SAPIENZA"

CONSELHO EDITORIAL NACIONAL

ALEJANDRO ARANDIA UNISINOS

ANITA KON PUC-SP

ANTONIO MARIA DA SILVEIRA (*IN MEMORIAM*)

CESARE GIUSEPPE GALVAN CENTRO DE ESTUDOS E PESQUISAS JOSUÉ DE CASTRO

ELEUTÉRIO FERNANDO DA SILVA PRADO USP

FRANCISCO DE ASSIS COSTA UFPA

GUIDO MANTEGA FGV-SP

JOÃO ANTONIO DE PAULA UFMG

JOSÉ CARLOS DE SOUZA BRAGA UNICAMP

LEDA MARIA PAULANI USP

LUIZ GONZAGA DE MELLO BELLUZZO UNICAMP

MARIA DE LOURDES ROLLEMBERG MOLLO UNB

MARIO DUAYER UFF (*IN MEMORIAM*)

NIEMEYER ALMEIDA FILHO UFU

PAULO NAKATANI UFES

PAUL SINGER USP (*IN MEMORIAM*)

PEDRO CEZAR DUTRA FONSECA UFRGS

REINALDO CARCANHOLO UFES (*IN MEMORIAM*)

ROSA MARIA MARQUES PUC-SP

THEOTÔNIO DOS SANTOS UFF (*IN MEMORIAM*)

**SOCIEDADE
BRASILEIRA
DE ECONOMIA
POLÍTICA — SEP**

PAUL SINGER (USP) PRESIDENTE DE HONRA (*IN MEMORIAM*)
MARISA SILVA AMARAL (UFU) PRESIDENTE
GILIAD DE SOUZA SILVA (UNIFESSPA) VICE-PRESIDENTE

DIRETORIA

Bianca Aires Imbiriba Di Maio Bonente UFF
Ellen Lucy Tristão UFF
Fábio Antonio de Campos UNICAMP
Leda Maria Paulani USP
Lucas Milanez de Lima Almeida UFPB
Maurício de Souza Sabadini UFES
Pedro Henrique Evangelista Duarte UFG

COMITÊ EDITORIAL

Leda Maria Paulani USP (EDITORA-CHEFE)
Carla Curty UFRJ
Janaína Elisa Patti de Faria UFF
Jaime Ernesto Winter Hugues León UFRJ

**ENDEREÇO PARA
CORRESPONDÊNCIA**

**Faculdade de Economia
Universidade Federal Fluminense
Campus do Gragoatá - Bloco F - Sala 519
Niterói, RJ
CEP 24240-225
www.sep.org.br – sep@sep.org.br
www.revistasep.org.br**

REVISÃO

Airton Paschoa

**EDITORAÇÃO
ELETRÔNICA**

Francine Sakata e Mayra Mello – **NK&F Arquitetos Associados 2024**
nkfarquitetura@nkfarquitetura.com.br

Ilustração da capa por Alessandro Sbampato

Composto nos tipos Isidora por Laura Lotufo e Gill Sans por Eric Gill

NÚMERO 70

SET 2024 - DEZ 2024

REVISTA DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA POLÍTICA

7 **Apresentação**

ARTIGOS

14 **Marx e a teoria monetária dos séculos XVIII e XIX**

Mauricio C. Coutinho

45 **La deuda pública condiciona la política: el caso argentino**

Julio C. Gambina

59 **Trabalho determinado por mercadoria, totalidade da sociedade do capital e o sujeito automático: notas sobre a reinterpretação de Marx por Postone**

Paulo Henrique Furtado de Araujo

95 **Lógica do mercado e lógica cultural no capitalismo atual**

Angela Ganem

114 **Análise dos ciclos da economia brasileira em *Formação Econômica do Brasil* de Celso Furtado a partir dos esquemas de reprodução de Marx**

Raquel de Azevedo

RESENHAS

- 138 **Apostles of inequality: rural poverty, political economy and *The Economist*, 1760-1860**, de Jim Handy
Rafael Galvão de Almeida
- 143 **O Capitalismo no Brasil**, de João Antonio de Paula
Maria Malta e Matheus Manhães
- 149 **O Brasil em construção: teoria, história e economia na obra de Pedro Cezar Dutra Fonseca**, organizado por Ivan Salomão
Carla Curty
- 154 **Marxismo negro: pensamento descolonizador do Caribe anglófono**, de Daniel Pico
Jaime León

161 NORMAS PARA PUBLICAÇÃO

APRESENTAÇÃO

Se a *Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política* fosse um periódico dedicado à conjuntura, certamente não poderia escapar, neste momento, de ter o Brasil como seu objeto maior de reflexão. Os acontecimentos que balançaram a política brasileira nos últimos meses, das eleições municipais ao indiciamento de um ex-presidente pela Polícia Federal, passando pelo fato de, pela primeira vez em nossa história de tutela pelas Forças Armadas, sete generais constarem entre os 37 indiciados por tentativa de golpe, tornariam a escolha imperativa.

Mas, como todos sabemos, a *Revista da SEP* é uma revista acadêmica, e, enquanto tal, aborda temas que em geral escapam à conjuntura, ainda que sejam fundamentais para explicá-la. E como está manifestamente consagrado em nossa orientação editorial, a *Revista* publica artigos que tomam por base diversas tendências teóricas, “desde que mantenham atitude crítica em relação ao capitalismo ou expressem oposição teórica às correntes ortodoxas, liberais ou neoliberais”. Sendo assim, há alguns patronos sempre presentes em nossas páginas, a exemplo de Marx e Celso Furtado, para citar dois nomes dentre os mais conhecidos.

Este número 70 faz jus ao reconhecido padrão, e ainda que não traga o Brasil por seu principal objeto, fala muito dele, direta ou indiretamente (e da América Latina também), nos ajudando a pensar as reviravoltas ora em curso. Começando por uma reflexão sobre a história do pensamento econômico, temos o artigo de Maurício Coutinho a respeito da teoria monetária de Marx. Lembra ele que, apesar de ser muito comum mencionar

os clássicos da economia política inglesa, como Smith e Ricardo, como estando presentes na base de onde partiu Marx, há muitos outros autores elencados nos três primeiros capítulos de *O Capital* que nunca são chamados à baila. Com isso se oculta o fato de que havia, do ponto de vista da teoria monetária, um rico debate que se desenrolava desde o final do século XVII na Europa sobre a questão da moeda (sua substância, seus fundamentos) do qual Marx estava plenamente ciente.

Coutinho então, depois de minucioso levantamento das referências a esses autores e a esse debate presentes nos citados capítulos, conclui que Marx se distancia de muitas das posições aí externadas porque busca afirmar sua própria visão acerca do valor e da mercadoria, de cuja revelação avança, como se sabe, para chegar à moeda (e ao dinheiro). Em outras palavras, para ele, era mais importante demonstrar a gênese lógica do dinheiro, o que permitiria a identificação do capital, de início, no plano da circulação, do que se embrenhar no debate das questões que atormentavam os contenedores dos séculos XVIII e XIX, a exemplo da taxa de juros e do *debasement* (perda de base metálica da moeda, a qual afetaria seu valor intrínseco).

O artigo de Coutinho mostra-se relevante por nos ajudar a obter uma noção mais precisa do pensamento de Marx sobre moeda e dinheiro, auxiliando assim na reflexão, por exemplo, acerca do estatuto que exhibe hoje o dinheiro mundial, atrelado, desde 1971, a uma moeda puramente fiduciária, inconvertível e emitida por um Estado nacional em específico, os Estados Unidos. É muito discutida tal questão na literatura marxista contemporânea, inclusive com algumas posições associando o dinheiro mundial ao conceito de capital fictício de Marx. Mas, seja qual for nossa posição, impossível não reconhecer o “privilégio exorbitante” de que goza o país emissor do dólar e o poder que exerce sobre a gestão econômica de outros países que não emitem moeda forte.

Aqui mesmo, em *nuestra América*, temos um caso exemplar dessa espada de Dâmocles que paira sobre a cabeça de vários países desta região periférica: a Argentina. Julio Gambina, professor da Universidade de Buenos

Aires, fundado nos conceitos de capital fictício e renda financeira, aponta, em artigo recheado de dados, inclusive sobre a América Latina em sua totalidade, a difícil situação atual da economia argentina, arcada sob o peso de sua dívida externa (e também interna) e, sobretudo, pelas imposições draconianas decorrentes de acordo assinado com o FMI em 2022. Gambina, ao final do artigo, recorda a importância da luta contra a dívida externa, a qual já completa, em nosso continente, uma triste história de pelos menos quatro décadas, luta esta que se prova ainda mais necessária em tempos de recrudescimento, pós-crise internacional de 2008, dos valores e princípios neoliberais.

Além do dinheiro e seus derivados, como o capital financeiro e o capital fictício, outro personagem central da análise marxista é o trabalho, que vai capturar o capital desta vez no plano da produção. O debate sobre a natureza dele na crítica da economia política realizada por Marx é igualmente longo e profuso, mas, certamente, um indiscutível ponto de viragem veio com a publicação, em 1993, do livro de Moishe Postone *Tempo, Trabalho e Dominação Social* (lançado no Brasil em 2014). Muito controversas, as posições de Postone são objeto de acirrados debates dentro do campo marxista, controvérsia assídua em vários números de nossa revista. Na presente edição, Paulo Henrique Furtado visita uma vez mais o livro de Postone, para, em primeiro lugar, resgatar as categorias de “trabalho determinado por mercadoria”, “totalidade” e “sujeito automático”, e, na sequência, indicar como, a partir daí, pode-se ler as críticas de Marx às insuficiências de conceitos hegelianos, como sujeito-objeto histórico e dialética.

A crítica ao marxismo tradicional, constante de livros como o de Postone, também emerge nas obras de outros autores, vários deles pertencentes à chamada Escola de Frankfurt (Adorno, Horkheimer, Marcuse). Eminentemente desde o nascimento de suas obras seminais, tais autores revelam-se decisivos para pensar o capitalismo contemporâneo, onde as formas tradicionais do trabalho posto como mercadoria (por exemplo sua negociação por meio de carteira assinada, com sindicatos fortes como suporte) vão se tornando

cada vez mais raras, ao mesmo tempo que o próprio trabalho vai ficando cada vez mais penoso e extenuante. Neste contexto, de capitalismo globalizado e dominado pelas normas neoliberais, é preciso recorrer a esses autores, que estimulam, para além do conflito canônico entre capital e trabalho, as análises sobre ideologia e o processo de reprodução dos valores associados ao mercado. Eis o ponto desenvolvido por Angela Ganem em seu artigo sobre lógica cultural e lógica de mercado. A autora procura identificar na ordem simbólica as expressões políticas, artísticas, comportamentais e psíquicas que acabam por reproduzir e reforçar a ordem do mercado capitalista e sua lógica inapelável.

A questão da ideologia também ressurge na resenha que Rafael Galvão de Almeida faz do interessantíssimo livro *Apostles of Inequality: rural poverty, political economy and The Economist, 1760-1860*, do historiador canadense Jim Handy. Segundo o resenhista, alegações como a de que tudo que o trabalhador precisa é “dar duro pra ver sua vida prosperar” dão o ar da (des)graça não só nas falas de deputados brasileiros frente à momentosa proposta da deputada Érika Hilton de reduzir a jornada de trabalho atual (olha o Brasil aí...), mas foram mobilizadas desde a origem do capitalismo, tanto por pensadores quanto pelo famoso *The Economist*, que, desde a fundação, em 1843, passou a dar voz exclusivamente a propostas afins. Segundo o resenhista, o historiador evidencia que, por exemplo, na Inglaterra, as levas de camponeses arrancados da terra e que passaram a compor a classe de trabalhadores assalariados que viabilizaram a grande indústria foram geradas não apenas pelo fim das terras comuns, mas também pelo discurso que transformou em vagabundo o outrora orgulhoso camponês, eventualmente avesso a se curvar à exploração na cidade. E os responsáveis por essa transmutação não foram apenas os apóstolos Malthus e Senior, mas também o vetusto semanário inglês.

Esse movimento de, atendendo aos imperativos da valorização do capital, transformar o honrado e ativo camponês em desclassificado encontra eco em várias outras quadras da história, tanto na mesma Inglaterra quanto no

Brasil de hoje. Como se sabe, a famigerada Margareth Thatcher, em meados dos anos 1980, não só quebrou a espinha do antes poderoso Sindicato Nacional dos Mineiros, como destruiu o orgulho daquela classe trabalhadora inglesa, tão afamada por sua história de glórias nos embates com o capital. Já no Brasil de hoje ter carteira assinada virou xingamento: a ideologia do empreendedorismo anda tão disseminada por aqui que há relatos de alunos do ensino fundamental e médio que, quando querem ofender seus professores, os chamam de “celetistas”.

E já que voltamos ao país podemos falar do último artigo do presente número, o qual propõe uma instigante análise dos ciclos da economia brasileira tal como aparecem em *Formação Econômica do Brasil* — o célebre livro de Celso Furtado. Articulando as contribuições de dois dos nossos mais altos patronos, Raquel de Azevedo busca apresentar, através dos esquemas de reprodução apresentados por Marx no Livro II de *O Capital*, a interpretação furtadiana a respeito da formação de um mercado interno na economia brasileira.

Assim, a autora vai sumariando, sob a forma de tabelas que exibem os papéis dos setores de produção de bens de produção e de produção de bens de consumo, a forma de sua articulação (ou não articulação) em cada uma das fases da economia brasileira, do ciclo do açúcar à economia cafeeira, incluindo-se a abertura que esta última promove, depois de 1930, para a incipiente e invertida (em relação aos países do capitalismo originário) industrialização brasileira. Tal análise participa de uma tese maior da pesquisadora, segundo a qual as inversões caracterizam não só o estabelecimento de uma relação efetiva entre os dois setores de produção a que se refere Marx, como também a constituição do mercado de trabalho e a própria formação do Estado nacional. Em resumo, trata-se de pensar, desde seu nascimento como apêndice do modo de produção capitalista então em construção na Europa, a formação do Brasil enquanto nação.

Não é outra igualmente a preocupação de João Antonio de Paula, em livro lançado em 2021 e resenhado por Maria Malta e Matheus Manhães.

De acordo com os resenhistas, sob o título aparentemente singelo de *O Capitalismo no Brasil* (pois ele pergunta, logo de início, por que até agora não havia aparecido um livro com tal nome), o autor convida os leitores a refletir sobre o modo como a dimensão da luta de classes, animando o problema relativo à nação, se expressa em um país vitimado pela colonização, pelo imperialismo e pelo neocolonialismo, especialmente no que concerne aos limites que tão complexa condição histórica traz à possibilidade de vida democrática em nosso país. Avisa, por isso, que não ficará restrito a contar uma história da economia brasileira, porque contar a história do capitalismo no Brasil exige resgatar a totalidade por meio da qual ele se manifesta — totalidade econômica, política e cultural, postura, como se sabe, de todos os que jogam no time da economia política e escrevem em nossas páginas.

Narrada desse ponto de vista, a história do capitalismo no Brasil também encontra uma imensa quantidade de pesquisa histórica e de reflexão no trabalho de Pedro Fonseca. Um livro em sua homenagem organizado por Ivan Colangelo Salomão e lançado em 2017 é resenhado por Carla Curty. O sugestivo título, *O Brasil em Construção: teoria, história e economia na obra de Pedro Cezar Dutra Fonseca*, alude a seu livro mais conhecido, *Vargas: o capitalismo em construção (1906-1954)*, talvez o mais próximo que se chegou de um título como o reclamado por João Antonio de Paula. Resultante da tese de doutorado do autor, o livro conta a história dessa construção através dos discursos de Vargas, da época de estudante de direito no Rio Grande do Sul até a carta testamento, quando de seu suicídio. Conforme a resenhista, o livro organizado por Salomão ajuda a compreender a relevância do trabalho de Pedro Fonseca, para conhecermos mais dos caminhos e descaminhos do desenvolvimento no Brasil.

Acerca dos desacertos de nossa evolução econômica e social, não resta dúvida quanto à tragédia de nosso passado escravista, de modo que a exploração dos escravizados marca toda a nossa história, passado, presente e possibilidades futuras. Assim, o estudo do racismo e de suas consequências

vem se tornando cada vez mais atuante na literatura socioeconômica brasileira. A escravização, porém, não foi fenômeno restrito ao Brasil, sem embargo de ter adquirido aqui uma dimensão magnificada. Sobre isso, Jaime León resenha o livro *Marxismo Negro: pensamento descolonizador do Caribe Anglófono*, lançado neste ano, de autoria de Daniel Montañez Pico. De acordo com o resenhista, o autor elenca uma série de autores caribenhos, praticamente desconhecidos pelos acadêmicos, que leram o capitalismo a partir da unidade indissociável entre raça e classe — leitura verdadeiramente original e seminal, a ponto de influenciar, por exemplo, a teoria do sistema-mundo de um Wallerstein. Em espírito de provocação, Daniel Montañez assevera que tamanho desconhecimento é fruto da colonialidade do poder e do saber. Não à toa o resenhista saúda o livro, sem deixar de sublinhar que, não fosse por seu recorte geográfico, ganharia muito ao incluir na análise autores brasileiros, como Lélia González e Clóvis Moura. E com isso o Brasil está, afinal, inelutavelmente, muito presente neste número. Esperamos que a leitura auxilie na compreensão de nossas permanentes dificuldades e vicissitudes para fazer deste continente, que é o nosso país, uma verdadeira nação. Agradecemos, mais uma vez, o Sindicato Nacional dos Funcionários do Banco Central (Sinal) que nos forneceu o decisivo apoio material para que pudesse vir a público esta edição. Ficam aqui nossos sinceros agradecimentos. Boa leitura!

Comitê Editorial

MAURICIO C. COUTINHO

MARX E A TEORIA MONETÁRIA DOS SÉCULOS XVIII E XIX

Recebido em 24/10/2024

Aprovado em 112/11/2024

DOI: 10.69585/2595-6892.2024.1183

MARX E A TEORIA MONETÁRIA DOS SÉCULOS XVIII E XIX

Resumo

O artigo procura, a partir de uma lista completa das referências (autores e obras) evidenciadas por Marx nos três primeiros capítulos d'*O Capital*, destacar o papel decisivo dos diversos autores que trataram de economia monetária, dos séculos XVII ao XIX, nas formulações de Marx sobre moeda, preços e mercadoria. Afirma-se que a “crítica à economia política” de Marx ergue-se sobre as formulações monetárias que estão na base da constituição da economia como ciência e dos debates monetários do século XIX.

Palavras-chave: Marx; moeda; preços; mercadoria; circulação

MAURICIO C.
COUTINHO

Professor Titular do Instituto de
Economia da Unicamp

Email: coutinho@unicamp.br

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-1253-8567>

Abstract

By means of a comprehensive list of the references – authors and works – evinced by Marx in the three first chapters of Capital, the article stresses the decisive role of the monetary debates of the 17th, 18th and 19th century in Marx’s approach to money, prices, and commodities. We stress that Marx’s ‘critique of political economy’ is built upon the monetary formulations and debates over which political economy as a science was built.

Keywords: Marx; money; prices; commodity; circulation

Introdução

É usual em história do pensamento econômico, e mesmo nos estudos sobre Marx, o estabelecimento de linhas de continuidade e de ruptura entre Marx e certo número de economistas que o antecederam: os fisiocratas (Quesnay, em particular), Smith, Ricardo. Eventualmente Petty, já que Marx assinala que a economia política nasce com Petty. Na medida em que Marx construiu sua obra como uma “crítica da economia política”, a associação a nomes representativos na constituição da ciência é de certo modo natural.

O desconforto da filiação a um número restrito de antecedentes é que, ao lermos Marx, salta aos olhos a referência a um imenso contingente de outros economistas. Se Smith, Ricardo e os fisiocratas são presenças certas em determinados capítulos e passagens, chama atenção a variedade de economistas nomeados, alguns recorrentemente, em particular nos três primeiros capítulos de *O Capital*.

A partir dessa constatação duas questões podem ser formuladas. Para começar, se uma leitura dos textos econômicos publicados (*Capital e Contribuição à Crítica da Economia Política*) e de anotações (*Grundrisse*) documenta que, ao discutir valor, mercadoria, dinheiro, Marx deu enorme atenção a uma profusão de economistas dos séculos XVII, XVIII e XIX, não parece razoável perguntar a medida da influência de tais economistas sobre sua obra? Uma segunda questão é sugerida pela associação dos economistas referidos por Marx aos incontáveis debates a respeito de moeda que caracterizaram a literatura econômica, em especial do período 1650 a 1770: a dominância da temática monetária nos textos referidos não nos deveria levar a especular a respeito do impacto (e da eventual presença) das controvérsias monetárias dos séculos XVII, XVIII e mesmo XIX no sistema de Marx?

Uma palavra sobre a estrutura expositiva d'*O Capital*. Como se sabe – este é uma espécie de ponto de honra dos estudos marxianos – Marx optou n'*O Capital* por partir da mercadoria para chegar ao dinheiro, e daí ao capital. A mercadoria e seus predicados – valor de uso e valor – são desenvolvidos

para que o dinheiro emergja dessa contraposição entre os dois elementos antitéticos nela presentes. O ponto de partida, portanto, é a mercadoria. No entanto, o declarado intento de Marx era chegar à moeda e daí ao capital. Marx argumentava que uma das razões para “recuar” à mercadoria foi o empenho em esclarecer certos tópicos que, na abordagem da moeda, foram mal-entendidos pelos economistas. Na mercadoria, disse Marx, ficam claras questões que aparecem de modo confuso para os economistas na moeda, um desenvolvimento da mercadoria¹.

O “partir da mercadoria”, portanto, é o cerne da exposição do Marx maduro. Aliás, parte das dificuldades oferecidas ao leitor pelos capítulos iniciais d’*O Capital* decorre desta trivial razão: partirem da mercadoria, para chegar à moeda (e à antessala do capital). Ora – e aqui a linha condutora da presente exposição – os três primeiros capítulos d’*O Capital* talvez representem o segmento da obra de Marx em que mais marcante é o recurso a economistas dos séculos XVIII e anteriores, ou ainda a autores decisivos nos debates monetários ingleses que transcorrem de Ricardo ao Peel Act (1844)². Retorna a questão: não teriam sido as contribuições desses economistas decisivas para a exposição do argumento central de Marx? Observe-se que, sintomaticamente – e como veremos –, não é Quesnay o nome mais presente na lista dos economistas franceses referidos no início d’*O Capital*, senão o daqueles que enveredaram pela temática monetária.

O propósito do presente trabalho, portanto, é fazer menção aos economistas e às abordagens do século XVIII, XVII e, secundariamente, XIX; neste último período, Tooke, Fullarton e participantes do debate “banking school” versus “currency school” que, por influenciarem a formação do pensamento sobre dinheiro e crédito de Marx, foram bastante referidos nos três primeiros capítulos d’*O Capital*. Pode-se notar, inclusive (ver adiante), que

¹ Uma posição enunciada com clareza já na *Contribuição à Crítica da Economia Política*: “A principal dificuldade da análise do dinheiro é vencida quando se compreende que o dinheiro tem a sua origem na própria mercadoria” (Marx, 1857, p. 168).

² O segundo capítulo da *Contribuição à Crítica da Economia Política*, “O Dinheiro ou a Circulação Simples”, menciona (e debate) profusamente os economistas monetários dos séculos XVII a XIX.

as não muito numerosas referências a Ricardo nesses capítulos devem-se mais a sua exposição emblemática da teoria quantitativa da moeda do que aos bem conhecidos desenvolvimentos do capítulo I dos *Princípios* sobre o valor, os quais viriam a ser examinados detidamente em outras passagens d’*O Capital*, em particular no Livro III.

Advirto que na presente exposição apenas menções serão efetuadas, porque uma simples aproximação a cada um dos diversos economistas enumerados requereria um espaço imenso e, francamente, uma erudição que não tenho. Entenda-se que o que se vai apresentar aqui é um polêmico roteiro de estudos da obra econômica de Marx – a ser desenvolvido em outra ocasião, ou por outras pessoas –, que privilegia a dimensão histórica do pensamento econômico. O roteiro se cingirá no momento aos três primeiros capítulos do *Capital*, podendo ser alargado em outra oportunidade, em particular por incursões à *Contribuição à Crítica*. Aliás, o próprio *O Capital* está coalhado de referências a esta obra, como se Marx indicasse que um tratamento detalhado dos economistas fora feito no texto de 1859 – o que é verdade³.

Diga-se que o roteiro a seguir é facilitado por uma outra característica extraordinária da obra de Marx, que é a profusão de referências. Marx se refere exaustivamente aos autores e obras que utilizou, o que torna fácil perceber quais pontos o interessaram e quais marcaram sua “crítica da economia política”. Naturalmente, ele se apropria dos autores e das contribuições às quais se refere; vale dizer, toma dos autores o que o interessa e os interpreta conforme a estrutura de seu (de Marx) sistema. Seria curioso apontar as diversas passagens em que Marx se vale de citações a certo autor em defesa de uma ideia sua, quando tal ideia poderia ser contraditada por outra citação, do mesmo autor, às vezes na mesma obra. Mas esses são os avatares do ofício de crítico: quem critica se apropria das contribuições de outros a sua moda... A exposição será desenvolvida do seguinte modo:

³ Inúmeras controvérsias em torno de moeda e política monetária, dos séculos XVI ao XIX, são de fato exploradas na *Contribuição à Crítica* – o que, se não torna a leitura prévia desta obra indispensável ao entendimento dos primeiros capítulos d’*O Capital*, torna-a ao menos necessária à compreensão da teoria monetária de Marx

1. Uma enumeração completa dos economistas referidos por Marx nos três primeiros capítulos de *O Capital*. Em algumas das referências, tentativa de identificação dos tópicos ou contribuições específicas que interessaram a Marx e que foram incorporadas a suas formulações (o que abrange tanto incorporações no sentido estrito quanto qualificações ou rejeições explícitas); 2. Uma apreciação bastante preliminar do panorama principal do debate monetário do século XVIII – e em que medida ele teria sido incorporado / rejeitado / superado por Marx, em seu tratamento específico de moeda e mercadoria; 3. Uma apreciação também bastante preliminar do tratamento dado por Marx à moeda – chegar à moeda partindo da mercadoria – nos três primeiros capítulos d’*O Capital* e eventuais implicações sobre a apropriação das contribuições dos economistas.

I. Enumeração dos economistas e obras referidas, com alguns comentários

A enumeração que segue é completa e segue a ordem presente n’*O Capital*⁴. Deixaram-se de lado apenas as profusas referências de Marx a sua *Contribuição à Crítica da Economia Política*, assim como as também profusas referências a Proudhon, longamente exploradas na *Miséria da Filosofia* e na própria *Contribuição à Crítica*⁵.

Capítulo I

Nicholas Barbon, *A Discourse on Coining the New Money Lighter. In Answer to Mr. Locke’s Considerations* (1696). As duas primeiras referências d’*O Capital* (excetuando CCEP) são a Barbon, um dos autores mais mencionados em toda a obra e o campeão de referências nos primeiros capítulos. Neste texto, Barbon contesta a solução de Locke para a crise monetária inglesa de 1695/96.

⁴ A edição utilizada é a da Boitempo (Marx, [1867] 2013).

⁵ Os autores e obras referidos diretamente por Marx – e apresentados na seção I – não compõem a lista de referências deste artigo.

John Locke, *Some Considerations on the Consequences of the Lowering of Interest* (1691). O primeiro dos escritos monetários de Locke. Contém argumentos sobre a inconveniência de fixar a taxa de juros e ideias gerais sobre moeda.

Le Trosne, *De l'intérêt social* (a edição mencionada é de 1846, mas a obra é de 1777). Certamente, Le Trosne é o autor francês mais referido nos primeiros capítulos.

Pietro Verri, *Meditazione sulla economia politica* (1771). Um dos autores italianos mais referidos por Marx, Verri é um dos principais iluministas econômicos e sua extensa obra comporta vários estudos sobre economia e comércio.

Samuel Bailey, *Money and its Vicissitudes* (1837). Bailey é um escritor de obra profusa e seu nome aparece associado a free-banking school. Marx se refere em seguida a um escrito anônimo de Bailey, *A Critical Dissertation on the Nature, Measures and Causes of Value; Chiefly in Reference to the Writings of Mr. Ricardo and his Followers...* (1825), que faz uma crítica das críticas à teoria do valor de Ricardo publicadas após a morte deste autor, em especial na *Westminster Review*.

Benjamin Franklin – a primeira referência remete à segunda edição do Livro I de *O Capital* e às obras completas de Franklin (1836), sem identificação precisa de localização. Nesta primeira referência (nota 17a), Marx significativamente menciona outro autor dileto seu, **William Petty** (“um dos primeiros economistas a analisar a natureza do valor”).

Charles Ganilh, *Des systèmes d'économie politique* (1809) – a referência é à segunda edição da obra, de 1821.

Ferdinando Galiani, *Della Moneta* (1751). Galiani, especialmente por seu *Della Moneta*, é um dos autores/obras mais referidos por Marx na apresentação do valor. Nesta nota à segunda edição (nota 27), Marx se refere a uma das sentenças de Galiani de sua predileção: “o valor é uma relação”.

David Ricardo – note-se que esta primeira referência a Ricardo aparece em uma nota de rodapé apenas na seção 4, “O Fetichismo da Mercadoria”. No caso, uma menção às “robinsonadas” de Ricardo (o caçador e o pescador primitivos trocam conforme o trabalho objetivado...). Ainda assim, Marx remete à *Contribuição à Crítica da Economia Política*, obra em que o assunto, assim como o comentário a Ricardo, foi mais desenvolvido. A segunda referência a Ricardo (nota 31) aponta a insuficiência da análise ricardiana da grandeza do valor – apesar de esta ser a melhor de todas, conforme Marx. E a nota na realidade se refere a **Destutt de Tracy**, ou a um comentário de Ricardo a este último autor. A mesma nota 31 menciona (bastante depreciativamente) **J. S. Mill**.

Capítulo II

(Vou deixar de lado, assim como deixei nas anotações sobre os demais capítulos, os profusos comentários a **Proudhon**, que vêm da *Miséria da Filosofia* e ocupam boa parte da *Contribuição à Crítica...*)

Aristóteles – afora Proudhon, a primeira referência do capítulo II é à *República* de Aristóteles. Aristóteles, uma referência obrigatória em filosofia, é parte do horizonte de todos os filósofos- economistas que, desde Oresme (1355), trataram da moeda.

Pietro Verri, *Meditazione sulla Economia Política* (1771). A citação é significativa: “Il danaro è la merce universale”. Ecoa Petty, com um século de diferença. De certo modo, e guardada a necessidade de uma aproximação ao balanço de pagamentos, reitera as opiniões de todos os economistas (Steuart, Smith), de que ouro é “moeda internacional”. Vale antecipar que o debate dos economistas do século XVIII (e XVII) muito frequentemente tem como referência temas associados ao *debasement*, tais como “escassez de dinheiro” e impactos sobre o balanço de comércio. Marx evita introduzir as relações internacionais nos dois primeiros capítulos d’*O Capital* por uma razão óbvia: o “dinheiro mundial” representará o último tópico do capítulo III. Mesmo aí, no entanto, será tratado de modo sumário.

Relembro que “escassez de dinheiro”, um assunto corrente no debate econômico, é estranho a economistas como Marx e Steuart, que, cada um a seu modo, assumem o dinheiro de crédito, ou partilham o que Schumpeter (1954) denominava *credit theories of money*.

J. S. Clement (1695), *A Discourse of the General Notions of Money, Trade, and Exchange, as They Stand in Relations to Each Other. By a Merchant*. Notar que a data (1695) é significativa, já que coincide com o grande debate inglês sobre *debasement* e crise monetária, que transcorre de 1692 até 1696.

Josiah Child (1689), *A Discourse Concerning Trade, and That in Particular of the East-Indies*. Child (1630-31/1699). Autor e personagem importante, Child foi parlamentar e acionista da Companhia das Índias Orientais. Referência fundamental no debate econômico na Inglaterra e na França.

Thomas Papillon (1677), *The East India Trade a Most Profitable Trade*. Papillon foi comerciante e político em Londres.

F. Galiani (1751), *Della Moneta*. Neste caso, Marx utiliza uma citação bem característica de Galiani e de sua crítica a Locke: “L'oro e l'argento hanno valore come metalli anteriore all'essere moneta”. Há outras referências a Galiani no capítulo. Na nota 37, menção a “moeda real” *versus* “moeda ideal” e origens remotas comuns da “moeda real” e da “ideal”.

John Law (1705) - importante economista monetário britânico. Na França, foi banqueiro e executor de política monetária no controverso episódio do Mississippi System (1720), frequentemente associado pelos economistas a um uso abusivo de política monetária. *Money and Trade Considered...* (1705) é um texto de imensa importância em economia monetária. A referência de Marx, no entanto, serve apenas para contrastar a ideia de “valor imaginário do dinheiro”, de Locke. Marx cita uma edição francesa de Law, publicada por Daire em 1843.

F. V. de Forbonnais (1722-1800), *Éléments du commerce, nouvelle édition* (1766). Economista próximo a Boisguilbert e Gournay, o grande divulgador liberal e fisiocrata. Na citação utilizada por Marx, Forbonnais se refere ao

dinheiro como “símbolo”, ideia que tem como defensor máximo (ou primeiro) Montesquieu, que será a próxima referência.

Montesquieu (1748 – a edição de *L'esprit des Lois* que Marx utiliza é de 1767). “L'argent n'est pas simple signe car il est lui-même richesse; il ne représente pas les valeurs, il les équivaut”.

Le Trosne (1777), *De l'intérêt social* – citação sobre valor e signo.

G. F. Pagnini (1751), *Saggio sopra il giusto pregio delle cose*.

W. Petty (1667). Uma citação importante de *A Treatise of Taxes and Contributions*, que apresenta o valor de uma mercadoria como equivalente ao trabalho que custou a extração de prata e cunhagem da moeda pela qual tal mercadoria é trocada. Citação frequentemente vista pelos comentadores como antecipadora da teoria do valor-trabalho.

W. Roscher (1817-1894) – autor na origem da escola econômica historicista alemã, frequentemente citado por Marx, em geral para personificar posições indefensáveis em economia política.

Capítulo III

J. Maclaren (1858), *History of the Currency*. Marx se vale deste historiador da moeda inglesa para explicar as origens metálicas da libra inglesa – relação ouro/prata, modificações no significado de libra etc.

David Urquhart, *Familiar Words*. *Urquhart* (1805-1877) foi um político e diplomata inglês, com experiência na Grécia e Turquia. Tenho a impressão de que sua incursão na política monetária foi circunstancial; de todo modo, Urquhart se refere à redução do peso das moedas inglesas de mesma denominação ao longo do tempo.

Le Trosne, *De l'intérêt social* (1777), obra que discute valor, circulação, dinheiro, comércio.

François Quesnay (1694-1774). Uma citação do *Dialogue sur le Commerce et les travaux des artisans*, por Marx referida à edição de Daire, de 1846.

Note-se que se trata de uma citação incidental – no sentido de alheia aos temas mais conhecidos de Quesnay: “vender é comprar”.

J. Mercier de la Rivière (1719-1801), *L'ordre naturel et essentiel des sociétés politiques* (1767). Citado a partir da edição Daire. Funcionário importante, associado à fisiocracia. Diversas referências da mesma obra.

Le Trosne (1728-1780) – autor fisiocrata e discípulo de Quesnay. Sua obra principal, *De l'ordre social* (1777), discute vários temas econômicos.

J. B. Say (1767-1832) – a primeira referência a Say, um autor de grande prestígio na França e na Inglaterra, difusor do liberalismo. Como as demais referências de Marx a Say, depreciativa: Say não sabe que a mercadoria é um produto.

Dudley North (1641-1691), *Discourse upon Trade* (1691). Economista e político importante, também ligado a East India Company.

William Petty. No capítulo III, é situado como proponente de uma ideia bastante difundida entre os economistas, a de que deve haver certa proporção entre a quantidade de dinheiro e o nível de comércio (*money versus trade*) – *Treatise of Taxes and Contributions*. Marx utiliza a menção como crítica à teoria quantitativa do dinheiro, versão Hume, e acrescenta que a teoria quantitativa foi também defendida por A. Young (1774) em *Political Arithmetic*, contra Steuart. Esta é a primeira menção a James Steuart, autor de *Principles of Political Economy* (1767), notório crítico de Hume. Ao longo das obras econômicas de Marx há inúmeras referências a Steuart.

Adam Smith (1723-1790). Primeira referência a Smith n' *O Capital*. O propósito é efetuar um comentário depreciativo ao tratamento pouco atento ao dinheiro de Smith. Marx afirma que Smith oscila entre tratar do dinheiro “*ex officio*” ou, em certas passagens (na crítica aos sistemas anteriores de economia política), de modo mais correto: a quantidade de dinheiro é regulada pelo valor das mercadorias em circulação. Marx faz na mesma nota (78) uma menção negativa às hesitações de Smith no tratamento da divisão do trabalho.

Jacob Vanderlint (?- 1740), *Money Answer all Things* (1734). Marx diz que Vanderlint, um autor muito conhecido, teria sido copiado por Hume – e acrescenta que Dugald Stewart disse o mesmo.

Montesquieu – novamente, o contexto é a teoria quantitativa da moeda. Marx remete à *Contribuição à Crítica* para um melhor tratamento da teoria quantitativa por Ricardo, James Mill e Overstone.

J. S. Mill, *Some Unsettled Questions of Political Economy* (1844). Marx se refere a esta obra para dizer que ela contém tudo o que de importante veio a dizer J. S. Mil em obras mais extensas.

John Locke, *Some Considerations...* (1691). Novamente, discussão sobre “valor imaginário” do ouro e da prata, bem como da proposição de que o valor da moeda metálica é dado por “quantidade” dos metais. Ideias nucleares da concepção de moeda de Locke, que vieram a ser ainda mais desenvolvidas no contexto de sua oposição ao *debasement* proposto por Lowndes, em 1695. As ideias de Locke sobre moeda e *debasement* são referidas por praticamente todos os economistas no século XVIII.

Adam Muller (1779-1829), o “romântico sicofanta”, um crítico de Adam Smith e do liberalismo.

J. David Buchanan, *Inquiry into the Taxation and Commercial Policy of Great Britain* (1844).

John Fullarton (1780-1849), *Regulation of Currencies* (1845). Fullerton sustentava as doutrinas de Tooke (às quais Marx se opôs) nos debates sobre o Bank Act, de 1844. Notar que há no Capítulo III uma concentração de referência a autores do século XIX envolvidos nos debates monetários que contrapuseram Banking School e Currency School.

N. Barbon - Novamente, *A Discourse on Coining the New Money Lighter*. Barbon sustenta que o valor do dinheiro é dado pelo selo oficial – ou seja, o rei tem a prerrogativa de, dentro de certos limites, atribuir à moeda o valor que lhe parecer conveniente e que permita arrecadar senhoriagem. Marx acha que o dinheiro é “mercadoria”; logo, se opõe a Barbon em princípio.

No entanto, e no contexto, considera que a posição de Barbon corrobora sua (de Marx) ideia de que o metal, na forma de moedas ou em sua função exclusiva de meio de circulação, torna-se símbolo. Enfim, como meio de circulação, moeda é símbolo. Daí a possibilidade de ser substituída por papel.

Mercier de la Rivière, *L'ordre naturel et essentiel ...*. A citação é: “Une richesse en argent n'est que ... richesse en productions, converties en argent”. Marx começa a debater entesouramento.

Vanderlint – sobre preços e quantidade de dinheiro em circulação.

John Bellers (1699), *Essays about the Poor*. Autor menos conhecido e, curiosamente, referido por Marx para ilustrar uma ideia muito difundida no séc. XVIII e XVII, que é a do dinheiro como “pledge”.

Pietro Verri, *Meditazione sulla Economia Politica* – agora, em uma citação que remete ao dinheiro como personificação da avareza.

Dudley North, *Discourse upon Trade*. A menção reforça a importantíssima – para Marx, para Stuart – tese de que o dinheiro pode ser entesourado, entrar e sair de circulação.

J. Stuart Mill – uma das poucas menções não depreciativas: Mill disse que na Índia a prata ia e voltava dos tesouros domésticos conforme a taxa de juros. Marx referenda.

Boisguilbert (1646-1714), *Dissertation sur la nature des richesses, de l'argent et des tributes*. Boisguilbert, um antecessor dos fisiocratas, foi um crítico do colbertismo.

John Fullarton (1780-1849). Especialista em assuntos monetários e difusor das ideias de Tooke.

William Petty, *Political Anatomy of Ireland* (1672) – uma importante passagem, em que Petty calcula a quantidade de dinheiro necessária à circulação a partir do produto nacional, para mostrar que não havia insuficiência de meio circulante.

McCulloch, *The Literature of Political Economy: a Classified Catalogue* – Marx se refere a um comentário de McCulloch a Barbon. E critica fortemente McCulloch, “o sicofanta de Lord Overstone”. O espírito do Capítulo III está impregnado pelo debate *currency school* x *banking school*. McCulloch foi, após a morte de Ricardo (1823) e por muitos anos, a principal autoridade em economia na Inglaterra. Comenta Ricardo e difunde (como editor) a economia política pré-ricardiana.

John Fullarton, *Regulation of Currencies*.

Le Trosne – Marx se refere ao segundo volume de *De l'ordre social, De l'intérêt social...*

Jacob Vanderlint, *Money answers all things* (1734). Sua análise influenciou Hume e os fisiocratas.

Nicholas Barbon, *A Discourse on Coining...* - referência à oscilação da taxa de câmbio.

W. Petty, *Quantulumcumque Concerning Money*. Referindo-se a *Political Economy of Ireland*, citação bem conhecida sobre dinheiro em excesso ou em falta, impactos sobre o corpo humano e analogias com a circulação monetária e o *body politic*.

2. O debate monetário do século XVIII (um pouco sobre o XIX)

O debate sistemático em economia e a própria formação da economia como ciência são decorrências da temática relativa a sistemas monetários metálicos e envolve questões como *debasement*, escassez de moeda, circulação, difusão de meio circulante não-metálico, “valor da moeda”, cunhagem, moeda e preços, taxa de câmbio. Acresçam-se elementos da história monetária europeia no período que vai de 1650 a 1750: expansão da oferta de metais preciosos, que remonta ao século XVI; comércio intenso com o Oriente e necessidade de prata; a própria razão ouro/prata; expansão dos pagamentos e das transações monetárias no interior das economias europeias, para

não falarmos das trocas internacionais⁶. Em algumas cidades-estado italianas desde o século XV, na Holanda desde o XVII, na Inglaterra desde o final do XVII, surgimento de algum tipo de centralização da administração monetária; ou melhor, antecessores de um banco central com poderes para regularizar a moeda e mesmo para regular a emissão de meios de pagamento – no caso do Banco de Amsterdam, ajustar o valor das moedas diversas que participam do intercâmbio com a Holanda, bem como do florim holandês. Naturalmente, a regulação da emissão de moeda subentende o crescimento da circulação de meios de pagamento não-metálicos, até chegarmos à moeda-papel emitida por bancos privados ou por autoridades monetárias (como o Banco da Inglaterra). Finalmente, e na Inglaterra desde o final do século XVIII (1797), no “período de restrição” – suspensão da livre conversão de moeda-papel em moedas de ouro e prata –, preocupação com a formulação de políticas de controle da emissão excessiva de meio circulante não-metálico, a suposta causa da elevação do preço do *bullion* (ou desvalorização da moeda). O tema foi desenvolvido por Ricardo em *The High Price of Bullion* (1810), conferindo-lhe autoridade em questões monetárias e econômicas. Debatedor de Ricardo no Parlamento foi Henry Thornton, autor de um texto inovador, *Paper Credit* (1802). Marx faz ao longo d’*O Capital* diversos comentários ao *High Price of Bullion*.

O debate inglês em torno do *debasement*, transcrito ao longo do século XVIII e intensamente entre 1690 e 1707, pode ser tomado como o momento de caracterização de uma teoria econômica da moeda. Barbon e Locke, dois autores muito referidos por Marx, simbolizam o debate. Fora da Inglaterra, e mais tarde, Galiani (1751) e Verri (1771), dois autores da predileção de Marx, efetuariam o sumário do debate. Na França, ou entre a França e a Inglaterra, Cantillon (c. 1730, publicado em 1755), autor curiosamente pouco referido por Marx, deu passos gigantescos na formulação de uma teoria do equilíbrio do balanço de pagamentos. O mesmo Cantillon relacionou circulação de moeda e quantidade adequada de meio circulante à produção e

⁶ A este respeito leia-se Vilar (1974), *Or et Monnaie dans l’Histoire*.

circulação de mercadorias – Petty já havia dado passos nessa direção, como assinala Marx. Dutot (1738) e Melon (1734) são os nomes de referência no debate monetário francês da época.

Por iniciar com a mercadoria, Marx prende-se logo ao início d’*O Capital* a valor e valor de troca. Na realidade, se prestarmos atenção ao debate econômico do século XVIII – veja-se, por exemplo, Galiani (*Della Moneta*, 1751) e Harris (*An Essay upon Money and Coins*, 1757-58) –, veremos que mesmo as discussões sobre o valor em geral foram impulsionadas pela temática monetária, ou pela aspiração a esclarecer qual o “valor da moeda”, seja em função do *debasement*, do *clipping* e do desgaste normal da moeda, ou da descoberta da América e perda de valor do metal. Alguns autores – Petty, mais tarde Galiani –, ao associarem moeda a metal e metal a mercadoria, sustentam que o valor da moeda se explica como o de qualquer outra mercadoria. Procuram formular então uma hipótese para o valor em geral, que pode ir da simples relação entre oferta e demanda a uma incipiente teoria dos custos de produção, aplicada aos metais e por extensão às demais mercadorias. Outros autores atribuem à moeda um valor especial. Locke (1691), o mais emblemático, ao considerar que o valor da moeda é dado “por consentimento”, refere-se ao peso em metal. Marx discute bastante as proposições de Locke. Outros – o mesmo Locke; bem depois, Montesquieu (1748); muito antes, os eruditos da Escola de Salamanca – associam o valor da mercadoria e das moedas, em uma relação recíproca e inversa. São as diversas ‘teorias da representação’ – a moeda “representa” mercadorias –, que funcionam como antecedentes da teoria quantitativa do dinheiro, afinal sistematizada por Hume (1752). Como se viu na seção anterior, tema muito presente em Marx.

De todo modo, e seja qual for a teoria do valor admitida, os valores relativos se expressam em preços, isso é, na expressão monetária do valor. A “forma-preço” de Marx será a expressão monetária do valor. Ora, para a série de autores do século XVIII mencionados, preço exige referência a uma moeda nacional, vale dizer, a um ente criado por uma autoridade política.

É neste contexto que se podem discutir questões como “taxa de senhoria-gem”, relação entre o valor da moeda e o valor do *bullion*, taxa de câmbio, que imantaram a atenção dos economistas do século XVIII. Ao menos desde Locke (1691) os economistas debateram concentradamente taxa de câmbio; um tema que, naturalmente, escapa à estrutura dos primeiros capítulos de *O Capital* e à maneira como Marx situa a moeda nestes capítulos. De todo modo, os economistas se engalfinhavam em torno das eventuais relações entre política monetária e taxa de câmbio, embora valha chamar atenção para o fato de que Hume e os aderentes ao binômio teoria quantitativa e *price-specie-flow* (por aí chegamos a Ricardo) pouco se preocupam com os determinantes da taxa de câmbio: ela se autoajusta e é independente da política monetária.

De certo modo, paradoxal é Adam Smith não haver levado adiante os debates sobre moeda e crédito, a despeito de seu sistema estar referido a moeda. Exatamente Smith, o economista que universalizou as ideias de Cantillon e dos fisiocratas sobre rendimentos, produção, circulação e moeda, e deu ainda dimensões inovadoras à ideia (de origens remotas) de que o valor se relaciona de algum modo a “trabalho”; algo que, reelaborado por Ricardo (1817-1821) na forma de uma crítica a Smith, converteu-se afinal em parte central da concepção de valor de Marx. No entanto, e como foi dito, sendo o propósito de Marx formular uma teoria do capital cujo ponto de partida fosse a moeda – algo que fica claro na transposição entre os capítulos III e IV de *O Capital* (Livro I) –, os debates monetários que o antecederam não parecem ter sido sua inspiração ou referência imediata; ao contrário, Marx chega à moeda através da mercadoria (valor *versus* valor de troca).

Não obstante, para efetuar o trajeto da mercadoria à moeda Marx não poderia deixar de ter como referência o pensamento econômico existente; como já dito, nascido nos debates bisseculares sobre as contingências de uma economia monetária. A “economia mercantil” de Smith é necessariamente monetária e se pode dizer que os antecessores de Smith acreditaram que o sistema econômico gira em torno da moeda e de seus dilemas. É isso

que leva às tentativas de criação de explicações econômicas para os fenômenos monetários, sendo que em certas circunstâncias – por exemplo, em Galiani (1751) – tais explicações são estendidas aos fenômenos mercantis em geral, em particular à troca: qual o valor de troca. Voltando ao fio condutor, ao tratar de valor, Marx pinça nos autores diversas frases sobre valor de uso e valor de troca, nem sempre explicitando haverem sido emitidas no seio de um debate sobre moeda.

Antes de entrarmos na exposição de Marx, duas palavras mais sobre moeda. Nas economias metálicas modernas convive uma “unidade de conta” – por exemplo, o *sterling pound* inglês – com peças de moeda de estampa e valores diversos, emitidas pela Casa da Moeda. Em resumo, e paradoxalmente, a moeda tem um preço: uma peça de tipo determinado vale tantas unidades de conta. E as mercadorias expressam seu preço (e os valores relativos) em unidades de conta (tantos *sterling pounds*) ou em unidades monetárias (tantas peças de moeda; por exemplo, tantos *shillings*, tantos *guineas*); as quais, nas circunstâncias, vêm a funcionar como unidade de conta. É o famoso problema da *realization do money of account* em peças metálicas, de James Steuart (1767). Por outro lado – o que deixamos de lado no momento – a taxa de câmbio expressa a relação de troca entre duas moedas nacionais (unidades de conta: *sterling pound* \times *livre tournois*, por exemplo), influenciada por diversos fatores, entre os quais posição do balanço de pagamentos, taxa de cunhagem, momentos de pura especulação cambial... Quem mais longe levou a discussão das relações entre moeda e câmbio foi Steuart, mas Smith entrou na matéria. Ambos (Steuart e Smith) se preocuparam com os impactos da heterogeneidade física das peças monetárias sobre a taxa de câmbio, assim como com as consequências de a Inglaterra não cobrar taxa de cunhagem. Hume, que propôs um teorema do ajustamento do balanço de pagamentos e de uniformização dos preços (o *price-specie-flow*), paradoxalmente, não se preocupou com o elemento de que é composto a moeda, o desgaste do metal etc. Valeria a pena desenvolver o tema, o qual, no entanto, não recebeu n’*O Capital* um tratamento concentrado.

Passando ao largo da taxa de câmbio, os economistas identificam desde o final do século XVII “funções da moeda”: unidade de conta (ou padrão de medida); meio de troca ou de circulação; eventualmente, entesouramento. Adiante veremos algumas definições de moeda em que estas “funções” estão bem identificadas. Porém, e antes de mais nada, qualquer moeda – algo aceito por certa coletividade como meio de troca, ou mesmo, em povos primitivos, como mero meio de conta – é, por definição, unidade de conta. E as economias nacionais, como visto, contam com uma unidade de conta “legal” e com moedas materiais, ou com “moeda ideal” e “moeda real”, para ficarmos no jargão do século XVIII retomado por Marx. *Debasement* e outras circunstâncias afetam o grau em que a “moeda real” pode ser aceita como unidade de conta; embora, como explica Galiani e vem a ser observado por Marx, a desvalorização do dinheiro “real” não afete seu poder de ordenador do valor da totalidade das mercadorias. Em suma, o *debasement* não afeta os valores ou preços relativos das mercadorias. Embora, para Marx, fosse trivial que mudanças no valor da moeda não viessem a afetar seu poder de ordenar os preços relativos, tais mudanças abalavam o mundo pacífico dos economistas, em que tanto “moeda ideal” quanto “moeda real” atuam como unidade de conta sem maiores conflitos. Em outras palavras, presumia-se certa estabilidade no valor da moeda metálica expressada em unidades de conta, mesmo porque muitas vezes a moeda metálica era utilizada como unidade de conta. Há vários fenômenos em jogo aqui, entre os quais a flutuação do valor dos metais, a relação ouro/prata e, em particular para os economistas do período pré-smithiano, o *debasement*; o qual, acreditava-se, alterava o valor da “moeda real”, ou seja, sua relação de troca com as demais mercadorias ou o preço das mercadorias. De fato, diversos episódios de *debasement* foram seguidos de perda de poder de compra da “moeda real”; conseqüentemente, e sempre que os preços fossem expressos em unidades de “moeda ideal”, mudava a relação de troca entre “moeda real” e “moeda ideal”. Em resumo, o *debasement* dava margem a uma assincronia entre moeda material e unidade de conta “oficial”. Se estivermos em presença de “curso legal”, ou obrigatoriedade de aceitação das moedas reais

como meio de liquidação de contratos, cria-se um tremendo embaraço no sistema mercantil, largamente comentado por Steuart (1767) e mesmo por Smith, na discussão dos contratos de crédito.

Para não irmos longe, vejamos como está presente na definição de dinheiro de alguns economistas importantes a dupla função da moeda, unidade de conta (ou padrão de valor) e meio de troca. A própria definição de dinheiro, como se verá, antecipa o modo como o sistema monetário é entendido. Dinheiro é:

“... the measure of value, by which the value of all other things are reckoned...”, as well as “... a change or pawn for the value of all other things ...” (Barbon, 1690, p. 7).

“... the measure by which goods are valued, the value by which goods are exchanged, and in which contracts are made payable” (Law, 1705, p. 26).

“... money are pieces of metal that public authority divides in equal or proportionate parts, and that are easily given and accepted by anyone as pledge and perpetual security, entitling oneself to receive from another person, whenever it be, an equivalent of what was given for these pieces of metal” (Galiani, 1751, p. 105).

“Money is a standard measure by which the value of all things are regulated and ascertained; and is itself, at the same time, the value or equivalent by which, goods are exchanged, and in which, contracts are made payable” (Harris, 1757/58, p. 37).

Duas palavras sobre moeda-papel. De acordo com os economistas, a moeda metálica pode ser “representada” por um bilhete que indique determinado valor (em moeda nacional) e seja aceito por todos ou por uma determinada comunidade comercial. Este bilhete tanto pode ser privado e mercantil (uma letra de câmbio) quanto emitido por um banco, ou até mesmo – e isso ocorre apenas a partir do século XVIII de modo mais geral – por uma autoridade monetária pública ou semipública, como o Banco da Inglaterra. Os bancos emitem certificados de depósito e em certas circunstâncias passam a

funcionar sob o regime de “reserva fracionária”, ou seja, a multiplicar meios de pagamento. Completa-se o processo de criação do papel-moeda. Em regime de conversibilidade, abre-se espaço para crises na conversão entre moeda-papel e moeda metálica; por exemplo, quando os bancos emitem em excesso. Smith discute prolongadamente a matéria – veja-se a longa análise no cap. II, livro II, *Wealth of Nations*, inspirada pela crise do Ayr Bank na Escócia. Ricardo pontifica após a eliminação da conversibilidade na Inglaterra, durante a crise napoleônica.

Os debates sobre os limites aceitáveis para a multiplicação de meios de pagamento, e até mesmo sobre a conveniência de sistemas que operam sob reserva fracionária, são extensos. Law (1705), por exemplo, propõe certos limites para emissão de papel-moeda em sistemas de *land-banking* (empréstimos com hipoteca de terra). Posteriormente (1719-20), o próprio Law comandou a conversão do sistema monetário francês, no rumoroso episódio do Mississippi System. Na Escócia (ver Smith), debatem-se os limites em que os bancos podem multiplicar meios de pagamento. Após a unificação britânica e ao longo do século XVIII estão em discussão as relações dos diversos bancos com o Banco da Inglaterra e os limites à concessão de crédito e emissão de moeda-papel. Este é o debate que se acentua durante o “período de restrição” e que, como mencionado, leva à polêmica da primeira década do século XIX, da qual David Ricardo e Henry Thornton foram participantes especiais. Thornton (1802), que assumiu uma concepção creditícia de dinheiro, acreditava que a autoridade monetária cumpria o papel de atenuar as crises monetárias. Ricardo, embora conhecedor profundo do crédito e do sistema monetário, partilhava a teoria quantitativa do dinheiro; a qual, de um modo ou de outro, enfatiza a autorregulação e, desse modo, confere papéis mais restritos à autoridade monetária. Os limites de expansão de crédito pelos bancos em geral e pela autoridade monetária (Banco da Inglaterra) são os temas em debate por Ricardo e, depois dele, por Overstone e Tooke, os nomes que caracterizam a *currency school* e a *banking school*. As diversas concepções de crédito, capital e *currency* das duas “escolas” informam não apenas as propostas de política econômica defendidas por seus aderentes,

como o entendimento do que é moeda em si. Essa a razão pela qual Marx, muito antes de tratar abertamente de crédito (o que ocorre apenas no Livro III), e ao efetuar a própria caracterização de “moeda”, antecipa no Livro I, capítulo III, temas que pertencem ao debate *currency x banking school*. *Contribuição à Crítica da Economia Política* reflete este, como outros debates concretos de política monetária, os quais têm por detrás entendimentos sobre moeda e sistema monetário.

3. Marx e a moeda: o que preocupa Marx

Moeda em Marx é um tema gigantesco, que ocupou um grupo considerável de economistas ao menos desde Hilferding (1910)⁷. Sem sequer reseñar as contribuições, vou me ater a um propósito bem restrito e, mesmo assim, enunciado de modo muito preliminar: em que medida a exposição de Marx sobre moeda nos primeiros capítulos d’*O Capital* reitera ou desmente o espírito geral das controvérsias monetárias dos dois séculos que o precederam; as quais, como mencionado, envolvem temas diversos e relacionados (*debasement*, escassez de meio circulante, taxa de câmbio) e definições próprias de dinheiro. Em resumo, em que medida Marx, na questão monetária, se aproxima e se afasta do espírito dos debates monetários que o antecederam, já que, como vimos, há nos três primeiros capítulos d’*O Capital* referência a um sem-número de economistas que, debatendo moeda, ocuparam papel de destaque na constituição da economia política, de 1650 a 1770. Acredito que a chave da resposta reside na mercadoria e na opção, por Marx, de desenvolver o dinheiro a partir da mercadoria. Com isso (ver *O Capital*, capítulo I), Marx colocou-se a tarefa imediata de não apenas “partir da mercadoria”, como efetuar um desenvolvimento interno até o dinheiro, em uma trajetória que, não obstante inteiramente cumprida no capítulo I, recebe complementos nos dois capítulos subsequentes. Como

⁷ Para trabalhos pioneiros, ver *O Capital Financeiro* (Hilferding, 1910); *A Teoria do Dinheiro em Marx* (Rubin, 1938). A retomada da discussão a partir dos anos 1970 foi muito impulsionada por Brunhoff (1973), *La Monnaie chez Marx*.

ficam, nessa trajetória, os temas que dominaram os debates econômicos no século XVIII, de certo modo refletidos nos termos inerentes às definições de dinheiro acima listadas, tais como *standard measure, equivalent, change or pawn...*?

Uma olhada rápida na estrutura expositiva dos três primeiros capítulos d'*O Capital* permite uma aproximação à questão. Marx inicia pela mercadoria e por seus dois fatores, valor de uso e valor (que são substância do valor e grandeza do valor). Segue-se o duplo caráter do trabalho e, afinal, valor de troca ou “forma de valor”. Na apresentação das formas de valor, Marx evita partir do dinheiro; ao contrário, pretende desenvolver as formas de valor para chegar ao dinheiro. Desse modo, o ponto de partida é a “forma simples” – duas mercadorias em confronto –, que situa a “forma equivalente”. Ao tratar da forma equivalente, Marx conclui que, nela, “a forma natural da mercadoria se torna forma de valor”. A mercadoria que expressa o valor é um equivalente.

O exemplo, ou a analogia, de que Marx se vale é significativa: peso. A mercadoria equivalente serve nas circunstâncias como “unidade de peso”. A analogia com o valor cessa aqui, prossegue Marx, porque na expressão do peso o equivalente (o ferro, por exemplo) representa uma propriedade natural comum aos dois corpos; enquanto, no valor, a expressão do valor é “social”. E prossegue: o corpo da mercadoria que serve de equivalente vale sempre como incorporação de trabalho humano abstrato e é sempre produto de um determinado trabalho útil... A formulação de Marx é bem específica, mas não deixa de representar o desenvolvimento próprio de tema antigo: medidas naturais *versus* medidas sociais. O valor, assim como o dinheiro, é uma medida social; enquanto à distância, ao calor etc. se aplicam medidas naturais. Tudo isso tem como fundamento a ideia (de Marx) de que por detrás de “valor” temos “trabalho” – uma espécie de radicalização da posição ricardiana, com um conteúdo específico bem evidenciado na apresentação, logo adiante, do “fetichismo da mercadoria”.

Voltando aos economistas, sabemos que eles se debatiam com a constatação de que o valor (expresso em dinheiro) não era uma “medida invariável”, uma vez que o metal, por sua natureza mercantil, muda de valor. Não nos esqueçamos que foi por estar em busca de uma “medida invariável de valor”, uma vez que o valor da moeda é variável ao longo dos tempos, que Smith desembocou no “trabalho comandado” (ver o final do capítulo V, Livro I da *Riqueza das Nações*)⁸. Muitos entendiam – há exceções: Barbon – que a medida de valor era “natural” (mesmo que obtida por “consentimento”, como em Locke): o peso do metal. O poder do soberano em burlar essa “medida natural” – com o *debasement*, por exemplo – seria limitado, porque as pessoas se orientariam pelo peso do metal, ou pelo preço referido a certo peso (aqui há as duas possibilidades). Atenção: é muito significativa a posição de Smith, bem evidenciada ao final do capítulo V da *WN*, de referir o preço “nominal” ao valor de uma moeda de peso metálico dado (fixo) através do tempo. O peso das moedas de mesma denominação não é fixo ao longo do tempo, porém, para efetuar comparações ao longo do tempo Smith se refere a pesos fixos e efetua a partir daí os devidos ajustamentos no valor. Implícito está que qualquer rebaixamento do peso do metal redundaria em elevação de preços; exatamente a posição de Locke e de outros tantos economistas ao se contraporem ao *debasement*. E, de todo modo, nas transações internacionais a taxa de câmbio seria sempre “peso contra peso”; o que equivale a admitir que o arbítrio do soberano quanto ao valor da moeda não ultrapassa a fronteira. O *debasement* necessariamente reduziria o valor da moeda nacional diante das outras (elevaria a taxa de câmbio). O ouro é a moeda internacional para Steuart, Smith, Marx.

O tema é, em si, aristotélico (ver o desenvolvimento dado por Marx e a citação de Aristóteles: “não pode se dar sem a igualdade, mas a igualdade não pode se dar sem a comensurabilidade”). O problema aristotélico da unidade de medida é referido por incontáveis economistas. Como achar uma

⁸ Tanto Ricardo quanto Marx, em suas críticas a Smith, deixaram de lado este aspecto.

medida invariável? A discussão deságua em Smith, que, como vimos, opta então por “trabalho”.

Para Marx, a chave da explicação está na “forma simples de valor”. A forma desenvolvida, com a qual se situa afinal o equivalente geral, assim como a forma-dinheiro, decorrem da simples. De todo modo, feito o desenvolvimento a partir da “forma simples”, na “forma-dinheiro” Marx chegará a certo peso em ouro. O equivalente, portanto, é uma mercadoria, o ouro. Ouro (ou equivalente) como mercadoria é, como vimos, um tema antigo. A esse respeito, o dilema maior dos economistas não é o ouro ser uma mercadoria e, portanto, flutuar de valor, estar sujeito a desgaste; quer dizer, a “medida de valor” difere das medidas naturais, porque seu próprio valor varia. A preocupação maior dos economistas é a inexistência de uma medida invariável de valor – uma espécie de contradição em termos porque uma medida (natural) teria que ser, por definição, invariável. Galiani diria que a preocupação é desnecessária, já que a flutuação de valor da medida não bloqueia seu papel de *standard measure*, e nem o de meio de troca. Se medirmos em metros e depois passarmos a jardas, as distâncias relativas de todos os objetos não se alteram. O valor relativo de todas as outras mercadorias (umas contra as outras) não é afetado pelo fato de a medida (ouro) ter seu valor alterado, tranquiliza-nos Galiani. O problema é que, a par de medida “natural”, o ouro é medida estatal; melhor dito, convive com uma medida estatal. Ou seja, por mais que a moeda seja uma decorrência natural das trocas, ou do comércio, recebe um *placet* estatal. Os economistas adotam como explicação para a cunhagem a necessidade de termos uma certificação oficial sobre peso e liga do metal. Sabemos que a questão é bem mais complexa; vale dizer, a capacidade de emissão de moeda está relacionada ao próprio poder do soberano ou do Estado. Marx, pelo desenvolvimento dado à matéria no capítulo I, passa ao largo desse dilema dos economistas, em cujo leito, como foi dito, se desenvolveu o pensamento econômico. A razão é simples: por desenvolver o dinheiro a partir da mercadoria, ou seja, a partir do confronto entre as mercadorias diversas, a questão do estado e da cunhagem não se coloca, ao menos no momento.

Marx se aproxima um pouco mais do dilema – a moeda como medida estatal – no capítulo II, na apresentação do “processo de troca”. Há uma passagem interessante no capítulo, em que Marx fala da troca direta (“o artigo de troca ainda não assume nenhuma forma de valor independente de seu próprio valor de uso ou da necessidade individual dos agentes de troca”). Emerge uma mercadoria-padrão aceita por todos, o “equivalente universal ou social”. A “forma-dinheiro” se fixa nos artigos mais importantes vindos do estrangeiro ou em um valor de uso fundamental, como o gado nos povos nômades. Chegamos ao ouro. Até aqui, no relato da história do desenvolvimento da forma-dinheiro, Marx fala como qualquer economista monetário do século XVIII. E isso, mesmo ao acrescentar que o valor de uso da mercadoria-dinheiro duplica: é mercadoria profana e ao mesmo tempo “valor de uso formal”, associado a suas funções sociais. Marx chega então a Locke. Para Marx, “o processo de troca confere à mercadoria que ele transforma em dinheiro não seu valor, mas sua forma de valor específica”. Critica Locke (a ideia de valor imaginário do ouro), assim como critica os que acreditaram que, por ser em funções específicas passível de substituição por símbolos, o dinheiro seria símbolo.

Qual o valor do equivalente? Marx: “Como qualquer outra mercadoria, o dinheiro só pode expressar seu valor de modo relativo, confrontando-se com outras mercadorias”. Enfim, o valor é uma relação – ver Galiani. Marx recorre novamente ao tempo de trabalho, e à necessidade de expressar o valor em outra mercadoria (pelo fato de ela também envolver trabalho). O que nos leva à “fonte de sua produção” e aos custos de produção do metal (e daí a Petty). O trecho não vai longe e é uma pena que Marx não tenha levado adiante essas discussões mais palmares sobre o processo de troca, pois é nelas que se aproxima, e ao mesmo tempo procura se distinguir, dos economistas. Na realidade, Marx de certo modo contorna o problema ao nos levar diretamente à circulação de mercadorias (capítulo III). O próprio título do capítulo III, aliás, é sugestivo: “Dinheiro ou a circulação de mercadorias”. O tema passa a ser circulação, ou a associação entre dinheiro e circulação.

É nesse contexto que Marx inicia por “medida dos valores”. Volta assim, de algum modo, ao leito comum do pensamento econômico; embora tenha criticado (não nestas passagens) acerbamente economistas, como James Steuart, que se fixam na função do dinheiro como “medida dos valores”, Marx chega a dizer que é apenas por meio dessa função (medida de valores) que o ouro – mercadoria-equivalente específica – torna-se dinheiro, que é o equivalente geral. A discussão refluí ao familiar terreno da comensurabilidade, e por meio dela Marx chega à forma preço ou forma-dinheiro, que é a expressão do valor de uma mercadoria em (determinada quantidade de) ouro. O valor de uma mercadoria passa a ser representado por sua igualdade com certa quantidade de ouro. Este é seu preço.

Tenho a impressão de que o afastamento de Marx dos dilemas dos economistas que o antecederam reside na insistência em distinguir “medida de valores” e “padrão dos preços”. Marx diz que o dinheiro “é medida de valor por ser a encarnação social do trabalho humano e padrão de preços por ser um peso metálico estipulado”. Dando pouca atenção ao primeiro aspecto – “encarnação social do trabalho” – em relação ao segundo – peso metálico – os economistas oscilavam entre considerar que o valor é o peso (Locke) ou o valor é certa unidade de conta que deveria ser fiel ao peso, mas nem sempre é (Smith aproxima-se desta última posição).

Marx prossegue: a mudança no valor do ouro não afeta sua função de padrão de preços. Como visto acima, solução Aristóteles-Galiani, baseada no caráter relativo do valor. Para efeito de nossa digressão sobre as conexões entre Marx e a economia monetária antecedente, no entanto, o decisivo é que o “padrão de preços” de Marx submerge a discussão bissecular sobre a relação entre padrão de preços e unidade de medida.

Marx passa logo, e no espírito do capítulo três, a “meio de circulação”. Note-se, portanto, que Marx não se fixa (como os economistas se fixaram) em “meio de troca”. No contexto do capítulo três, o dinheiro é imediatamente “meio de circulação”. Ora, como “meio de circulação”, não cabe analisar o dinheiro por suas dificuldades em circular ou mesmo em existir, típico

pano de fundo dos debates sobre peso, *debasement*, relação ouro-prata, conversibilidade, mudanças na taxa de câmbio... Sabemos que Marx pretende desenvolver o capital da discussão sobre “circulação” (M-D-M versus D-M-D), assim como sabemos que “circulação” era um tema frequente para os economistas – por exemplo, qual a quantidade de dinheiro necessária à circulação? Em resumo, o velho debate sobre circulação, que preocupa os economistas ao menos desde Petty, que recebe uma solução tão satisfatória em Cantillon e que vem a ser abordada novamente por Smith, em Marx representa a antessala de um tema crucial: o capital. O que o leva à conhecida distinção entre M-D-M e D-M-D. Antes disso, entesouramento, possibilidade de interrupção da circulação (ilustrada por uma longa citação de North), quantidade de dinheiro em circulação, crítica à teoria quantitativa do dinheiro. Sobre entesouramento Marx falará longamente em outras oportunidades – no capítulo III não seria o caso, porque pressupomos a “circulação” em andamento. Circulação é a contínua troca de mercadorias por dinheiro; logo, não há sentido em se falar aqui em crises na circulação, afora a importante admissão de que, na própria fórmula M-D-M, a cisão entre compra e venda antecipa a possibilidade de interrupção do circuito.

A apresentação de Marx agora está completa. Chegamos à moeda ou ao signo do valor, e ao fim do terceiro capítulo. Apenas para reiterar, Marx mergulha nos autores dos debates monetários dos séculos XVIII e início do XIX para reafirmar sua visão sobre valor e mercadoria. E, ainda, para fazer emergir da mercadoria o dinheiro, e do dinheiro, o capital. Aqui entramos já em outro terreno, próprio a Marx. O terreno, no entanto, foi inteiramente construído a partir das ossadas dos economistas, de Barbon e North a Steuart, Smith e Ricardo.

Referências

- BARBON, N. (1690). *A Discourse of Trade*. In: A Reprint of Economic Tracts. Baltimore, The Lord Baltimore Press, 1905. Disponível em: <<http://oll.libertyfund.org/title/982>>
- BARBON, N. (1996) *Discourse Concerning Coining the new Money Lighter – Answer to Mr. Lock's Considerations About Raising the Value of Money*. In: Magnusson, L. *Mercantilism*. Routledge, London, 2015
- BRUNHOFF, S. *La Monnaie chez Marx*. Paris: Presse Universitaire de France, 1973
- CANTILLON, R. (1755) *Essay on the Nature of Commerce in General*. New Brunswick: Transaction Publishers, 2003
- DUTOT (1738). *Réflexions politiques sur les finance et le commerce*, Google books
- GALIANI, (1751). *Da Moeda*. Tradução de Marzia Terenzi Vicentini. Curitiba: Musa Segesta, 2000
- HARRIS, J. (1757-58) *An Essay upon Money and Coins*, London: G. Hawkins
- HILFERDING, R. (1910). *Finance Capital – A study of the latest phase of capitalist development*. Abingdon: Routledge, 1981
- HUME, D. (1752) *Of Money*. In: Hume, D. *Essays – Moral, Political and Literary*. Indianapolis, Liberty Fund, 1985
- LAW, J. (1705). *Money and Trade Considered: with a proposal for supplying the nation with money*. Glasgow: R & A Foulis, 1750
- LOCKE, J. (1691) *Some Considerations of the Consequences of the Lowering of Interest, and Raising the Value of Money*. In: Locke, J. *The Works of John Locke in Nine Volumes*. London: Rivington, 12th ed., 1824. Disponível em: <http://oll.libertyfund.org/EBooks/Locke_0128.04.pdf>
- LOCKE, J. (1696). *Further Considerations Concerning Raising the Value of Money*. In: Locke, J. *The Works of John Locke in Nine Volumes*. London: Rivington, 12th ed., 1824. Disponível em: <http://oll.libertyfund.org/EBooks/Locke_0128.04.pdf>
- MARX, K. (1867). *O Capital: Crítica da Economia Política*. Tradução de Rubens Enderle. S. Paulo: Boitempo, 2014
- MARX, K. (1859). *Contribuição à Crítica da Economia Política*. Coleção Os Pensadores, Volume Marx. Tradução de Edgar Malagodi. S. Paulo: Abril Cultural, 1974
- MELON, J.F. (1736). *Essay politique sur le commerce*, Google books.
- OVERSTONE (1840). *Reflections Suggested by a Perusal of Mr. J. Horsley Palmer's Pamphlet on the Causes and Consequences of the Pressure on the Money Market*. In: McCulloch, *Tracts and Other Publications on Metallic and Paper Currency*. London: Harrison, 1857.
- PETTY, W. (1676) (1690) *Political Arithmetick*. In: *The Economic Writings of Sir William Petty*. Indianapolis: Online Library of Liberty, Liberty Fund.
- PETTY, W. (1662) *Treatise of Taxes and Contributions*. In: *The Economic Writings of Sir William Petty*. Indianapolis: Online Library of Liberty, Liberty Fund.
- PETTY, W. (1691) *Political Anatomy of Ireland*. In: *The Economic Writings of Sir William Petty*. Indianapolis: Online Library of Liberty, Liberty Fund
- RICARDO (1810) *The High Price of Bullion*, Cambridge: Cambridge University Press, 1952.
- RICARDO, D. (1821) *Principles of Political Economy and Taxation*. Cambridge: Cambridge University Press, 1981.
- RUBIN, I. I. (1938). *A Teoria do Dinheiro em Marx*. Tradução de Tiago Camarinha Lopes. S. Paulo: Instituto Caio Prado Jr., 2020.

SCHUMPETER, J.A. (1954) *History of Economic Analysis*. London: Allen and Unwin, 1982.

SMITH, A. (1776) *The Wealth of Nations*. Indianapolis: Liberty Fund, 1981

STEUART, J. (1767). *An Inquiry into the Principles of Political Economy*. London: Millar and T. Cadell.

THORNTON, H. (1802). *An Inquiry into the Nature and Effects of the Paper Credit of Great Britain*. Philadelphia: James Humphreys, 1807.

TOOKE, T. (1837). *A History of Prices and of the State of Circulation*, Google books.

VERRI, P. (1771) *Meditazioni sulla Economia Politica*. Silvestri, 1818/2012.

VILAR, P. *Or et Monnaie dans l'Histoire*. Paris: Flammarion, 1974.

JULIO C. GAMBINA

LA DEUDA PÚBLICA CONDICIONA LA POLÍTICA: EL CASO ARGENTINO

Recebido em 12/10/2024

Aprovado em 15/11/2024

DOI: 10.69585/2595-6892.2024.1182

LA DEUDA PÚBLICA CONDICIONA LA POLÍTICA: EL CASO ARGENTINO¹

Resumen

La deuda pública está en el origen del capitalismo, tal como lo explicita Karl Marx en la acumulación originaria del capital (*El Capital*, Tomo I, capítulo XXIV). El endeudamiento, privado y público, está asociado al desarrollo histórico y presente del orden capitalista y por ende resulta de interés rastrear el papel de la “deuda” en la constitución y desarrollo del capitalismo en cada país. En el presente, la deuda está asociada a la expansión del capital ficticio, en tanto mecanismo esencial de la producción y reproducción del régimen del capital. La renta financiera constituye una forma privilegiada de la acumulación capitalista en tiempos de crisis, atravesando todas las esferas de la actividad económica en el sistema mundial. Al decir “deuda”, aludimos a la deuda estatal, de las empresas y de las familias. En el texto que sigue privilegiamos consideraciones relativas a la deuda pública y preferentemente al caso argentino.

Palabras clave: deuda pública, economía argentina, acumulación capitalista

JULIO C. GAMBINA

Professor da Universidade de Buenos Aires (UBA), Argentina.

Email: jcgambina@gmail.com

¹ Artículo escrito a partir de una presentación preparada para el taller “Deuda asesina: Sur Global y Norte Global” en la *Conferencia Socialismo 2024*, celebrada en Chicago (EE.UU.) del 30/8 al 2/9 de 2024.

Abstract

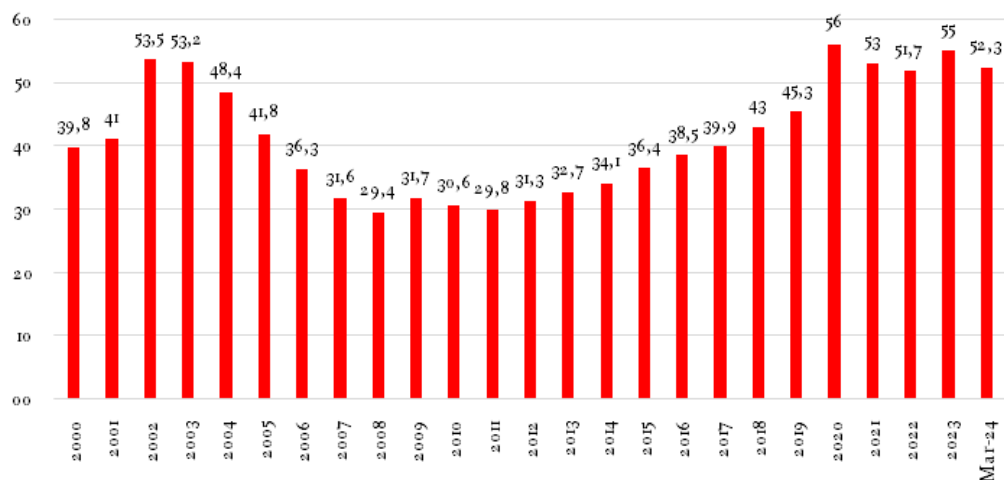
Public debt is at the origin of capitalism, as Karl Marx explains in the original accumulation of capital (Capital, Volume I, Chapter XXIV). Private and public debt is associated with the historical and present development of the capitalist order and therefore it is of interest to trace the role of “debt” in the constitution and development of capitalism in each country. At present, debt is associated with the expansion of fictitious capital, as an essential mechanism of production and reproduction of the capital regime. Financial income constitutes a privileged form of capitalist accumulation in times of crisis, crossing all spheres of economic activity in the world system. When we say “debt”, we refer to state, corporate and family debt. In the text that follows, we privilege considerations related to public debt and preferably to the Argentine case.

Keywords: public debt, Argentine economy, capitalist accumulation

I. La cuestión de la deuda en América Latina

La Cepal² en un estudio reciente destaca que el promedio de endeudamiento de los gobiernos centrales para un conjunto de 16 países de la región, a marzo del 2024, alcanzó el 52,3% del PIB, siendo del 59,7% para América del Sur y del 44,9% para Centroamérica. Para el Caribe se informa en el mismo estudio que la relación deuda sobre PBI alcanzó al 67,9%. Como puede apreciarse en las gráficas que siguen, Argentina se destaca respecto del resto por el peso relativo de su deuda. En efecto, Argentina es el único de los países considerados en donde la deuda supera un PBI, llegando a marzo del 2024 a 130,4% del PBI, mientras que Brasil, quien le sigue en el ranking, registra un endeudamiento del 75,7%, y lejos aparece México con un 40% de deuda del gobierno central sobre su PBI. Resulta elocuente el crecimiento de la deuda regional en la última década, bajo condiciones generales de desaceleración de la economía mundial luego de la crisis del 2007/09, la pandemia 2020/23 y las dinámicas de militarización y guerra agudizadas desde el 2022.

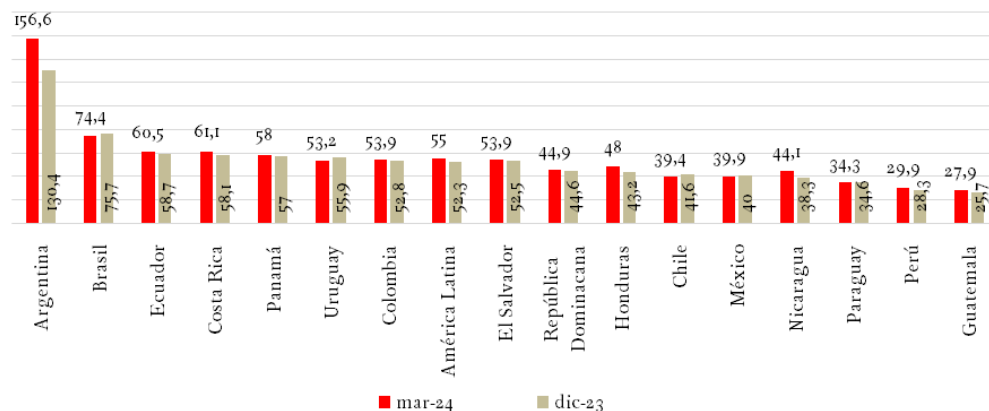
Gráfico 1: Deuda pública bruta de América Latina. En porcentaje del PBI



Fuente: Cepal

² Cepal. Estudio Económico de América Latina y el Caribe 2024; en: <https://repositorio.cepal.org/server/api/core/bitstreams/3c702abf-5733-4f5a-9d45-93636338eb53/content>

Gráfico 2: Deuda pública bruta de América Latina, por país. En porcentaje del PBI



Fuente: Cepal

2. El caso argentino

La Revolución de mayo de 1810 y la Declaración de la Independencia en 1816 crearon las condiciones de posibilidad para la inserción subordinada del desarrollo capitalista local a las condiciones de la acumulación con Inglaterra a la vanguardia. En ese marco, el origen del capitalismo local está asociado al accionar de grandes propietarios de tierras y capitales externos, principalmente británicos. Destaca hacia 1824 el primer Empréstito Público asumido por el Estado de la nueva Nación con la banca Baring Brothers. Un préstamo que se canceló en 1904, luego de 80 años de condicionamientos para la subordinación a la lógica del capital hegemónico, el poder terrateniente, en gran parte compuesto por propietarios locales y el capital extranjero.

Ese bloque social en el poder está asociado a dramáticos hechos de violencia, el genocidio indígena, constitutivo de la consolidación capitalista de la Argentina hacia 1880. Es una historia que vinculamos al nombre de este taller como “deuda asesina”³. En continuado con esa esencia “asesina”, la reaparición del problema de la deuda en el país emerge con la dictadura

³ Ampliar en Bayer, Boron, Gambina. El terrorismo de Estado en la Argentina, en: <https://fisyp.org.ar/2015/03/14/libro-terrorismo-de-estado-en-la-argentina/>

genocida entre 1976 y 1983, constituyendo un gran condicionante de la política económica en el país. En torno de la crisis del 30 del siglo XX y en el marco de la industrialización temprana de la Argentina respecto del proceso regional, inmigración mediante, el poder del capitalismo local es disputado por sectores de la burguesía local y un nuevo poder popular de base sindical, lo que motivará al bloque histórico en el poder, terratenientes y capital externo a propiciar intervenciones militares con el fin de restaurar el poder de origen.

La última asonada militar de 1976 acudió al mecanismo de la deuda para financiar una reaccionaria reorganización de la sociedad argentina, afectando las relaciones capital trabajo, modificando las funciones del Estado y cambiando las relaciones internacionales en favor de EEUU y su política exterior. Desde entonces, la “deuda” es un gran condicionante de política económica en el país, ya que todos los turnos presidenciales se sometieron a procesos de negociación de una deuda odiosa, ilegítima e ilegal en origen, que subordinó recursos fiscales a cancelar intereses, que en este tiempo alcanzaron tasas elevadísimas.

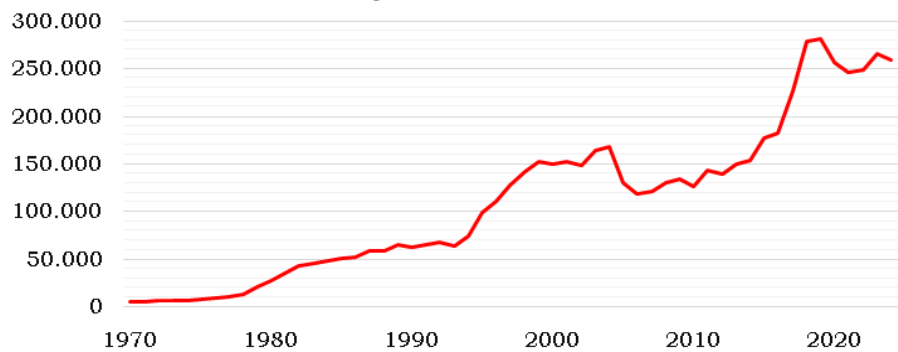
Esa historia llevó al default del 2001, el más grande en las historias de crisis de la deuda hasta el momento, y evidenció, como en la crisis de la deuda de 1982 (México), un problema que trasciende lo local para ser global. En rigor, el problema de la deuda se explica mejor mirando la elevada exposición de los principales países del capitalismo mundial, EEUU, países europeos o Japón, cuya relación deuda sobre PBI supera el 100% e incluso el 200%. La Argentina negoció la deuda luego del default y con la intervención del FMI en 2018 agudizó el problema de la deuda y el condicionamiento al conjunto de la política local.

La deuda es un mecanismo de financiamiento de la reestructuración reaccionaria del capitalismo local. En la gráfica que sigue puede verificarse la importante expansión de la deuda externa desde el régimen militar de 1976, no solo por necesidades militares, sea el conflicto con Chile por las Islas del Atlántico Sur en 1978, o la guerra contra Gran Bretaña por las

Malvinas en 1982, sino y muy especialmente para inaugurar un ciclo de reestructuración del modelo productivo y de desarrollo de la Argentina que explica las condiciones socioeconómicas del presente⁴.

Remitimos al modelo primario exportador dependiente de la hegemonía de las transnacionales de la alimentación y la biotecnología, ahora con la exploración y explotación minera, oro, cobre, litio; y de hidrocarburos no tradicionales. Un modelo productivo y de desarrollo empobrecedor de la mayoría social, agigantando la brecha de enriquecidos y empobrecidos, sobre la base de la mayor explotación de la fuerza de trabajo y el saqueo sobre los bienes comunes. La curva da cuenta de la aceleración del endeudamiento hasta el default del 2001 y como luego de la crisis mundial del 2007/09 y las renegociaciones del 2005 y del 2010, el endeudamiento vuelve a crecer, más aún con la intervención del FMI en 2018 y las condiciones mundiales de la recesión 2020 y la desaceleración ya mencionada que persiste.

Gráfico 3: Deuda externa argentina. En millones de dólares



Fuente: Banco Mundial

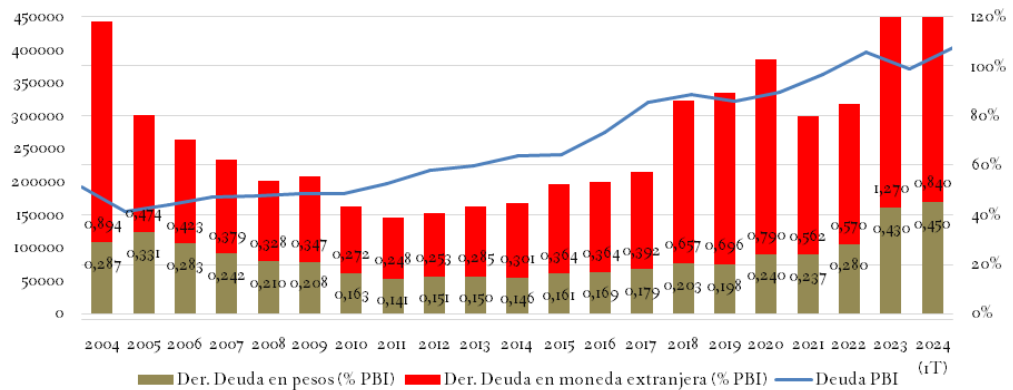
El préstamo del FMI fue por 57.000 millones de dólares, el mayor préstamo en la historia del organismo. De ese monto solo se desembolsaron casi 45.000 millones de dólares, renegociados en 2022, con 10 auditorías trimestrales del

⁴ Las gráficas son elaboración de Lucas Castiglioni, docente universitario e investigador de la Fundación de Investigaciones Sociales y Políticas (Fisyp), utilizando como fuente los datos del Banco Mundial y del Ministerio de Economía de la República Argentina. Deuda de la Administración Central, I Trimestre 2024, en: https://www.argentina.gob.ar/sites/default/files/presentacion_grafica_it2024_0.pdf

FMI, cuya octava fue concluida en julio 2024. Los compromisos con el FMI renegociados como un préstamo de Facilidades Extendidas proyecta la hipoteca de las cuentas públicas del país hacia el 2034.

La gráfica siguiente da cuenta de la evolución de la deuda pública de la Administración Central en las últimas dos décadas, discriminando la asumida en moneda nacional y extranjera. Resulta evidente la aceleración del endeudamiento desde 2018 y muy especialmente en 2023 y 2024, en el final del gobierno de Alberto Fernández en diciembre del 2023 y el inicio de la gestión de Javier Milei desde el 10/12/2023.

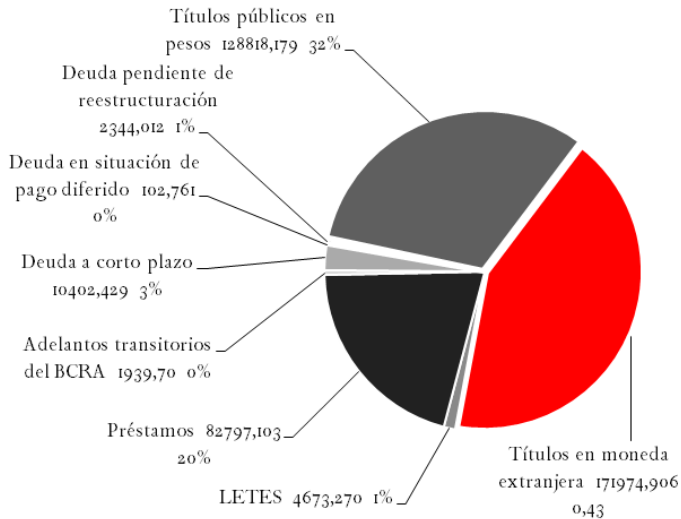
Gráfico 4: Deuda pública de Argentina. En millones de dólares y en porcentajes



Fuente: Ministerio de Economía de Argentina

En la gráfica siguiente, elaborada sobre fuente oficial ya mencionada, se puede observar los distintos instrumentos, destacando el 75% en títulos, 43% en divisas y 32% en moneda local.

Gráfico 5: Deuda pública de Argentina. Por instrumentos. 2024, primer trimestre



Fuente: Ministerio de Economía de Argentina

En el informe sobre “Mercado de cambios, deuda y formación de activos externos, 2015-2019” elaborado por el BCRA y difundido en mayo 2020⁵ se destaca que, “durante la fase de ingreso de capitales comprendida entre diciembre de 2015 y principios de 2018, aproximadamente 8 de cada 10 dólares que ingresaron al país desde el exterior tenían su origen en colocaciones de deuda y capitales especulativos. El ingreso de divisas por deuda pública, privada e inversiones especulativas de portafolio sumó USD 100.000 millones en el período. En 2018, a partir del cierre de los mercados voluntarios de crédito, se inició una fuerte reversión en los flujos de capitales, ante lo cual las autoridades decidieron recurrir al Fondo Monetario Internacional (FMI), que desembolsó un préstamo record de USD 44.500 millones”.

Continúa el informe diciendo que, “a lo largo de todo el período, la formación de activos externos (FAE) de los residentes (coloquialmente llamada “fuga de capitales”) se triplicó, superando los USD 86.000 millones. Aún durante la primera fase de auge e ingreso de capitales, la formación de activos

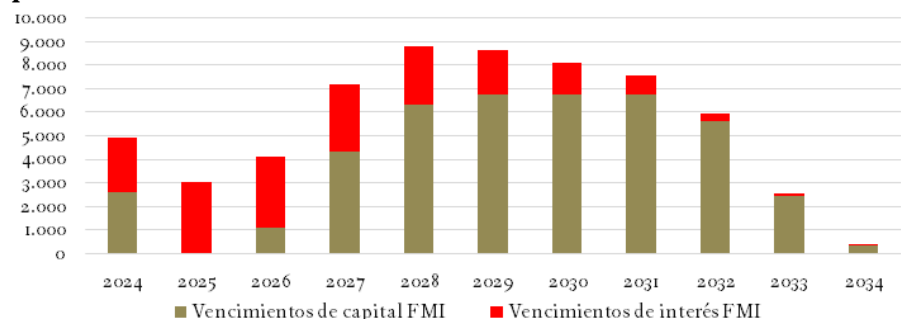
⁵ BCRA. <https://www.bcra.gov.ar/Pdfs/PublicacionesEstadisticas/Informe-Mercado-cambios-deuda-%20formacion-de-activos%20externo-%202015-2019.pdf>

externos de los residentes alcanzó los USD 41.100 millones. En la etapa de aceleración de salida de capitales, a partir de mayo de 2018, la FAE alcanzó los USD 45.100 millones”.

Señala el documento que “la fuga de capitales presenta en el período una notable concentración en unos pocos actores económicos. Un reducido grupo de 100 agentes realizó compras netas por USD 24.679 millones. Por su parte, la FAE de los 10 principales compradores explica USD 7.945 millones”.

La larga cita tiene sentido para explicar uno de los mecanismos favoritos de acumulación de la clase dominante, precisamente la “fuga”, y, claro, la deuda y especialmente el FMI favorecieron en este ciclo histórico el proceso de apropiación de plusvalor y acumulación más allá del territorio local. La deuda es un mecanismo de dominación del capital concentrado en el sistema mundial, que tiene al FMI como organismo subordinado a una lógica de ajuste fiscal y regresiva reestructuración. Con los acuerdos, el FMI condiciona los recursos públicos de los países a cumplir con la deuda, pero, además, exige la aplicación de regresivas políticas fiscales, monetarias, crediticias, con metas funcionales a la dinámica de la promoción de la liberalización demandada por el gran capital, que incluye reaccionarias reformas

Gráfico 5: Deuda pública de Argentina. Por instrumentos. 2024, primer trimestre



Fuente: Ministerio de Economía de Argentina

laborales, previsionales o tributarias. La grafica que sigue da cuenta de los próximos vencimientos de la Argentina con el FMI.

Estos vencimientos son producto de la renegociación en el 2022. Más allá de esas obligaciones que compiten con uso alternativos de fondos públicos, contienen los acuerdos de metas fiscales y monetarias que explican el ajuste fiscal actual y el regresivo impacto social con 55% de pobreza, 20% de indigencia y un 45% de irregularidad en el empleo, producto de la creciente flexibilización y precarización laboral.

3. Denuncia y lucha social contra la deuda y el FMI

Existe una larga historia de denuncia y lucha contra la deuda, asumida en tiempos de la dictadura genocida con las consignas “No a la deuda” y “No al FMI”, las que se continuaron en sucesivas campañas populares hasta la actual que propicia la “Auto convocatoria por la Suspensión de pagos de la Deuda Pública y auditoría con participación popular”, una articulación político social en desarrollo desde diciembre del 2019 con múltiples actividades de denuncia y esclarecimiento. Desde la renegociación de la deuda con el FMI en 2022 asume la consigna de lucha por la anulación de los acuerdos.

Se trata de un movimiento que tiene antecedentes en campañas populares continentales, entre las que destaca la de 1985, convocada por Fidel Castro en La Habana para crear un “Club de Deudores” ante la crisis de la deuda con el impago de México de 1982. Desde entonces fueron variadas las organizaciones construidas con el objetivo de confrontar a la deuda, sus propiciadores y beneficiarios. En ese sentido destacamos la creación de la red mundial Attac (<https://www.attac-argentina.com/>), surgida a fines de los 90, en simultáneo con el CADTM (<https://www.cadtm.org/>), impulsores de la articulación mundial del Foro Social Mundial que emergiera con fuerza en 2001 en Porto Alegre, Brasil, y que ahora animan la convocatoria

a la “1.ª Conferencia Internacional Antifascista” a realizarse en Porto Alegre en mayo del 2025.

Importa resaltar que la lucha es contra la deuda, el FMI, los organismos internacionales y la dinámica de liberalización de la economía que proponen los sujetos de la dominación del capitalismo contemporáneo, las corporaciones transnacionales, los principales Estados del capitalismo global y los organismos internacionales, entre los que destacan el FMI, el Banco Mundial, la OMC.

La tarea de esclarecimiento, organización y lucha la asumimos en la Argentina desde Attac-CADTM en la “Auto convocatoria por la suspensión de pagos” y en la región latinoamericana y caribeña mediante el CADTM-Ayna, que entre otras iniciativas publicó en 2023 un libro sobre la situación en América Latina y el Caribe, editado por el Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales (Clacso)⁶.

En la introducción al texto puede leerse:

“Las perspectivas en Nuestramérica son sombrías, como lo muestran los informes de la Cepal. La economía está en franca desaceleración, aunado este proceso a fuertes presiones inflacionarias y con condiciones financieras restrictivas por el aumento de las tasas de interés. Todo ello repercute en agravar y empeorar las condiciones de vida de los pueblos. Las deudas públicas se incrementan y los pagos por intereses a los prestamistas financieros se multiplican cuando lo que se requiere es usar esos recursos financieros para el crecimiento económico con justicia social, para la educación y la salud, potenciar el empleo, mejorar los salarios y combatir las enormes desigualdades que sufren las naciones de América Latina y el Caribe. La región de Nuestramérica es la más endeudada del mundo y requiere que sus deudas se suspendan, se reestructuren, se auditen y sean abolidas las que son ilegítimas.

⁶ Clacso. La deuda en América Latina y el Caribe. Julio C. Gambina y Héctor Torres(Comps.), en: <https://biblioteca-repositorio.clacso.edu.ar/bitstream/CLACSO/24828/1/1/La-deuda-AL-Caribe.pdf>

“Los organismos financieros como el FMI, el Banco Mundial, el Banco Interamericano de Desarrollo [BID] y los acreedores privados como la banca internacional y los grandes fondos de inversión dominan y monopolizan el mercado financiero mundial y, por medio de las enormes deudas, saquean las riquezas de nuestros pueblos, imponen condiciones leoninas e impiden la libertad y el progreso social.

“Cada vez es más urgente la acción mancomunada de los pueblos pobres y empobrecidos y, además, endeudados, para resolver el grave problema de la deuda y con ello avanzar en crear un nuevo orden internacional más humano y justo. Cuando el pago de la deuda impide ejercer a cabalidad los derechos humanos simplemente no hay por qué pagarla.”

No alcanza con cancelar la deuda, está claro, pero constituye un punto de partida para explicar un gran condicionante de las políticas de ajuste y regresiva reestructuración en despliegue en la Argentina bajo un gobierno de ultraderecha. Tampoco es suficiente la lucha local nacional. Se requiere una articulación global que sustente un programa en contra de la deuda odiosa, ilegítima, ilegal, en el marco de la lucha contra la liberalización y

el régimen del capital, para recuperar una estrategia global en contra del capitalismo y por el socialismo.

Referencias

BANCO CENTRAL DE LA REPÚBLICA ARGENTINA (BCRA). Mercado de cambios, deuda y formación de activos externos, 2015-2019. BCRA, 2020. Disponible en: <https://www.bcra.gov.ar/Pdfs/PublicacionesEstadisticas/Informe-Mercado-cambios-deuda-%20formacion-de-activos%20externo-%202015-2019.pdf>

BAYER, Osvaldo; BORON, Atilio, A.; GAMBINA, Julio C. *El terrorismo de Estado en la Argentina* – apuntes sobre su historia e sus consecuencias. Buenos Aires: Fundación de Investigaciones Sociales y Políticas (FISYP), 2015. Disponible en: <https://fisyp.org.ar/2015/03/14/libro-terrorismo-de-estado-en-la-argentina/>

CEPAL. *Estudio Económico de América Latina y el Caribe 2024*. Disponible en: <https://repositorio.cepal.org/server/api/core/bitstreams/3c702abf-5733-4f5a-9d45-93636338eb53/content>

CLACSO. *La deuda en América Latina y el Caribe*. Julio C. Gambina y Héctor Torres

(Comps.), 2023. Disponible en: <https://biblioteca-repositorio.clacso.edu.ar/bitstream/CLACSO/248281/1/La-deuda-AL-Caribe.pdf>

MARX, Karl. *El Capital – Crítica de la Economía Política – libro primero*, decimosexta edición. Trad. Pedro Scaron. Ciudad de México: Siglo Veintiuno Editores, 1987

PAULO HENRIQUE FURTADO DE ARAUJO

TRABALHO DETERMINADO POR MERCADORIA, TOTALIDADE DA SOCIEDADE DO CAPITAL E O SUJEITO AUTOMÁTICO: NOTAS SOBRE A REINTERPRETAÇÃO DE MARX POR POSTONE

Recebido em 12/07/2024

Aprovado em 12/11/2024

DOI: 10.69585/2595-6892.2024.1152

TRABALHO DETERMINADO POR MERCADORIA, TOTALIDADE DA SOCIEDADE DO CAPITAL E O SUJEITO AUTOMÁTICO: NOTAS SOBRE A REINTERPRETAÇÃO DE MARX POR POSTONE

Resumo

O artigo trata da reinterpretação crítica de Marx efetuada por Moishe Postone, examinando, em particular, as categorias de trabalho determinado por mercadoria, totalidade e sujeito automático. Acompanhando a crítica de Postone ao marxismo tradicional, o artigo explora a interpretação desse autor sobre a crítica que Marx formula, a partir de 1857, aos conceitos, específicos da filosofia de Hegel, sujeito-objeto histórico, totalidade e dialética. O artigo explicita a incompatibilidade entre a crítica marxiana e a teoria social crítica do marxismo tradicional e enfatiza, em particular, a crítica imanente que Postone efetua ao ensaio “Reificação e Consciência do Proletariado” de Lukács.

Palavras-chave: Marx, Postone, sujeito automático, totalidade, trabalho determinado por mercadoria

PAULO HENRIQUE
FURTADO DE
ARAÚJO

Professor da Faculdade de Economia da UFF, membro do Niep-Marx-UFF e Coordenador do Gepoc-UFF.

E-mail: phfaraújo@id.uff.br

Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-1454-4888>

Abstract

This article deals with Moishe Postone's critical reinterpretation of Marx, examining in particular the categories of commodity-determined labor, totality, and automatic subject. Following Postone's critique of traditional Marxism, the article explores this author's interpretation of Marx's critique, from 1857 onwards, of the concepts specific to Hegel's philosophy: historical subject-object, totality, and dialectic. The article makes explicit the incompatibility between Marx's critique and the critical social theory of traditional Marxism, and emphasizes in particular Postone's immanent critique of Lukács's essay *Reification and Consciousness of the Proletariat*.

Keywords: Marx, Postone, automatic subject, totality, labor determined by commodity

I. Introdução

Postone oferece uma reinterpretação da teoria crítica de Marx que nos parece muito robusta. Partindo do fato de que a teoria social de Marx é crítica ao trabalho determinado por mercadorias – específico da sociedade do capital – e, portanto, que é uma crítica negativa, pois “critica o que é com base no que poderia ser” (2014, p. 84), Postone procede a uma crítica dura e eficaz ao que ele caracteriza como marxismo tradicional.

O marxismo tradicional se tipifica por não diferenciar trabalho universal/geral¹ de trabalho determinado por mercadoria e, portanto, produtor de valor – ou seja, por colapsar categorias que são diferentes. Decorrendo que torna transitório o trabalho específico da sociedade do capital e, com isso, se torna incapaz de apreender a especificidade do trabalho na sociedade moderna e sua função constitutiva da totalidade e da dinâmica imanente a essa sociabilidade. Por essa trilha, a crítica social própria do marxismo tradicional é feita a partir do ponto de vista daquele “trabalho” transitório e tem por cerne a crítica do modo pelo qual se distribui o produto da atividade do “trabalho”; e como o próprio “trabalho” é distribuído socialmente. Ainda que formalmente seja dito, por este campo teórico, que há uma crítica da produção, não se verifica a adequada apreensão do duplo caráter do trabalho determinado por mercadoria (trabalho útil, concreto, e trabalho abstrato).

Restando ao marxismo tradicional a crítica dos momentos exógenos à produção e, nesse nível, determinativos da distribuição: mercado e propriedade privada dos meios de produção. Por essa angulação, que toma a distribuição como espaço em que se decidirá a emancipação do “trabalho”, a luta de classes e a exploração possuem centralidade analítica e a forma específica de mediação social objetual da sociedade do capital é ignorada. Com seu apagamento, o marxismo tradicional não é capaz de compreender ou aceitar todo um conjunto categorial que especifica a

¹ Ou trabalho *sans phrase*, conforme Marx em carta a Engels de 8 de janeiro de 1868 (Marx e Engels, 1987, p. 514). Sobre o tema ver também Araujo, 2023a.

sociedade do capital: a centralidade da reificação autoestranhadora² (fetiche da mercadoria) e a dominação impessoal, abstrata, por ela produzida; a constituição de estruturas sociais pseudo-objetivas; o engendramento de uma temporalidade direcional produtora de uma historicidade auto-expansiva em que o futuro da formação é a reconstituição permanente do presente como forma de assegurar a reprodução perpétua da lógica do valor; o capital como sujeito automático capaz de plasmar a objetividade e a subjetividade constitutivas da sociedade do capital sem que isto signifique dizer que a crítica e a emancipação humana do valor estejam interditas.

A reinterpretação de Postone sugere que são exatamente estes pontos ausentes e incompreendidos pelo marxismo tradicional o que permite o surgimento do pensamento maduro de Marx ou de um Marx não mais ricardiano³. Decorrendo que o marxismo tradicional se limita a transitar em paralelo com a economia política crítica burguesa sem a capacidade de fazer avançar a crítica da economia política tal como estruturada inicialmente por Marx.

Vejamos com mais atenção alguns pontos da reinterpretação de Postone, tendo por foco o trabalho determinado por mercadoria e a totalidade social engendrada por este trabalho.

² Sobre o tema ver também Lukács (2012 e 2013); Araujo (2024a e 2023b); Duayer e Araujo (2015, 2020 e 2022).

³ David Ricardo foi um economista clássico que se ocupou da descoberta das leis sociais e econômicas que determinam a distribuição das mercadorias produzidas, a cada momento, pela formação social. Neste sentido, podemos falar de um socialismo ricardiano, cujo foco é o combate às desigualdades de apropriação de renda e riqueza, às desigualdades entre as classes sociais etc. Esta chave interpretativa só pode ter por arrimo a questão da exploração, da propriedade privada e do mercado e, com isso, ignora que, no ser social, a produção tem prioridade ontológica em relação à circulação (Marx, 2011). Ou seja, a produção capitalista de mercadorias molda a forma pela qual as mercadorias são distribuídas e os modos de extração de mais-valor, de exploração e de expropriação em geral. É ocioso lembrar que se a produção determina a circulação, a circulação retroage sobre a produção, sobredeterminando-a, sem que a prioridade ontológica da produção seja interdita.

2. Trabalho universal/geral, trabalho determinado por mercadoria e valor

Marx, no Livro I de *O Capital*, inicia sua exposição pela categoria mercadoria. Tal categoria, esclarece o autor, não é apenas um produto ou valor de uso. Para além disso, Marx sugere que mercadoria é o resultado de um tipo particular de prática social que é historicamente determinada e só pode se apresentar no interior da sociedade moderna: com o ápice da divisão social do trabalho; com uma massa humana duplamente despossuída e obrigada a vender a única mercadoria que possui – a força de trabalho; com uma ínfima parcela da população capaz de comprar esta mercadoria e personificar a lógica do capital; com o Estado moderno atuando etc. Ou seja, Marx trata de uma práxis social produtora de mercadorias que só pode existir na sociedade do capital e, além disso, sua exposição toma como pressuposto a totalidade social já estabelecida – como ensina Ruy Fausto (1987a e 1987b) pressuposto, mas, na primeira seção do Livro I, ainda não posto na letra do texto.

Postone (2014, p. 76), acompanhando Marx, identifica a presença da prática humana vital – caracterizada pelo pôr teleológico, voltada ao atendimento das necessidades humanas, do estômago e do espírito, e garantidora da reprodução do produtor e da comunidade humana à qual pertence – em toda e qualquer formação socioeconômica. Marx, como já referido, trata esta práxis como trabalho *per se* (“atividade produtiva do homem em geral” (2017, p. 878), trabalho em geral (2011, p. 57)⁴, trabalho *sans phrase*, ou seja, trabalho universal/geral. O que significa dizer que há um tipo de substância que tipifica o trabalho em toda e qualquer formação social e permite a identificação das várias práticas humanas vitais como trabalho – o que categorialmente é o trabalho universal/geral. É evidente que trabalho universal/geral enquanto tal não pode existir, a não ser como abstração real presente nas formas de trabalho particulares, específicas, sobredeterminadas, de

⁴ Há que mencionar que nos *Grundrisse* (Marx, 2011) trabalho em geral e trabalho abstrato (substância do valor) ainda não se encontram claramente diferenciados. Somente no Livro I de *O Capital* é que tal diferenciação se apresenta de modo definitivo.

cada formação humana em cada tempo e lugar. Em suma, trabalho universal/geral é um tipo de substância (permanência na mudança) que em cada contexto específico apresenta características particulares e que tipificam formas de trabalho distintas: trabalho do escravo na Antiguidade, trabalho do camponês no feudo, trabalho do proletário moderno etc. Postone reconhece esta categoria⁵ e toda sua produção teórica – e esta observação é crucial para dirimir acusações infundadas ao autor – é dirigida à crítica do trabalho determinado por mercadoria, produtor de valor, e não ao trabalho universal/geral.

Aprender adequadamente a categoria valor em Marx exige que se compreenda que em seu nível mais crucial o valor só existe encarnado no valor de uso e ambos são produzidos pelo trabalho determinado por mercadorias. O trabalho na sociedade do capital produz, no mesmo instante, trabalho útil, concreto, que é dação de forma à prévia ideação, e trabalho abstrato. E só o faz porque o produtor é agente constitutivo da, e é constituído pela, sociedade do capital e por sua lógica de fazer do valor mais mais-valor. O trabalho útil, concreto, produtor de valores de uso, pode ser tomado como o desgaste fisiológico do corpo físico do produtor para a efetivação do pôr teleológico e, deste modo, ele se apresenta em toda formação socioeconômica. Não obstante, na sociedade do capital os valores de uso são determinados pela lógica do valor – em outras palavras, só são produzidos valores de uso que podem ser vendidos efetivando o valor e o mais-valor da mercadoria e, deste modo, o valor determina a produção e a circulação da sociedade do capital. Marx (2013, p. 114) esclarece que em todas as sociedades os valores de uso constituem “o conteúdo material da riqueza, qualquer que seja a forma social desta” e que na sociedade do capital os valores de uso são suportes materiais dos valores. Por consequência, valor é a riqueza abstrata suportada pelos valores de uso (riqueza concreta) e que é específica da sociedade moderna.

⁵ Motivo pelo qual Kurz direciona forte crítica a Postone, ver a respeito Araujo (2023a).

Marx, sugere Postone, sustenta que valor também é a forma específica da mediação social na sociedade do capital⁶. Em formações que antecederam ao capitalismo, os laços sociais eram manifestos, diretos, amparados por laços sanguíneos, pela tradição, costume, formas religiosas etc. e a propriedade da terra cumpria papel-chave na ligação entre cada singularidade humana e sua comunidade⁷. Na sociedade moderna a ligação de cada singularidade entre si se dá por meio do valor objetivado na forma mercadoria e na forma autonomizada do valor de troca que é o dinheiro⁸. Neste caso o trabalho privado do produtor de mercadorias tem que possuir um caráter imediatamente social, tem que ser trabalho social. Isto ocorre porque o produtor privado ao produzir mercadorias produz valor (gelatina de trabalho humano quantificado pelo tempo de trabalho socialmente necessário gasto em média para produzir a mercadoria) – o que esclarece que: (a) trabalho privado e trabalho diretamente social são dois lados que se complementam e que se encontram em relação de dependência nesta sociedade; (b) trabalho na sociedade do capital, e somente nela, tem um caráter imediatamente social e só pode existir por meio da existência do trabalho privado. Este caráter diretamente social produz formas de estranhamento e a desefetivação do trabalhador produtivo (proletário) ao se manifestar enquanto trabalho abstrato (substância do valor) que é atividade de mediação social e prática humana determinante do caráter das relações sociais da sociedade do capital. Se o valor é tomado como categoria do mercado, da circulação, e o trabalho determinado por mercadoria é anacronicamente projetado para toda e qualquer formação socioeconômica, aceita-se que “trabalho” sempre foi social e que no capitalismo este caráter social é velado pela presença da propriedade privada dos meios de produção e do mercado. Neste caso, a

⁶ Postone (2014, p. 67) nos lembra que toda relação social (forma de interdependência social) é mediada. Marx critica a forma moderna de relação social mediada através do trabalho abstrato (valor), considerando a possibilidade de constituição de outras formas de mediação social para além do valor.

⁷ Sobre o tema ver também Araujo & Araujo (2024).

⁸ Marx (2011, p. 105) diz que o laço social nós trazemos no bolso sob a forma de dinheiro ou moeda.

burguesia, que não produz, se apropria privadamente do trabalho social. O corolário político é evidente: a superação do capitalismo exige a retirada dos véus (propriedade privada e mercado) que encobrem a exploração e a afirmação do “trabalho” como diretamente social. De modo grosseiro, essa é a figuração presente no marxismo tradicional que não compreende que afirmar o “trabalho” como diretamente social é afirmar o que Marx sugere que seja abolido – Marx critica o trabalho privado e o trabalho imediatamente social enquanto complementares; o que patenteia que Marx não faz uma crítica do capitalismo do ponto de vista do “trabalho” e sim critica o trabalho determinado por mercadoria enquanto momento fundamental da sociedade do capital. Marx chega a estes resultados por efetivar uma crítica imanente da teoria do valor-trabalho da economia política clássica e revelar o fundamento histórico particular de suas categorias. Este movimento lhe permite modificar as categorias transistóricas da economia política clássica que explicam a riqueza da sociedade humana em categorias que expressam a forma de ser da sociedade do capital e, ao mesmo tempo, permite a crítica negativa das formas de riqueza e das relações sociais desta sociedade.

Postone (2014, p. 77) sugere que está implícito na crítica de Marx que o aspecto central da sociedade do capital é “o seu caráter direcionalmente dinâmico” e este aspecto não pode ser adequadamente apreendido a partir da oposição entre Estado e sociedade civil – oposição a partir da qual a economia clássica procurava conceitualizar a sociedade do capital. Marx elucidava este caráter direcional e dinâmico ao analisar a esfera da produção sem incorrer em determinismo econômico e sem tomar a produção a partir de um “trabalho” transistórico e produtor de valor. Do que se pode aferir que, para Marx, a produção de mercadorias na sociedade capitalista não pode ser explicada corretamente como uma processualidade técnica que é regulada pelas relações sociais. Ao revés, essa produção congrega as relações sociais de modo a determiná-las e ser determinada por elas. O que nos leva a perceber que a dinâmica direcional da sociedade moderna não se deixa capturar pela oposição entre Estado e sociedade civil e, tampouco, pela

luta de classes⁹. A dinâmica histórica direcional desta sociedade abarca e metamorfoseia tanto o Estado quanto a sociedade civil e, ao mesmo tempo, baliza a luta de classes do cotidiano ou econômicas. Do que se conclui que a chave interpretativa da dinâmica histórica da sociedade do capital plenamente constituída é sua forma específica da mediação social objetual e a relação entre essa forma de mediação e a própria dinâmica direcional.

Uma outra dimensão da categoria valor é que ela se constitui como o fundamento da dominação social abstrata, o que tipifica a dominação da sociedade moderna, em seu nível mais crucial, como impessoal. Esta interpretação é vedada ao marxismo tradicional pelo fato deste tomar o trabalho abstrato como transistórico. Neste caso, “trabalho” é elevado a essência ou substância do ser social, sendo a aparência ou forma de manifestação (valor) integralmente separada do conteúdo (trabalho abstrato) e determinada pela distribuição. Em Marx, sabemos, a categoria valor manifesta e vela a essência social, o que demarca seu caráter mistificador, reificador. O marxismo tradicional assume que a crítica social deve desfeticizar teoricamente a aparência da sociedade capitalista e revelar que “trabalho” é a matriz da riqueza social, o motor regulador da sociedade e estruturador da totalidade social. Nesta figuração uma sociedade socialista é, na sua existência, a desfeticização real do capitalismo por permitir que o planejamento consciente ponha fim à distribuição pelo mercado do que foi produzido. Em outras palavras, a apreensão do trabalho abstrato como transistórico e mistificador leva o marxismo tradicional a postular a abolição do valor (forma) de modo a permitir que o “trabalho” (conteúdo ou essência) se manifeste diretamente. Ocorre que em Marx a relação entre forma e conteúdo não é contingente, a forma histórica (valor) é a forma de um conteúdo histórico (trabalho abstrato) e não de um conteúdo transistórico válido para toda e qualquer formação socioeconômica e se manifestando em formas históricas distintas a partir da esfera da distribuição.

⁹ Sobre o tema ver também Araujo (2024a, 2023c, 2022a, 2020a); Duayer e Araujo (2022, 2020, 2015).

Restando evidente que a teoria crítica de Marx trata da relação entre forma e conteúdo sociais de uma maneira oposta a esta crítica realizada do ponto de vista do trabalho. Para Marx o fetiche da mercadoria é inexoravelmente relacionado ao trabalho abstrato (substância do valor, essência)¹⁰ e, por isso, uma reificação autoestranhadora específica da sociedade do capital. O fetiche da mercadoria é o modo obrigatório através do qual a essência se manifesta e é encoberta. Para Marx o único modo pelo qual relações sociais determinadas por mercadoria se manifestam é através da reificação¹¹. A reificação ou fetiche da mercadoria é produzida no ato de produção de mercadorias, sendo, portanto, “inseparável da produção de mercadorias” (Marx, 2013, p. 148) e se explica pelo caráter social específico do trabalho determinado por mercadoria. Marx prossegue e nos diz que valores de uso devêm mercadoria na sociedade do capital por serem produtos dos trabalhos privados que os produtores realizam de modo independente entre si, o trabalho social total nada mais é do que o conjunto destes trabalhos privados realizados de modo independente. Como a relação social entre os produtores ocorre através da troca dos produtos dos seus trabalhos, temos que somente na esfera da troca as características particularmente sociais dos trabalhos privados podem se manifestar. É por meio das relações de troca dos produtos do trabalho, e através deles temos as relações entre os produtores, que os múltiplos trabalhos privados operam realmente como conexões do trabalho social total. Do que resulta que para os produtores privados e independentes “as relações sociais entre seus trabalhos privados aparecem como aquilo que elas são, isto é, não como relações diretamente sociais entre pessoas em seus próprios trabalhos, mas como relações reificadas entre pessoas e relações sociais entre coisas” (Marx, 2013, p. 148). Postone (2014, p. 82), reafirmando Marx, sugere que categorias como mercadoria e valor, que expressam formas sociais impessoais, pseudo-objetivas, não

¹⁰ Sabemos, com Marx (2013, p. 116-117), que trabalho abstrato é a substância do valor, portanto, é o conteúdo, a essência, do valor. O valor é a forma deste conteúdo. O valor de troca, por sua vez, a forma de manifestação do valor no ato da troca.

¹¹ Reificação é o apagamento da processualidade constitutiva da objetualidade. Nesse caso, fetiche da mercadoria é reificação.

apenas dissimulam as relações entre as classes sociais (para o marxismo tradicional as relações “reais” do capitalismo), em verdade “as estruturas abstratas expressas por essas categorias são as relações sociais reais”.

A essência apreendida por Marx em *O Capital* não é a essência do ser social¹², ao contrário, é a essência ou substância constitutiva da sociedade do capital – trabalho abstrato. Emancipação humana, para o Marx marxiano, é emancipação do valor (trabalho abstrato). Não se trata de emancipar a humanidade da forma valor mantendo o conteúdo “trabalho” (trabalho abstrato), ou seja, não se trata de libertar o conteúdo, a substância (trabalho abstrato), da forma fetichizadora do valor via eliminação da propriedade privada dos meios de produção, do mercado e adoção do planejamento econômico¹³ e, por esse caminho, realizar o potencial do proletariado, enquanto classe social universal, numa sociedade que regula conscientemente o “trabalho”. Este enquadramento eleva o ponto central da crítica negativa de Marx (crítica ao trabalho determinado por mercadoria) a princípio estruturante da totalidade social e não compreende que é impossível a permanência de trabalho abstrato sem que, socialmente, se faça do valor mais-mais-valor; ignora que trabalho abstrato só pode existir socialmente na presença e atuação do sujeito automático (o capital).

O marxismo tradicional, ao entender valor como determinação do mercado e dissociá-lo do trabalho abstrato, que é tomado como “trabalho”, sustenta que socialismo é a produção da grande indústria que, liberta do mercado, passa a ter um modo de distribuição adequado ao seu potencial. Trata-se, como já dito, de uma crítica positiva que, tomando uma esfera da vida social, a produção, com sua estrutura peculiar de trabalho e com a classe social que produz a riqueza abstrata (proletariado), oferta a crítica a outra esfera desta mesma vida social (distribuição). Com a crença de que uma vez libertos da

¹² Sobre o tema ver também Araujo (2021).

¹³ Para evitar incompreensões, destacamos que em nossa leitura a expropriação das personificações do capital, o fim da propriedade privada dos meios de produção e do mercado enquanto espaço da mediação social, constituem condições necessárias, mas não suficientes para a emancipação humana. Elas precisam ser acompanhadas de uma mudança radical na práxis humana vital que supere o trabalho determinado por mercadoria.

distribuição, via mercado, a mistificação do valor desaparece e o caráter diretamente social do “trabalho” poderá se efetivar sem fetichização e exploração.

Outra consequência deste enquadramento do marxismo tradicional é que se apaga uma última característica constitutiva da categoria valor: valor é forma automediadora capaz de plasmar tanto a objetividade (estruturas sociais pseudo-objetivas) quanto a subjetividade (personificações do capital e máscaras de caráter do valor) da sociedade moderna. Ele constitui o ambiente objetivo e subjetivo necessário à sua permanente reprodução ampliada. Este desconhecimento faz com que, dentre outras consequências, o marxismo tradicional apreenda as concepções de razão, universalidade e justiça (próprias das revoluções burguesas) como momentos anti-capitalistas presentes no interior da sociedade capitalista que não podem se efetivar devido aos interesses das classes capitalistas¹⁴. Neste sentido, a superação do capitalismo levaria à efetivação dos ideais até então não realizados, os ideais da modernidade capitalista. Os ideais da razão, universalidade e justiça só podem ser apreendidos adequadamente a partir da particular constituição da sociedade do capital, que, em seu nível fulcral, é engendrada pelo trabalho determinado por mercadoria. A oposição entre universalidade (abstrata) e particularidade (concreta), que é algo presente na crítica tradicional, não expressa uma contradição entre os ideais que apontam para o socialismo e a interdição de sua efetivação no capitalismo. Estes ideais (razão, universalidade, justiça) são universalidades que estão em determinação reflexiva com particularidades e ambos são produtos da sociabilidade do valor. Eles não apontam, em si, para além do capital. As particularidades, por exemplo, são particularidades de uma universalidade, portanto, logicamente, não constituem o polo emancipador da contradição social. São oposições enraizadas na realidade social do capital e no modo pelo qual a mediação social pelo trabalho abstrato (valor) engendra a constituição social. A questão decisiva aqui é sobre como a crítica social aborda a sociedade do capital: como forma de dominação de classe ou como

¹⁴ Sobre o tema ver Postone (2014, p. 88).

uma forma particular de sociedade. O tipo de abordagem determinará se as concepções sociais, princípios, normas e padrões sociais da sociedade do capital são apreendidos nos termos de uma teoria do modo de constituição social ou em termos idealistas ou funcionalistas.

A crítica negativa de Marx tem por prioridade a crítica do trabalho determinado por mercadoria que é específico da sociedade moderna. Ela é uma teoria capaz de explicitar que formas estruturadas de prática social constituem o ordenamento específico da sociedade do capital. A constatação de que as formas sociais estruturadas desta sociedade são o arrimo da subjetividade e da objetividade interdita a hipótese de que os ideais da sociedade burguesa não efetivados serão realizados no socialismo. Por fim, a possibilidade da constituição de uma teoria crítica tem seu fundamento no tipo específico de mediação social objetual da sociedade do capital – o que também bloqueia a ideia de que a possibilidade da crítica assenta-se na cisão entre os ideais da sociedade burguesa e as condições reais de sua efetivação.

Se admitirmos que a produção de valor não é exclusiva da sociedade do capital e que o trabalho abstrato é transistórico, aceitaremos que o progresso técnico é o progresso do “trabalho” através das várias formações socioeconômicas e que isto é sinônimo de progresso social. Ocorre que este encadeamento é a negação da posição sustentada por Marx e que nos diz que forma específica de produção de mercadorias no capitalismo, que é a grande indústria, possibilitou um fantástico aumento da capacidade produtiva e da produtividade. Sendo que esses aumentos só podem existir produzindo e associados ao estranhamento dos produtores e de toda humanidade, além de engendrar uma irreversível falha no metabolismo entre ser social e natureza – em suma, para Marx a tecnologia, o progresso técnico, produzidos pela sociedade do capital, não são neutros, ao contrário, são estruturados para sugar valor da força de trabalho, transformando o produtor em apêndice da máquina e permitindo que o trabalho morto seja reanimado pela apropriação da essência vital do trabalho vivo, retirando do trabalhador a omnilateralidade constitutiva de sua singularidade humana,

transformando-o em objeto da produção no interior de uma práxis de trabalho que o animaliza.

As duas críticas sociais se diferenciam, também como já indicado, a partir de suas compreensões a respeito da característica fundamental da forma de dominação social na sociedade do capital. A crítica tradicional, do ponto de vista do “trabalho”, apreende a dominação social do capital como dominação pessoal, de classe, assentada na propriedade privada dos meios de produção. Já a crítica de Marx, crítica ao trabalho determinado por mercadoria, sugere que a forma crucial de dominação na sociedade do capital é a “forma abstrata e impessoal de dominação subjacente à dinâmica histórica do capitalismo” (Postone, 2014, p. 88), que, por sua vez, tem por arrimo o trabalho produtor de valor e o valor. Esclarecendo que se trata da dominação das pessoas pelo seu trabalho e da constituição de uma forma societária cuja marca é uma dinâmica direcional intrínseca produtora de um tipo de dominação abstrata-temporal. O marxismo tradicional oferta uma crítica atrofica, por desconsiderar a especificidade da dominação abstrata do capital. Colocando no centro da análise o mercado e a propriedade privada que, uma vez abolidos no socialismo, permitirão que o “trabalho” – que atingiu seu desenvolvimento máximo com a grande indústria – se efetive como motor formador pseudonatural da sociedade. O marxismo tradicional sustenta que o progresso histórico é um movimento imanente à sociedade humana e que se dirige à efetivação do que é logicamente humano, ou seja, da possibilidade da efetivação daquilo que seria humanamente transistórico (por exemplo: razão, trabalho etc.). A consumação deste movimento se dará a partir da superação da sociedade do capital e da artificialidade que lhe é imanente. Postone (2014, p. 89) assinala que, neste caso, o marxismo tradicional aproxima-se do iluminismo e da economia política clássica por aceitar a existência de instituições naturais e artificiais; ambos sustentam que há um movimento na história humana em direção à realização do “naturalmente humano”. Por evidente, para o marxismo tradicional o capitalismo é produto de instituições artificiais e mistificadoras e o socialismo seria a expressão do “naturalmente humano”.

3. Totalidade social e trabalho determinado por mercadoria: Hegel e Marx lidos por Postone

A reinterpretação crítica oferecida por Postone, ao demonstrar os limites imanentes da teoria crítica do marxismo tradicional, não pode ignorar dois eixos centrais desta figuração de mundo: o conceito de totalidade e o conceito de que o sujeito da história do ser social é o proletariado. Postone sustenta que os dois eixos são o corolário político da crítica do capitalismo do ponto de vista do “trabalho”; além disso, sugere que a adequada compreensão dos dois conceitos em Marx se relaciona diretamente com a crítica madura de Marx, em *O Capital*, a Hegel.

Postone entende que Hegel intenciona superar a dicotomia teórica entre sujeito e objeto, que já era clássica no âmbito da filosofia, constituindo uma teoria na qual o mundo social e natural (orgânico e inorgânico) são concebidos pela prática produtora de objetividades do “*Geist*, o sujeito histórico-mundial” (2014, p. 92). Em sua leitura, o *Geist* engendra a realidade objetiva através da sua própria extrusão (*Entäusserung*) ou auto-objetivação que ocorre como processualidade da prática objetivante; o *Geist* (Espírito) constitui a si mesmo. Neste sentido, tanto a objetividade do mundo quanto a subjetividade (do(s) sujeito(s) da prática) são constituídas pelo devir dialético do *Geist*. Do que, acrescenta o autor, decorre que ambas (objetividade e subjetividade) são constituídas pela mesma substância, não sendo desconformes e sim momentos pertencentes a um todo geral homogêneo ou a uma totalidade. Em suma, nesta leitura, a totalidade (social e natural) é produto do Espírito (*Geist*) e só pode ser adequadamente apreendida enquanto um sistema processual, uma processualidade constituída por Deus, o Ser Supremo – o processo é posto por aquilo que é o resultado do processo. A apreensão é feita a partir da lógica dialética que, partindo do em-si, revela que ao fim do processo o sujeito se constitui e se descobre presente desde o início do processo, pois se trata de uma processualidade infinita na qual os momentos finitos constituem e são constituídos pelo infinito – “um círculo que pressupõe

seu fim como sua meta, que o tem como princípio, e que só é efetivo mediante sua atualização e seu fim” (Hegel, 2001a, p.30). Mais uma vez: os finitos que compõem o processo são parte do infinito, pois no interior da circularidade cada finito é remetido à totalidade. Decorrendo que o infinito é composto por finitos ordenados. Ao longo de toda essa teodiceia há algo que permanece em meio às mudanças; surgem novos predicados e há uma substância que se manifesta de novos modos, se modificando, mas, ao mesmo tempo, permanecendo possível a identificação da continuidade da presença do Espírito em todos os momentos do vir-a-ser do Espírito Absoluto¹⁵. Por evidente, se trata de uma processualidade na qual o universal (Espírito) se apresenta por meio de seus predicados (acidentes) durante toda sua pré-história. Ou seja, no início da *Fenomenologia*, não sabemos ao certo o que é o Espírito, sabemos que, partindo da singularidade, a consciência se manifesta em sua relação com um Outro que não possui consciência; ao se relacionar com Outro portador de consciência, a singularidade adquire consciência de si; estamos no âmbito da intersubjetividade. O Espírito se apresenta com a superação da intersubjetividade, na presença de uma multiplicidade de consciências. Estas, por sua vez, estão subsumidas a uma unidade e compõem a totalidade que é idêntica a si e portadora da unidade. O Espírito, por sua vez, em sua autorreflexão, se manifesta como Espírito subjetivo, Espírito objetivo etc. Somente com o Espírito Absoluto é que o *Geist* adquire autoconhecimento e se apresenta enquanto universal explicado.

Nosso crítico avança e acrescenta que para ele o *Geist* de Hegel, por ser simultaneamente objetivo e subjetivo, é o sujeito-objeto idêntico – se

¹⁵ Aqui vale lembrar o posicionamento de Marx (2017, p. 90): “Para Hegel, o processo de pensamento, que ele, sob o nome de Ideia, chega mesmo a transformar num sujeito autônomo, é o demiurgo do processo efetivo, o qual constitui apenas a manifestação externa do primeiro”. Para não haver dúvidas, enfatizo que a leitura de Hegel, sugerida por Postone, identifica na substância o próprio Espírito; o Espírito é o que se manifesta através de vários predicados ao longo do seu processo de autorreflexão. Uma vez estabelecido como consciência em si e para si, na presença da ciência, a ideia se manifesta como ideia absoluta. Todavia, a ideia tem em si a substância que é Espírito, este é pressuposto e se põe através dela. Num círculo infinito que constitui a totalidade social. E essa figuração é o que Marx critica como mística.

apresentando como uma substância que é sincronicamente “sujeito”¹⁶. Neste momento da exposição (Postone, 2014, p. 93) é oferecida uma citação do Prefácio da *Fenomenologia do Espírito* – enfatizamos, que é a única citação direta que Postone faz de Hegel nesta seção de seu livro. O que revela que ele não está tratando imediatamente da *Enciclopédia da Ciência*, da *Ciência da Lógica* e tampouco de outros materiais de Hegel. Podemos acrescentar que este fato por si já indica que Postone não sugere a aplicação da *Ciência da Lógica* enquanto chave de leitura de *O Capital* de Marx¹⁷.

A processualidade dialética, segue Postone (2013, p. 93), através da qual o Espírito (*Geist*), que é substância e sujeito automovente, engendra a objetividade e a subjetividade é um processo histórico arrimado nas “contradições internas da totalidade”. Este transcurso histórico é a expressão da auto-objetivação do Espírito (*Geist*) que, simultaneamente, é o estranhamento (*Entfremdung*) de si mesmo; o fim da processualidade da História permite a reabsorção pelo Espírito (*Geist*) do que foi alienado ao longo do percurso do seu vir-a-ser. Em outras palavras o fim da História é a realização do Espírito (*Geist*) por si mesmo, enquanto sujeito da história que é totalizante e, ao mesmo tempo, totalizado.

Lukács (2003), no ensaio “A reificação e a consciência do proletariado”, que compõe o livro *História e Consciência de Classe*, segundo Postone (2014, p. 93), procura adequar a teoria de Hegel à realidade social e, desse modo, afastar o idealismo e assentá-la em termos materialistas. A construção de Lukács tem na categoria práxis o cerne de uma teoria dialética social do

¹⁶ Este é o parágrafo da *Fenomenologia do Espírito* de Hegel que é citado por Postone:

§18 - [Die lebendige Substanz] Aliás, a substância viva é o ser, que na verdade é sujeito, ou – o que significa o mesmo – que é na verdade efetivo, mas só na medida em que é o movimento do pôr-se-a-si-mesmo, ou a mediação consigo mesmo do tornar-se outro. Como sujeito, é a negatividade pura e simples, e justamente por isso é o fracionamento do simples ou a duplicação oponente, que é de novo a negação dessa diversidade indiferente e de seu oposto. Só essa igualdade reinstaurando-se, ou só a reflexão em si mesmo no seu ser-Outro, é que são o verdadeiro; e não uma unidade originária enquanto tal, ou uma unidade imediata enquanto tal. O verdadeiro é o vir-a-ser de si mesmo, o círculo que pressupõe seu fim como sua meta, que o tem como princípio, e que só é efetivo mediante sua atualização e seu fim (Hegel, 2001a, p.30).

¹⁷ O que não impede o reconhecimento, por parte do autor, como veremos a seguir, da presença de uma lógica dialética imanente à sociedade do capital e que é capturada por Marx em *O Capital*.

capitalismo do século XX. De modo engenhoso, Lukács adota a ideia de Max Weber de que a sociedade capitalista se caracteriza por “um processo histórico de racionalização” e tenta incluir esta ideia na teoria crítica marxiana sobre o capitalismo. O caminho adotado é fundamentar o “processo histórico de racionalização” naquela que é a fonte primordial constitutiva da sociedade do capital – a forma mercadoria – e na análise que Marx faz da forma mercadoria. Deste modo, Lukács pode sustentar que o processo de racionalização é uma construção social e que não se explica por algum tipo de tendência linear. Além disso, ao incorporar as relações de propriedade em uma construção teórica mais ampla do capitalismo, pôde esclarecer que as relações de propriedade não são o predicado organizador mais importante do capitalismo, como defendia Weber.

Neste ponto torna-se patente a potência e inovação da formulação de Lukács, pois, ao descrever a sociedade do capital relativamente à racionalização das várias facetas da vida, ao arrimar essa descrição na forma-mercadoria e no seu papel estruturante das relações sociais, Lukács oferece, de modo subjacente, uma figuração teórica do capitalismo que se coloca muito além de um sistema de exploração amparado na propriedade privada dos meios de produção. Postone (2014, p. 94) acrescenta que Lukács revela que as categorias mobilizadas pelo Marx maduro expressam um empreendimento robusto de ultrapassagem do dualismo sujeito e objeto – as categorias marxianas dizem respeito a formas estruturadas de prática que são, concomitantemente, formas de objetividade e subjetividade. O enfoque delineado possibilita a captura dos modos pelos quais as estruturas sociais, consideradas nas suas especificidades históricas, constituem e são constituídas pelas práticas humanas. Além disso, sugere o sentido de uma teoria das formas do pensamento e como estas formas se transformam no capitalismo de modo a evitar a mutilação do objeto analisado (algo que é usual nos modelos lógicos calcados na dicotomia base-estrutura) e, ao mesmo tempo, sugere Postone, este enfoque evita o equívoco do idealismo no qual incorrem modelos lógicos culturalistas. Lukács, a partir deste enfoque, pode criticar as teorias, ideologias e instituições da sociedade capitalista e,

ao mesmo tempo, criticar o marxismo mecânico e determinista da Segunda Internacional.

Conquanto reconheça o potencial, a novidade e o talento intelectual expressos no enfoque proposto por Lukács, Postone não se recusa a apresentar uma crítica imanente do texto em questão. Neste sentido, nos diz que se, por um lado, Lukács mira para além do marxismo tradicional, por outro lado não consegue se libertar de algumas hipóteses cruciais do marxismo tradicional. Em primeiro lugar, o modo pelo qual Hegel é apreendido por Lukács produz o entendimento de que a sociedade humana é uma totalidade constituída pelo “trabalho” (trabalho determinado por mercadoria tomado transitoriamente). Sendo esta totalidade oculta pelas relações sociais da sociedade capitalista, que são segmentadas e particularistas (explicadas em termos de uma única causa, fator ou processo), decorrendo que somente no socialismo esta totalidade poderá realizar-se claramente. Em segundo lugar, Lukács identifica no proletariado o sujeito-objeto idêntico hegeliano, o sujeito da processualidade histórica que engendra o ser social e a si mesmo, enquanto proletário, através do “trabalho”.

Essas duas hipóteses adotadas por Lukács, prossegue Postone, só se sustentam a partir da aceitação de que a essência do capitalismo é dada pela propriedade privada dos meios de produção e da construção de uma crítica feita do ponto de vista do “trabalho”. Do que se pode concluir que se a análise de Lukács visa a crítica e ultrapassagem do marxismo tradicional, ela não se mostra adequada enquanto teoria social crítica da sociedade capitalista por se manter na perspectiva da crítica do capitalismo do ponto de vista do “trabalho”.

Considerando a formulação de Postone, podemos dizer que Marx, em *O Capital*, apresenta uma crítica negativa da economia política profundamente divergente da leitura crítica aberta por Lukács em *História e Consciência de Classe*. Na interpretação de Postone (2014, p. 95), Marx, em *O Capital*, intenta elucidar de modo social e histórico o que Hegel procurava captar com o conceito de Espírito (*Geist*). Marx não identifica o sujeito-objeto

idêntico ao proletariado, mas ao capital. Além disso, não afirma positivamente a totalidade da sociedade do capital como ponto de vista da crítica social.

É nítido que a crítica de Marx a Hegel se altera com a constituição de sua crítica da economia política. Postone (2014, p. 95) assinala que na *Crítica da filosofia do direito de Hegel*, de 1843, Marx segue a posição de Feuerbach e busca inverter sujeito e objeto. Acrescenta que nos *Manuscritos Econômico-Filosóficos* de 1844 (2004) apreende o trabalho determinado por mercadoria como categoria transistórica e sugere que Hegel transformou o trabalho real, executado pelo produtor humano vivente, em trabalho do conceito. Por fim, em *O Capital*, publicado em 1867, Marx efetua um esforço de ir além da mera inversão materialista dos conceitos hegelianos e, recuperando conceitos idealistas de Hegel, que anteriormente criticara em *A Sagrada Família* (2003[1845]) como mistificações, pretende verificar a validade social destes conceitos.

Em *A Sagrada Família* “Marx critica o conceito filosófico de ‘substância’”¹⁸ e direciona sua crítica, em particular, ao modo pelo qual Hegel apreende a substância enquanto sujeito. Acreditamos que o sistema de Hegel deva ser entendido como um círculo em permanente movimento. Como foi dito anteriormente, o movimento é explicado pela dialética e a totalidade entendida enquanto manifestação do próprio Espírito (*Geist*). De tal forma que no início de tudo, e da exposição de Hegel, já está presente o Espírito que na busca de autocompreensão constitui a totalidade (natural e social) e ao final de sua teodiceia reconcilia-se consigo, reabsorvendo o que havia exteriorizado de modo estranhado/alienado – o fim é o começo e o começo é o fim. Eis o Espírito Absoluto manifesto enquanto Espírito do Mundo. Sendo

¹⁸ Para não haver dúvidas, conceitos no âmbito da Filosofia sempre estão em disputa. Cada filósofo e escola filosófica apresentam sua compreensão dos conceitos e buscam, por assim dizer, superar as interpretações de outros filósofos e escolas filosóficas. Naturalmente, não há consenso entre filósofos a respeito de conceitos como: substância, ontologia, universal etc. Esta constatação não interdita a correção da afirmação de Postone sobre o “conceito filosófico de substância”; afinal, ele se refere ao conceito de substância tal como o idealismo alemão, Bruno Bauer e Hegel, em particular, o compreendem.

a substância o próprio *Geist* (Espírito), ela é permanência na mudança e, mudando seus predicados ou acidentes, ainda assim se mantém como substância. O Espírito que é em-si, ao se defrontar com o Outro, estabelece uma relação de identidade e não-identidade e, desta forma, chega ao para-si, à consciência de si. A consciência que realiza a extrusão já é o Espírito, e sua busca é por autoesclarecimento. O que é exteriorizado é a própria substância que especifica o Espírito. O que não significa dizer que tudo é Espírito, mas que nas singularidades manifestas extrusadas pelo *Geist* está presente a substância do próprio *Geist*. O Espírito Absoluto, enquanto Espírito do Mundo¹⁹, surge ao final da longa teodiceia, reabsorvendo tudo o que havia estranhado de si, e este é o fim da história. Em nossa interpretação, evidencia-se que o Espírito constitui o mundo natural e social. Para ser enfático, pensamos que o *Geist* (Espírito) de Hegel é o Ser Supremo – Deus²⁰. Marx (2003) realiza a crítica imanente desta figuração de Hegel e de Bauer, por isso o seu ataque radical ao conceito filosófico e místico de substância.

Em *O Capital* Marx, de modo cristalino, altera seu tratamento em relação ao “conceito filosófico” de substância. No capítulo 1 do Livro 1 Marx esclarece que o trabalho humano abstrato é a substância do valor, fazendo com que a categoria valor seja a forma daquela substância. É patente que já não toma o conceito de substância como a hipóstase teórica feita por Hegel e Bauer. Mesmo que não admita este giro, é evidente que em *O Capital* a substância (trabalho abstrato) é um predicado de relações sociais mediadas pelo trabalho e que só existem enquanto tais na sociedade do capital. Na primeira seção do Livro 1, Marx apresenta o movimento das categorias valor de uso, valor e valor de troca, partindo da contradição real constitutiva da forma mercadoria, o par antitético valor e valor de uso. Esclarecendo que contradições reais não produzem suprassunção (*Aufhebung*) (Marx, 2017,

¹⁹ Sobre o tema ver também Hegel (2001a, p. 36-37, p. 154-155); 2001b, p. 214-220).

²⁰ É possível apresentar várias passagens nas obras de Hegel em que essa proposição tem total amparo. Por fugir do escopo deste artigo, apenas indicamos algumas referências sem realizar os necessários comentários a respeito. Ver, por exemplo: Hegel (2001a, p. 29-32; 2001b, p. 80-81, p. 132-133, p. 188, p. 190, p. 203-206; 2016, p. 51-52; 1992, p. 57-58; 1995b, p. 321, p. 346-350; 1995a, p. 373).

p. 178), apenas provocam o movimento, o deslocamento categorial, e é isto que permite partirmos da contradição real valor de uso e valor, chegarmos ao valor de troca e, em seguida, na forma mais determinada do valor de troca ou sua forma autonomizada, o dinheiro. Uma vez esclarecida a categoria dinheiro, Marx pode demonstrar que há uma lógica que leva todo o gênero humano a se organizar, objetiva e subjetivamente, para fazer de dinheiro mais dinheiro – a lógica do capital.

No capítulo 4 o capital é apresentado de tal maneira que a remissão ao sujeito (*Geist* ou Espírito) de Hegel é imediata²¹: valor (forma da substância trabalho abstrato) é o sujeito automático do processo, valor (trabalho abstrato) em processo automovente assume predicados distintos ao longo do seu círculo infinito de autovalorização. Neste primeiro momento, Marx apresenta a fórmula geral do capital ($D - M - D'$; sendo D dinheiro, M mercadoria, $D' = D + \Delta D$ e ΔD o acréscimo de dinheiro) tal como ele se manifesta imediatamente na esfera da circulação (2017, 231). Na sequência das seções e dos capítulos dos Livros 1, 2 e 3 de *O Capital* o movimento categorial é devido à dialética e envolve a suprassunção. Passamos, ao longo dos capítulos, do capital em sua fórmula geral, do capital de comércio, para o capital de empréstimo de dinheiro, para o capital industrial/produtivo etc., mais adiante Marx apresenta a acumulação de capital com aumento da composição do capital, concentração e centralização de capital etc. Já a fórmula geral do capital não se define por seus predicados ou suportes, pois o capital, neste ponto da exposição, já é sujeito pleno. Seus predicados especificam a intensificação que a categoria sofre ao longo da exposição de Marx até que ela surja em toda sua completude categorial, sobredeterminada – dizendo

²¹ “O valor passa constantemente de uma forma a outra, sem se perder nesse movimento, e, com isso, transforma-se no sujeito automático do processo. [...] Na verdade, porém, o valor se torna, aqui, o sujeito de um processo em que ele, por debaixo de sua constante variação de forma, aparecendo ora como dinheiro, ora como mercadoria, altera sua própria grandeza [...] [e assim] valoriza a si mesmo. Pois o movimento em que ele adiciona mais-valor é seu próprio movimento; sua valorização é, portanto, autovalorização. [...] [o valor] se apresenta, de repente, como uma substância em processo, que move a si mesma e para a qual mercadorias e dinheiro não são mais do que meras formas” (Marx, 2017, p. 229- 230, grifos nossos).

o mesmo de outro modo, ela não se explica pelos predicados, o sujeito já é sujeito integral (Fausto, 1987a).

Em suma, e reafirmando a posição de Postone: Marx defende, de modo imediato e explícito, que capital é substância (trabalho abstrato) em processo autoexpansivo e, neste devir, é sujeito da ação. Um sujeito que é valor e se organiza para continuar a se produzir e se reproduzir de modo sempre ampliado – o sujeito que é objeto e age sobre si mesmo, ou seja, um sujeito-objeto idêntico. Ao contrário de Hegel, cujo sujeito era uma hipótese mítica, Marx demonstra que existe no capitalismo, e somente nele, um sujeito histórico real – tal como postulado por Hegel. E, para surpresa do marxismo tradicional, Marx não associa este sujeito histórico, da sociedade do capital, a uma classe social (o proletariado) ou ao gênero humano. O sujeito (valor em expansão, capital) é apreendido por Marx a partir “da estrutura de relações sociais constituídas pelas formas de prática objetivante” (Postone, 2014, p. 96), trabalho determinado por mercadoria; que só existe enquanto tal no interior de uma totalidade social complexa em que a divisão do trabalho atingiu seu ápice e em que a massa dos produtores humanos está apartada dos meios de produção. Para Marx, as relações sociais específicas do capitalismo, mediadas pelo valor (trabalho abstrato), têm a originalidade de possuir os predicados que Hegel atribuía ao Espírito (*Geist*) e, neste enquadramento, é possível sustentar que existe, na sociedade do capital e somente nela, segundo Marx, um sujeito histórico semelhante ao apresentado por Hegel.

Assimilar que capital, para Marx, é relação social e não coisa física (máquinas, equipamentos, terras, dinheiro etc.) é condição necessária à compreensão de que a categoria capital não pode ser adequadamente apreendida somente com os conceitos de exploração, propriedade privada dos meios de produção e dominação da classe proletária pela classe burguesa. Se a categoria capital, que manifesta relações sociais específicas da sociedade do capital, guarda analogia com o conceito hegeliano de Espírito (*Geist*), decorre que essas relações sociais, dotadas de um caráter histórico específico e

dialético, não se deixam apreender satisfatoriamente em termos de classes sociais e suas lutas²². Postone argumenta que Marx, neste enquadramento, sugere que as relações sociais estruturantes do capital instituem a base social do conceito de *Geist* de Hegel. Estes dois aspectos da crítica social de Marx de *O Capital* sinalizam uma alteração na crítica materialista de Marx a Hegel e portam amplas consequências para a compreensão da epistemologia inerente à relação entre sujeito e objeto, para a questão do sujeito histórico e para o conceito de totalidade social.

Marx, ao apresentar a categoria capital como sujeito histórico da sociedade moderna, estabelece, simultaneamente, uma teoria das relações sociais que, em seu nível crucial, são constituídas não pelas classes sociais e suas lutas, mas pelas formas de mediação social expressas pelas categorias valor e capital²³. Neste caso, a teoria social de Marx procura explicar “o que constitui o próprio tecido da sociedade moderna” (Postone, 2014, p. 97) para além dos conceitos de exploração e dominação de classe social. Este tecido social determina a categoria capital, tal fato evidencia a semelhança com a filosofia de Hegel, que, como vimos acima, postula uma circularidade em seu sistema, na qual o final é o reencontro com o começo e o começo é portador do final. No enfoque de Marx, a validade social e histórica do sujeito de Hegel (*Geist*) se mantém enquanto este sujeito não é identificado como um “agente social concreto e humano, coletivo e individual” (2014, p. 97). O sujeito histórico da sociedade do capital, para Marx, é constituído por relações sociais objetivadas²⁴, que, por sua vez, se manifestam como formas categoriais subjetivas e objetivas, peculiares a esta sociedade, e que têm no

²² Sobre o tema ver também Araujo (2024a, 2016, 2018 e 2020b).

²³ Reafirmamos que valor só é produzido socialmente no interior de uma formação socioeconômica cujo objetivo é valorizar o próprio valor; fazer de dinheiro mais dinheiro. Ou seja, valor só existe socialmente, se valorizando, enquanto forma da substância (trabalho abstrato) do capital (sujeito automático).

²⁴ Como é o valor (trabalho abstrato) o que permite a ligação social direta entre as mercadorias e indireta entre os produtores e como valor só pode existir suportado por mercadoria ou dinheiro (que é um tipo especial de mercadoria e que é a forma autonomizada do valor de troca e este, por sua vez, é a expressão do valor), a relação social é mediada pelos objetos portadores do valor; é uma relação objetual. Sendo essa a chave explicativa da reificação da mercadoria enquanto forma autoestranhadora.

trabalho abstrato sua substância²⁵; trabalho abstrato que é a práxis humana social que torna possível a mediação social na sociedade do capital. Em resumo, o sujeito histórico em Marx é abstrato e não se identifica, em seu nível fulcral, com um agente social. Sem desconsiderar que tanto Marx quanto Hegel postulam um sujeito histórico que se desenvolve temporalmente a partir de uma lógica que lhe é imanente e independente da vontade das singularidades humanas.

Postone (2014, p. 97-98) argumenta que Marx, em *O Capital*, procura examinar o capitalismo levando em conta a presença de um desdobramento dialético que é independente da vontade das singularidades humanas e que se manifesta enquanto uma lógica²⁶. Este desenvolvimento da lógica dialética é examinado enquanto manifestação real de relações sociais estranhadas que são engendradas pelas práticas humanas e, apesar disso, existem de modo pseudo independente. Esse modo de existir não é tomado como ilusão ou explicado pelo desconhecimento do real funcionamento social por parte dos indivíduos que compõem esta formação social. Ele é produto das próprias formas sociais do capitalismo e se limita a esta formação social.

Em Hegel, continua Postone (2014, p. 98), o sujeito-objeto idêntico é transistórico e tem a capacidade de conhecer, de desenvolver sua subjetividade, já o sujeito em Marx é inconsciente e limitado historicamente à sociedade do capital. Se formas determinadas de prática social constituem o capital como estrutura social, o capital, no que lhe diz respeito, traz a potência de constituir formas de prática social e de subjetividade. O capital não possui personalidade ou individualidade e, ainda que se volte sobre si mesmo, possui a capacidade de, enquanto forma social, ser a causa da constituição de

²⁵ Trabalho abstrato pode ser apreendido em termos de quantidade e qualidade. Como qualidade, trata-se de trabalho homogêneo e, portanto, indiferenciado. A quantidade, mensurada pelo tempo de trabalho socialmente necessário para a produção da mercadoria, por evidente, se diferencia. O capital, enquanto processualidade autoexpansiva do valor, se apresenta como um infinito que é constituído por uma sequência de quantidades finitas de valor expressas em dinheiro.

²⁶ Como dito anteriormente, não obstante Postone constata a existência de uma lógica dialética no capitalismo que é investigada por Marx em *O Capital*, ele não está postulando a aplicação da *Ciência da Lógica* de Hegel à leitura de *O Capital*: “A forma de exposição da análise madura de Marx não é uma ‘aplicação’ da dialética de Hegel à problemática do capital” (2014, p. 103).

autoconsciência – não obstante ele próprio não ter autoconsciência. Neste ponto evidencia-se que Postone se esforça por diferenciar subjetividade de sujeito sócio-histórico em Marx.

Segundo Postone (2014, p. 98) é a apreensão do sujeito (capital) como estruturas determinadas de relações sociais e, com isso, a interdição da identificação do sujeito com um agente social, o que leva Marx a alterar os termos da epistemologia do sujeito-objeto e apontar para uma teoria social da consciência. No entendimento de Postone, Marx marxiano já não enfatiza a questão de como se forma o conhecimento do sujeito (seja o indivíduo ou seja a classe) em sua relação com o mundo efetivo externalizado. O cerne da questão do conhecimento é a relação entre as formas de mediação social e as formas de pensamento, sendo que as relações sociais são apreendidas como determinações de subjetividades e objetividade social. A crítica de Marx, com isso, pode explicar historicamente o dualismo sujeito-objeto clássico, indicando sua razoabilidade frente ao contexto em que fora desenvolvido. Patenteando-se como teoria crítica que investiga as formas de pensamento em suas conexões com “as formas estruturadas e estruturantes constitutivas da sociedade capitalista” (2014, p. 99).

Lukács (2003), em *História e Consciência de Classe*, como já vimos, toma o sujeito abstrato de Hegel como um sujeito concreto e consciente (o proletariado) que ao longo da história do gênero humano se desenvolve e, graças à prática humana vital (“trabalho”) – que exterioriza, objetiva e retroage sobre o produtor – pode adquirir autoconsciência integral. Neste caso, é subjacente que o “trabalho” (determinado por mercadoria e tomado como transitório) produz a substância que constitui o sujeito histórico (proletariado) e que não se realiza integralmente como sujeito, não podendo ultrapassar a pré-história humana, porque o capitalismo bloqueia suas ações e potencialidades. Postone (2014, p. 99) sustenta que nessa figuração o sujeito histórico seria uma transposição do sujeito individual burguês para um coletivo social: o proletariado – isto é plausível, posto que burgueses e proletários são determinações da lógica autoexpansiva do valor que se manifesta através

de relações sociais objetivadas. Neste sentido, o que Lukács em 1923 realiza é a projeção anacrônica, para toda a história humana, do que é específico da sociedade do capital.

Correndo o risco de sermos redundante, reafirmamos que a teoria crítica de Marx a partir de 1857 está distante tanto das interpretações do marxismo tradicional quanto da formulação de Lukács exposta acima. Marx escrutina as relações sociais capitalistas como constituintes do sujeito (valor em expansão) e não como relações sociais que impedem a plena realização do sujeito. O autor esclarece que as estruturas sociais pseudo-objetivas capturadas por suas categorias (formas de ser) não mascaram as relações sociais que seriam reais, as relações entre as classes sociais, e tampouco escondem o sujeito histórico efetivo que, para o marxismo tradicional, seria o proletariado. Como já dito, em *O Capital*, segundo Postone (2014, p. 99-100), Marx advoga que as estruturas sociais “são as relações fundamentais da sociedade capitalista” e formadoras do sujeito histórico. Não parece adequado, portanto, defender que em Marx, a partir destas descobertas, ainda exista um sujeito meta-histórico (como faz o marxismo tradicional) e que irá realizar toda sua potencialidade na sociedade comunista.

Considerando agora o conceito de totalidade, assinalamos que ele não deve ser compreendido como uma indeterminação referente a um “todo” em geral. Postone sugere que em Hegel o Espírito (*Geist*) “constitui uma totalidade substancialmente homogênea que não é somente o Ser do início do processo histórico, mas, desenvolvido, é o resultado do seu próprio desenvolvimento. O desenvolvimento completo e a autorrecuperação do *Geist* é o ponto final do seu desenvolvimento” (2014, p. 100)²⁷. O marxismo tradicional, partindo do “trabalho” transitório e de relações sociais capitalistas – que, na sua interpretação, velam a dominação pessoal e impedem a plena realização do sujeito (classe social) produtor da riqueza social – captura a totalidade hegeliana em termos “materialistas” e sustenta que o “trabalho” constitui a

²⁷ Não é possível tratar da adequação desta leitura de Hegel por Postone neste artigo. Faremos isto em um outro momento.

totalidade social; com isso, efetiva uma crítica do ponto de vista da classe social produtora da totalidade, uma crítica a partir da totalidade social que só irá efetivar todo o seu *dynamis* na sociedade comunista.

Marx, em *O Capital*, dizendo mais uma vez, demonstra que o capital é o sujeito histórico, implicando que a totalidade é o objeto da crítica e não o ponto de vista da crítica. Na interpretação de Postone (2014, p. 100) a totalidade social é um atributo primordial da sociedade do capital e, ao mesmo tempo, manifestação do estranhamento²⁸ que domina esta formação social. A sociedade do capital, prossegue o autor, é *sui generis* por ser alicerçada na substância social homogênea trabalho abstrato que permite a esta sociedade existir enquanto totalidade social. Nesse sentido, o autor defende que formações socioeconômicas anteriores ao capitalismo não se constituíam enquanto totalidades plenas, pois somente a presença da substância trabalho abstrato, que é a geratriz, o motor estruturante da sociedade do capital, é capaz de garantir esta totalização plena caracterizada por relações sociais essenciais cuja qualidade é serem homogêneas. Por fim, estas formações anteriores não possuem uma lógica histórica endogenamente constituída, direcional e autoexpansiva. Nesse enquadramento da teoria de Marx, a totalidade social deverá ser abolida e não realizada no comunismo. A contradição fundamental da sociedade do capital²⁹ que põe a funcionar o desenvolvimento desta totalidade social não a orienta no rumo da sua completa realização, mas da sua abolição histórica enquanto totalidade homogênea e estranhada e da superação da sua forma específica de mediação social objetivada.

Postone prossegue e sugere que na formação social que supera o capitalismo haverá política; todavia, a esfera da política não deve ser compreendida nos termos de uma totalidade (parcial) que no capitalismo é impedida de efetivar todo seu potencial. Se a política na sociedade moderna é uma forma

²⁸ Uma discussão sobre alienação e estranhamento pode ser encontrada em Araujo (2024b, 2023b, 2022a, 2022c, 2021 e 2020a).

²⁹ Sobre o tema ver também Araujo (2022b).

de coordenação social acionada pelo capital que, por sua vez, é o produtor da totalidade social, ela (a política) está submetida a suas restrições e imperativos e não é a expressão da superação do capital *per se*. Postone (2014, p. 101) arremata e nos diz que a abolição da totalidade social engendrada pelo capital tornaria possível o estabelecimento de formas políticas não totalizantes, de tipos novos de coordenação e regulação política da sociedade emancipada do valor. Postone, com essa formulação, sem se dar conta, transforma a política em conceito transistórico. No nosso entendimento³⁰, a política é um tipo de pôr teleológico de segunda ordem que surge no exato momento em que as formações socioeconômicas se cindem entre possuidores e não possuidores, e entre proprietários e não-proprietários, tendo por função crucial a manutenção e garantia da reprodução do domínio de possuidores/proprietários sobre não possuidores/não proprietários. Como a emancipação do valor tem por pré-condição a abolição da propriedade privada dos meios de produção, sua efetivação produz o desaparecimento do fundamento da política e, portanto, da própria política. O que terá de permanecer são formas organizativas análogas à política, mas que já não são mais exatamente política. Por exemplo, a tomada de decisão coletiva, pela comunidade humana, a partir da exposição de ideias e da utilização do voto enquanto instrumento de escolha.

A crítica de Marx à totalidade da sociedade do capital é historicamente específica, Marx não oferta uma crítica transistórica da totalidade, tampouco mistura o que é com o que deveria ser. O que não significa dizer que Marx negue a existência de totalidade social em formações que precederam o capitalismo. Sua investigação aponta para as formas estruturantes da sociedade do capital e como elas constituem a totalidade social desta formação. Postone (2014, p. 102) ampara a ideia de que a descoberta de Marx do capital como sujeito histórico possibilita arrimar socialmente a dialética de Hegel, sendo tal feito possível a partir de uma crítica imanente ou ontológica do sistema hegeliano.

³⁰ Sobre o tema ver também Araujo (2024a, 2016, 2018, 2020b, 2023c) e Araujo & Araujo (2024).

4. Considerações Finais

A reinterpretação de Postone (2014, p. 102) sugere que a exposição categorial realizada em *O Capital*, por Marx, feita através de um desenvolvimento dialético, poderia ser tomada como um metacomentário a respeito do sistema filosófico de Hegel. Marx não aplica a dialética de Hegel à economia política, ele oferece um contexto social e histórico (a sociedade capitalista) para fundamentar os conceitos hegelianos – decorrendo que a crítica do Marx marxiano é intrínseca ao desenvolvimento categorial de *O Capital*. Ou seja, conceitos de Hegel, tais como dialética, contradição, totalidade e sujeito-objeto idêntico, manifestariam características cruciais da sociedade do capital sem os elucidar satisfatoriamente. Afinal, não são capazes de esclarecer que o capital é o sujeito-objeto idêntico de um modo de produção estranhado, constituído por estruturas sociais estranhadas, pseudoindependentes dos indivíduos, arrimadas na mediação social objetual, que agem de modo independente da vontade das singularidades humanas e as dominam de modo abstrato; não apreendem que o modo de produção constituído pela lógica do capital é portador de uma dinâmica histórica direcional de caráter dialético que é endogenamente produzida a partir da contradição fundamental estruturante da totalidade social. O que significa dizer, prossegue Postone (2014, p. 102), que Hegel assimilou “as formas sociais abstratas e contraditórias do capitalismo, mas não na sua especificidade histórica” – do que resultaram formas abstratas idealistas e hipostasiadas.

A teoria crítica do Marx maduro tem por matriz o duplo caráter do trabalho produtor de mercadoria que é específico da sociedade do capital. Em confronto com esta compreensão, torna-se evidente que os conceitos de “trabalho” de Ricardo e de Espírito (*Geist*) de Hegel são transistóricos e incapazes de capturar a peculiaridade historicamente particular dos objetos que os dois autores investigavam. O método de exposição adotado por Marx (2017, p. 90) em *O Capital*, que é a contraparte necessária do seu método de pesquisa (que por sua vez tem o ser em si por prioridade), não é a aplicação da dialética de Hegel e tampouco da teoria do valor de Ricardo. O

que ele realiza é uma crítica imanente destas formulações, demonstrando seus limites endógenos, sua inadequação para a apropriada explicação da realidade de seu tempo, e, por fim, que estas teorias eram manifestações das formas sociais em que foram elaboradas – o que esclarece o motivo de sua aceitação nestes períodos. A teoria crítica de Marx, por ter a prioridade ontológica da formação social do capital em relação ao conhecer, deve ser assimilada como limitada historicamente e, de um modo aparentemente contraditório, deve-se reconhecer que mira para além da totalidade social engendrada pelo capital.

O marxismo tradicional, segundo o autor, é “uma síntese crítica ‘materialista’ de Ricardo e Hegel” (POSTONE, 2014, p. 103). Tomar de modo “materialista” o conceito hegeliano de totalidade, tal como faz Lukács (2003) em *História e Consciência de Classe*, pode contribuir para a formulação de uma crítica eficiente de aspectos da sociedade do capital e do marxismo evolucionista e mecanicista da Segunda Internacional. Ainda assim, uma teoria social crítica desse tipo é incapaz de oferecer uma crítica negativa da sociedade do capital que arrime uma negação histórica dessa totalidade que é constituída pelo valor em expansão e marcada pela mediação social através do valor. Tomar o proletário como sujeito histórico do ser social é aceitar que há um “trabalho” transistórico presente em toda formação socioeconômica que já existiu e que virá a existir. É aceitar que este “trabalho” exterioriza uma substância constitutiva da riqueza e da totalidade em todas as formações sociais nas quais o ser social se manifesta. Neste caso, as relações sociais da sociedade capitalista obstaculizam a efetivação de toda a potencialidade do sujeito histórico (proletário). Ficando evidente que o ponto de vista da crítica é a totalidade social. Como esta totalidade é produzida pelo “trabalho” (produtor de valor e tomado de modo transistórico), a dialética categorial presente em *O Capital*, e que só apreende as legalidades da sociedade capitalista, é metamorfoseada em manifestação da capacidade do produtor humano em constituir a história do gênero humano. Decorrendo que a prática do “trabalho” deve ser mantida e plenamente efetivada em uma formação social pós-capitalista; e não superada. O que significa

aceitar que a atividade de “trabalho” em si não é estranhada e tampouco produtora de reificações autoestranhadoras e das mais variadas formas de estranhamento³¹. Eis que, para essa teoria crítica, feita do ponto de vista do “trabalho”, o estranhamento só pode ter por cerne algo fora da práxis do “trabalho”, sendo explicado pela dominação pessoal exercida pelos capitalistas sobre os verdadeiros produtores da riqueza social, o proletariado. O corolário dessa figuração é imediato: o socialismo é a realização do sujeito e a garantia da reapropriação da riqueza social expropriada pela burguesia. Nele os ideais universalistas das revoluções burguesas, que foram interditados pelos interesses da burguesia, irão se realizar – em poucas palavras, trata-se do restabelecimento pleno do “trabalho”.

Enquanto o marxismo tradicional se ocupa com a denúncia das ilusões do capitalismo, a crítica negativa de Marx oferta o fundamento para a denúncia das mistificações peculiares à sociedade do capital; e o faz por ser uma teoria capaz de explicar a gênese sócio-histórica dos ideais e da dinâmica da sociedade do capital. Em Marx o interesse é apreender as peculiaridades cruciais da sociedade do capital; os modos pelos quais o trabalho determinado por mercadoria engendra as relações sociais e uma dialética histórico-temporal direcional e autoexpansiva do capitalismo. Em *O Capital* não há o objetivo de constituir uma teoria transistórica do ser social na qual o “trabalho” se realizará integralmente no comunismo. O marxismo tradicional permanece preso à totalidade social constituída pelo valor, limita-se a uma crítica do modo de distribuição tomando o ponto de vista do “trabalho” e, ao opor propriedade privada e mercado à produção industrial organizada com base na democracia proletária, advoga a abolição da burguesia, mas não a abolição da totalidade social produzida pelo capital. O que é proposto é a mudança das formas de distribuição de mercadorias (que são valor de uso e valor) com base no mercado e na propriedade privada dos meios de produção, para uma distribuição planejada e, eventualmente, mais apropriada, em escala nacional, para o funcionamento de

³¹ Sobre o tema ver também Araujo (2024a, 2024b, 2023c, 2022a e 2020a).

relações de produção de capital plenamente constituídas – uma forma menos abstrata e mais concreta de totalidade. Não obstante, como a totalidade é constituída pelo capital, a crítica do marxismo tradicional, sem que haja compreensão deste fato por parte dos seus defensores, advoga a realização integral do capital enquanto totalidade social pseudoconcreta e não a abolição desta totalidade.

Referências

- ARAUJO, P.H.F. Diálogos Possíveis: Lukács-Postone e a Aporia de Kurz. In: 47°. Encontro Anual da ANPOCS, 2023a. *Anais do 47º Encontro Anual da ANPOCS*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2023a. Disponível em: <<https://shorturl.at/DJ2Rb>>. Acesso em: 15 de nov. de 2024
- ARAUJO, P. H. F. Dissolução dos Laços Sociais Mediados pelo Valor: crise estrutural da sociedade do capital e o fim do seu processo civilizatório. *Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política*, v. 68, p. 133-166, jan./abr 2024a
- ARAUJO, P. H. F. Glosas Sobre Alguns Aspectos Gerais do Estranhamento (Entfremdung) em Para uma Ontologia do Ser Social de Lukács. *Anuário Lukács*, v.10, p. 262-395, 2023b
- ARAUJO, P.H.F. Poulantzas e a teoria crítica do valor: críticas à ontologia presente em *As Classes Sociais no Capitalismo de Hoje*. *Economia e Sociedade (Unicamp)*, v. 32, p. 257-277, maio/ago 2023c
- ARAUJO, P. H. F. Estranhamento (Entfremdung), Subjetividade e Emancipação Humana em *Para Uma Ontologia do Ser Social* de Lukács: Notas introdutórias. *Revista Veritas (Porto Alegre)*, v. 69, n. 1, p. 1-16, jan/dez 2024b
- ARAUJO, P. H. F. Trabalho, objetivação e alienação na ontologia do ser social de Lukács: notas introdutórias. *Germinal: marxismo e educação em debate*, v. 14, p. 439-461, dez 2022a
- ARAUJO, P. H. F. A contradição fundamental da sociedade capitalista no livro primeiro de *O capital*: determinações gerais e consequências. *Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política*, v. 64, p. 138-175, set/dez 2022b
- ARAUJO, P. H. F. Trabalho fundante e substância do ser social segundo o último Lukács: observações preliminares. *Revista Dialectus*, v. 23, p. 365-394, maio/ago 2021
- ARAUJO, P. H. F. Dominação abstrata: capital: sujeito histórico. *Germinal: marxismo e educação em debate*, v. 12, p. 348-362, dez 2020a
- ARAUJO, P. H. F. As categorias classes sociais e Estado no livro primeiro de *O capital*. *Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política*, v. 56, p. 21-47, maio/ago 2020b
- ARAUJO, P. H. F. Notas críticas à compreensão de Lênin sobre o Estado: revisitando *O Estado e a revolução*. *Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política*, v. 50, p. 114-141, maio/ago 2018
- ARAUJO, P. H. F. Marx: Capital, Estado e Política - Notas. *Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política*, v. 43, p. 37-62, fev/maio 2016
- ARAUJO, P. H. F.; ARAUJO, M.P. Notas sobre “As Formas que Precederam a Sociedade Capitalista” dos Grundrisse e a Centralidade do Valor. *Revista Verinotio (Belo Horizonte)*, v. 29, p. 220-244, nov 2024
- DUAYER, M.; ARAUJO, P. H. F. Trabalho abstrato, objetivação, alienação, fetiche: Marx lido por Postone. *Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política*, v. 62, p. 10-41, jan/abr 2022
- DUAYER, M.; ARAUJO, P. H. F. Valor como forma de mediação social: interpretação de Marx a partir de Postone. *Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política*, v. 57, p. 45-82, set/dez 2020
- DUAYER, M.; ARAUJO, P. H. F. Para a crítica da centralidade do trabalho: contribuições de Lukács e Postone. *Revista Em Pauta*, v. 13, p. 15-36, jan/jun 2015
- FAUSTO, R. *Marx: Lógica e Política – Investigações para uma reconstituição do sentido da dialética*, Tomo I. 2ª. ed. São Paulo: Brasiliense, 1987a
- FAUSTO, R. *Marx: Lógica e Política – Investigações para uma reconstituição do sentido da dialética*, Tomo II. 1ª. ed. São Paulo: Brasiliense, 1987b
- HEGEL, G.W.F. *Fenomenologia do Espírito*, Parte I. 6ª. ed. Tradução de Paulo Menezes com a colaboração de José Nogueira Machado, SJ. Petrópolis: Vozes, 2001a

- HEGEL, G.W.F. *Fenomenologia do Espírito*, Parte II. 5.^a ed. Tradução de Paulo Menezes com a colaboração de José Nogueira Machado, SJ. Petrópolis:Vozes, 2001b
- HEGEL, G.W.F. *Ciência da Lógica*. I. A doutrina do Ser. Tradução de Cristian G. Iber, Marloren L. Miranda e Frederico Orsini. Petrópolis:Vozes, 2016
- HEGEL, G.W.F. *Ciência da Lógica*. II. A doutrina da Essência. Tradução de Cristian G. Iber, Marloren L. Miranda e Frederico Orsini. Petrópolis:Vozes, 2017
- HEGEL, G.W.F. *Ciência da Lógica*. III. A doutrina do Conceito. Tradução de Cristian G. Iber, Marloren L. Miranda e Frederico Orsini. Petrópolis:Vozes, 2018
- HEGEL, G.W.F. *Filosofia da História*. Tradução de Maria Rodrigues e Hans Harden. Brasília: UNB, 1995a
- HEGEL, G.W.F. *El Concepto de Religión*. Tradução de Arsenio Guinzo. Ciudad de Mexico: Fondo de Cultura Economica, 1992
- HEGEL, G.W.F. *Enciclopédia das Ciências Filosóficas em compêndio: 1830*. Volume I. Tradução de Paulo Menezes e Pe. José Machado. São Paulo: Loyola, 1995b
- HEGEL, G.W.F. *Enciclopédia das Ciências Filosóficas em compêndio: 1830*. Volume II. Tradução de Paulo Menezes e Pe. José Machado. São Paulo: Loyola, 1997
- HEGEL, G.W.F. *Enciclopédia das Ciências Filosóficas em compêndio: 1830*. Volume III. Tradução de Paulo Menezes e Pe. José Machado. São Paulo: Loyola, 1995c
- LUKÁCS, G. *Para uma ontologia do ser social I*. 1.^a ed. Tradução de Carlos Nelson Coutinho, Mario Duayer e Nélio Schneider. São Paulo: Boitempo, 2012
- LUKÁCS, G. *Para uma ontologia do ser social II*. 1.^aed. Tradução de Nélio Schneider, Ivo Tonet e Ronaldo Vielme. São Paulo: Boitempo, 2013
- LUKÁCS, G. *História e Consciência de Classe: estudos sobre a dialética marxista*. 1.^a ed. Tradução de Rodnei Nascimento. São Paulo: Martins Fontes, 2003
- MARX, K. H. *O capital: crítica da economia política: livro I: o processo de produção do capital*. 2.^a ed. Tradução de Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2017
- MARX, K. H. *Grundrisse: manuscritos econômicos de 1857-1858: esboços da crítica da economia política*. 1.^a ed. Tradução de Mario Duayer e Nélio Schneider. São Paulo: Boitempo, 2011
- MARX, K.H. e ENGELS, F.A *Sagrada Família ou a Crítica da Crítica Crítica contra Bruno Bauer e Consortes*. 1.^a ed. Tradução de Marcelo Backes. São Paulo: Boitempo, 2003
- MARX, K.H e ENGELS, F. *Karl Marx, Frederick Engels: Collected Works*, Tradução de Ben Fowkes. v. 42, Marx and Engels: 1864-68. New York: International Publishers, 1987
- MARX, K. H. *Manuscritos econômico-filosóficos*. 1.^a ed. Tradução de Jesus Ranieri. São Paulo: Boitempo, 2004
- POSTONE, Moishe. *Tempo, trabalho e dominação social: uma reinterpretação da teoria crítica de Marx*. 1.^a ed. Tradução de Paulo César Castanheira, Amilton Reis e Artur Renzo. São Paulo: Boitempo, 2014

ANGELA GANEM

LÓGICA DO MERCADO E LÓGICA CULTURAL NO CAPITALISMO ATUAL

Recebido em 25/10/2024

Aprovado em 16/11/2024

DOI: 10.69585/2595-6892.2024.1195

LÓGICA DO MERCADO E LÓGICA CULTURAL NO CAPITALISMO ATUAL¹

Resumo

O objetivo do artigo é explorar a relação dialética entre a lógica do mercado e a lógica cultural no capitalismo contemporâneo. Se o capitalismo tem seus fundamentos definidos pela propriedade privada, pela concorrência e pelo individualismo, faz-se necessário analisar, nos marcos do atual padrão globalizado da ordem capitalista, os valores deles decorrentes. Assim, entendida a cultura em seu sentido mais amplo, busca-se identificar, na ordem simbólica, as expressões – políticas, artísticas, comportamentais, psíquicas – que acabam por reproduzir e reforçar a ordem do mercado capitalista e sua lógica. Entendemos que, apesar de reformas e resistências culturais, a lógica do mercado, sobretudo nesta etapa histórica neoliberal de rebaixado horizonte utópico e que a ascensão do pós-modernismo de alguma maneira revela, segue invadindo espaços geográficos, sociais e os terrenos mais recônditos da subjetividade humana, com consequências desastrosas.

Palavras-chave: lógica do mercado; lógica cultural; indústria cultural; capitalismo contemporâneo

ANGELA GANEM

Professora do Instituto de Economia da UFRJ

Email: angelaganem.rj@gmail.com

¹ Versões preliminares do presente artigo foram apresentadas em novembro de 2014 no VII *Scientiarum Historia* – congresso do Curso de Pós-graduação em História das Ciências e da Tecnologia e Epistemologia (HCTE) da UFRJ – e em junho de 2017 no XXII Encontro Nacional de Economia Política – encontro anual da Sociedade Brasileira de Economia Política (SEP). Agradeço os organizadores desses eventos por terem acolhido o trabalho e os comentários e sugestões dos presentes nas duas ocasiões.

Abstract

The aim of this article is to explore the dialectical relationship between market logic and cultural logic in contemporary capitalism. If capitalism has its foundations defined by private property, competition and individualism, it is necessary to analyze, within the framework of the current globalized pattern of the capitalist order, the values that derive from them. Thus, understanding culture in its broadest sense, we seek to identify, in the symbolic order, the expressions – political, artistic, behavioral, psychic – that end up reproducing and reinforcing the capitalist market order and its logic. We understand that, despite democratic advances, reforms and cultural resistance, the logic of the market, especially in this neoliberal historical stage of reduced utopian horizon and that the rise of postmodernism somehow reveals, continues to invade geographic and social spaces and the most hidden terrains of human subjectivity, with disastrous consequences.

Keywords: market logic; cultural logic; cultural industry; contemporary capitalism

Introdução

O objetivo do artigo é explorar a relação dialética entre a lógica do mercado e a lógica cultural no capitalismo contemporâneo. O ponto a identificar na ordem simbólica são as expressões políticas, artísticas, comportamentais e psíquicas, ou seja, as expressões culturais – tratada a cultura em seu sentido mais amplo – que, ao fim e ao termo, reproduzem e reforçam a ordem do mercado capitalista e sua lógica. Se o capitalismo tem seus fundamentos definidos pela propriedade privada, pela concorrência, pelo individualismo, é mister analisar os valores deles decorrentes no atual padrão globalizado da ordem capitalista. Assim, os fenômenos a serem estudados inserem-se num cenário no qual, à descrença na construção de uma ordem alternativa desencadeada pela crise da utopia socialista em fins do século passado, se soma o conformismo ditado pela ideia de que só o mercado capitalista é capaz de produzir riqueza e felicidade, ou, em poucas palavras, ditado pelo ideário neoliberal, segundo o qual o mercado é o único caminho possível para as sociedades contemporâneas. Entendemos que, apesar de alguma resistência, o mercado capitalista e sua lógica seguem invadindo espaços geográficos, sociais e a própria subjetividade humana. Nesse sentido, será interessante notar a contradição entre, de um lado, a leveza do discurso da pós-modernidade, que nega a metanarrativa e desvaloriza as utopias, e, de outro, o estímulo e a submissão a uma lógica férrea que avança sobre a cultura e os valores, transformando o mercado no grande sujeito e apontando para o fim da história. É deste fenômeno que trata o texto.

I. Interdisciplinaridade: metodologia e história da questão

Para tratarmos de nosso objeto, necessitamos que a interdisciplinaridade entre a economia (base econômica) e a cultura (superestrutura ideológica) integre e articule os discursos da sociologia, da psicologia, da política e da filosofia ao da economia.

A ascensão do nazismo e os descaminhos stalinistas da revolução russa – questões consideradas como das mais pungentes do século XX – suscitaram novas respostas para superar a explicação determinística e mecanicista da relação da base com a superestrutura do marxismo ortodoxo. A criação, em 1923, do Instituto de Pesquisas Sociais (Institut für Sozialforschung), mais tarde conhecido como “Escola de Frankfurt”, foi uma das respostas ao desafio de compreender dialeticamente a relação da economia com a superestrutura cultural da sociedade, lançando novas luzes sobre esta última (Jay, 2008).

Adorno, Horkheimer, Fromm, Marcuse e Benjamin, os primeiros cinco membros do *Institut*, desenvolveram a *teoria crítica*, uma teoria cujo caráter aberto, investigativo e inacabado expressava uma crítica às teorias abstratas, às verdades totais e estabelecidas. Horkheimer, seu segundo diretor, afirmava que o verdadeiro objetivo do marxismo não era desvendar verdades imutáveis, mas fomentar a mudança social, e que o verdadeiro materialismo era dialético, envolvendo um processo contínuo de interação sujeito/objeto. Para ele, o verdadeiro perigo estava não naqueles que exageravam a subjetividade e a individualidade, mas sim naqueles que as reduziam a uma falsa totalidade. A partir dessas premissas, eles construíram a ideia de que todos os fenômenos culturais eram mediados pela totalidade, e não apenas reflexos de interesses de classe. Seus estudos críticos sobre as artes e a cultura de massa levaram-nos, em particular, Benjamin ([1936]2002) para os estudos da reprodutibilidade de bens culturais, e Adorno e Horkheimer ([1940]1984) para a concepção da “indústria cultural”, marco para o entendimento contemporâneo da reprodução de valores. Estes estudos tinham como base uma rigorosa crítica à lógica formal e ao positivismo como filosofia e método¹, além de uma crítica radical à racionalidade instrumental e à sua reprodução nas subjetividades e nos comportamentos. Isto levou-os à tentativa de integrar o marxismo com a psicanálise, iniciada por Fromm,

¹ Veja-se, a propósito, o embate entre Popper e Adorno sobre o método dialético versus o positivismo (Ganem, 2012a).

além de vários estudos sobre totalitarismo (tema que fez ponte com os estudos de Hannah Arendt).

Entendemos que o atual desafio para o pensamento crítico segue sendo o aprofundamento da interlocução entre as áreas sociais e humanas. cc Muitas das análises enriquecedoras neste tema vêm hoje de marxistas antenados, como Fredric Jameson, Terry Eagleton, Perry Anderson, David Harvey e Slavoj Žižek, entre outros, que se esforçam por elucidar a cultura e sua relação com a economia sem repetir fórmulas simplificadoras e mecanicistas que nada acrescentam ao desafio de compreensão da complexidade do mundo atual. No plano filosófico e político, enfrenta-se uma lógica que se estende à cultura (arte) e uma cultura que se torna mercantil. Nas palavras de Fredric Jameson: a teoria marxista precisa fornecer interpretações para a ideologia e luta de classes, para a cultura e a operação das superestruturas na escala mais vasta da globalização contemporânea, com termos necessariamente novos, dadas as novidades do ampliado mercado mundial capitalista (2006).

Inspirada nesta exigência, ensaiamos alguns passos para identificar, reunir e extrair um sentido que nos permita unir os vários aspectos de uma lógica de mercado que avança em múltiplos terrenos. São análises críticas que partem de teóricos dos mais variados domínios das ciências sociais e humanas e nos fornecem elementos para esboçarmos a complexidade de nossas sociedades, unindo economia, filosofia e cultura. Começamos pela economia, através da lógica do mercado.

2. Lógica do mercado: forma científica e ideológica

A lógica do mercado capitalista é uma das formas científicas (e também ideológicas) de ler, descrever e legitimar o fenômeno do capitalismo. Trata-se de uma teoria que entende o mercado como explicação da ordem social², ou como uma teoria da sociedade oposta à concepção crítica da economia

² Sobre as diversas formas que o mercado como ordem social assume ao longo da História do Pensamento Econômico, veja-se Ganem (2012b).

política marxista, a qual parte da produção e do valor para compreender a raiz da exploração e da mais-valia. Esta concepção do mercado como ordem social aparece originariamente na história do pensamento econômico e na história das ideias sociais no século XVIII, através da solução de Adam Smith³ frente aos filósofos do contrato, avança analiticamente um século após na tentativa de demonstração lógico-matemática da Teoria do Equilíbrio Geral em Walras⁴, para se cristalizar no século XX na teoria de Hayek em que a história realizaria o autodesenvolvimento da ordem do mercado (Ganem, 2012c).

O século XX tem em Hayek uma das expressões mais importantes do neoliberalismo. Sua (teoria) lógica do mercado parte da ideia de que os indivíduos, num processo de experimentação, escolhem entre erros e acertos e, à la Popper, as regras da concorrência, elemento importante de coesão da ordem espontânea do mercado. Hayek traduz nos seus próprios termos a ordem natural smithiana, ao mesmo tempo que critica a ordem racional enrijecida dos complexos modelos matemáticos neoclássicos, cujo objetivo é demonstrar a superioridade do mercado. Sua teoria da evolução cultural analisa a evolução das sociedades até as sociedades complexas (*great societies*) como um processo de autodesenvolvimento do mercado ([1937]1983). Não à toa esta teoria se cristalizou na apologia e na retórica dos ultraliberais na defesa do mercado como a única forma de organização para as sociedades contemporâneas (Ganem, 2012c). A análise hayekiana reforça a ideia do mercado como fim da história – debate dos idos dos noventa do século XX, que se inscreve no contexto do discurso da direita (diferentemente do debate sobre o fim da arte, da política e da filosofia, oriundos da esquerda),

³ Em Smith, os interesses privados dos indivíduos, ao invés de se chocarem produzindo a guerra, são agraciados por uma mão invisível que os orienta para o bem-estar coletivo. A explicação smithiana assentada única e exclusivamente na imponderável e complexa ação dos indivíduos tem “naturalmente” como resultante a ordem social do mercado. A solução smithiana fornece uma resposta convincente e afinada à nova ordem capitalista que se inaugurava e ao ideário liberal. E não é por outra razão que a teoria do mercado de Smith se torna inquestionavelmente a matriz teórica da ordem social (Ganem, 2012b).

⁴ Em fins do século XIX, Walras retoma a ideia de Smith de uma ordem que emerge espontaneamente e se propõe a demonstrar matematicamente que a ordem racional do mercado existe, é estável e ótima (Ganem, 2012b).

e que corresponde no tempo e no espaço ao avanço geográfico/espacial do capitalismo no mundo⁵.

Mas o que nos interessa particularmente é que a este avanço geográfico do capitalismo se soma a invasão da lógica do mercado em todos os domínios sociais e psíquicos da sociedade, transformando as relações sociais em relações mercantis, deteriorando a política, os laços sociais, os valores, as subjetividades (psiquismo) e as artes. Mas, antes de identificarmos estas expressões, um elo indispensável e eficaz dissemina e reforça os valores que alimentam a ordem e o *status quo*. Trata-se da indústria cultural, tema que exploraremos a seguir.

3. Lógica do mercado e lógica cultural: a indústria cultural como elo indispensável

A indústria cultural funciona como agente disseminador de valores e torna mais complexa e sofisticada a questão da ideologia no capitalismo contemporâneo, pois atinge indiscriminadamente um enorme contingente de consumidores dos meios de comunicação de massa (*mass media*).

A indústria cultural, assim nomeada por Adorno, é um sistema que envolve cinema, tevê, rádio, revistas e jornais e que produz, explora e comercializa bens culturais próprios das técnicas de reprodução em série e da homogeneização. Embora Adorno & Horkheimer tenham se concentrado no cinema, entendemos que é possível estender alguns aspectos desta análise para o restante do sistema, revisitando-o, e atualizando-o, sem perder sua essência filosófica. A lógica que se impõe é a de que o espectador não deve ter nenhum pensamento próprio nem possibilidade de divagação, de sonho, ou de aprofundamento crítico de suas humanidades, posto que toda

⁵ Do ponto de vista filosófico se explorou à exaustão o fim das grandes narrativas. Fukuyama identifica o colapso do comunismo via uma perestroika agonizante, a queda do Muro em 1989 e a destruição do socialismo e do fascismo como os fatores evidenciadores de que o capitalismo, o mercado e a democracia burguesa se constituíram no coroamento da história da humanidade ou, em outras palavras, de que teríamos chegado ao fim da história (Anderson, 1992).

ligação que pressuponha um esforço intelectual é escrupulosamente evitada. Aliás, ele nada pode acrescentar ao que lhe tenha sido antecipado. Trata-se de um pacote pronto, cuja expressão máxima são os filmes e seriados do *mainstream* hollywoodiano⁶. O roteiro é dado por clichês, ditado por princípio, meio e fim, e a performance e o detalhe técnico tomam o lugar da ideia, adestrando um sujeito esvaziado de sua capacidade de pensar e julgar. Os autores destacam ainda que, ao adentrar o espaço do lazer, a violência da sociedade industrial instala-se nos homens de uma vez por todas⁷.

A diversão (*entertainment*) é procurada por quem quer se aliviar do processo de trabalho. É o “divertir-se” ou “o não ter que pensar nisto”, ou o esquecer o sofrimento até mesmo onde ele é mostrado. A questão para os autores é que o sentido maior desta diversão seria colocar os sujeitos (os trabalhadores) de novo em condições de enfrentar o trabalho. Para Adorno e Horkheimer, a indústria cultural como diversão é distinta da arte e favorece a resignação e o conformismo. A arte forneceria a substância trágica ou tragicômica que a diversão (*entertainment*) não pode por si só trazer. Além disso, esta estética, ao retirar o destino trágico, o transforma em punição justa. O cinema torna-se efetivamente uma instituição de aperfeiçoamento moral, afirmam os autores.

Para eles, a indústria cultural não é arte, e sim publicidade, e faz parte do processo de desmitologização da palavra, em que os juízos de valor são percebidos como publicidades. Trata-se de um processo linguístico/cultural que significa, como afirmam os autores, que, “quanto mais as palavras se convertem em veículos destituídos de sentido, e mais pureza e transparência transmitem, mais impenetráveis se tornam. A palavra serve apenas para designar, e, fixada à coisa, torna-se uma fórmula petrificada”. Além disso, a indústria cultural propaga uma liberdade que não existe: a falsa liberdade para escolher sempre a mesma coisa. E acrescentam que, “mesmo

⁶ Sobre isso, Martel (2012) traça um panorama descritivo da nova geopolítica cultural e das mídias no mundo globalizado costurado pela lógica do mercado.

⁷ Ver a propósito Zizek (2006), em que o autor estabelece pontes entre Marx e Lacan e destaca a violência do capitalismo na invasão do sonho dos indivíduos.

quando o público se rebela contra ela [a indústria cultural], essa rebelião é o resultado lógico do desamparo para o qual ela própria o educou” (Adorno & Horkheimer, [1940]1984).

À destituição da capacidade de pensar e julgar do sujeito pela indústria cultural, Arendt (1972) acrescentou a ação (ou a falta dela) na política. É o que veremos a seguir, além de considerações sobre outras expressões da reprodução da ordem capitalista e da lógica do mercado, como aquelas verificadas nos planos da subjetividade e das artes.

4. Lógica do mercado na política, na sociedade, nas subjetividades e nas artes

4.1 A Política, seu esquecimento ou seu aniquilamento

Para identificarmos na política as consequências desastrosas da lógica do mercado retomamos Hannah Arendt, uma das principais filósofas políticas do século XX. Sua obra abrange uma vasta gama de questões que tem como elemento propulsor a crítica ao totalitarismo em todas as suas nuances e formas. No que diz respeito ao nazismo, Arendt formula a seguinte questão: que leis da psicologia de massas explicam por que milhões de seres humanos se deixam levar sem resistência às câmaras de gás? E ela mesma responde a partir de um eixo teórico inegociável, ponto de partida metodológico para sua reflexão: o totalitarismo tem como meta determinada destruir o indivíduo e a sua espontaneidade. Destruir, portanto, a individualidade, ou assassiná-la, para ser fiel aos próprios termos da autora, significa atingir o seu âmago: destruir a espontaneidade ou o poder do homem de começar qualquer coisa de novo a partir de seus próprios recursos. Os que aspiram à dominação total devem, portanto, liquidar implacavelmente a espontaneidade. A individualidade é intolerável e o poder total só pode ser preservado num mundo de reflexos condicionados de cachorros pavlovianos, de marionetes que não apresentam a menor suspeita de espontaneidade (Arendt, 1972).

O âmago da teoria e da crítica ao totalitarismo é a identificação de que os homens que vivem sob o seu jugo tem um *pensar* que não compreende, uma incapacidade de *julgar* e um *agir* que se dá mecanicamente. A ação, nos diz Arendt, supõe a urgência do pensamento sobre o agir e ela é a única atividade que se exerce diretamente entre os homens, sem a mediação das coisas ou da matéria. Na verdade, ela corresponde à condição humana de pluralidade e, como expressão inequívoca da individualidade, carrega consigo a fonte do significado da vida humana. Embora as ações fugazes e perecíveis da vida política nunca cumpram a sua intuição original e desencadeiem alguma coisa que não pode ser prevista, Arendt afirma com contundência que “a única forma capaz de realizar feitos não é nem a capacidade teórica, nem a razão, mas a faculdade humana de agir, de iniciar processos novos e sem precedentes, cujo resultado é incerto e imprevisível, quer sejam desencadeados na esfera humana ou no reino da natureza” (1987, p. 243).

No entanto, Arendt, preocupada e comprometida com a democracia, atinge com sua crítica o mercado, através do consumismo (que pode acarretar o despotismo de uma sociedade de massas), o elemento vital de sua forma de reprodução. Ela defende o modelo político da *polis* grega, em que a ação política é a peça chave da liberdade individual e, sendo restrita aos cidadãos, estaria, portanto, preservada de qualquer manipulação. Arendt lamenta que a sociedade de massas, no esforço de promover uma uniformização do comportamento consumista, se orienta em direção ao conformismo, negando a pluralidade da discussão.

Em *A Crise da Cultura* Arendt nos alerta para os traços da psicologia coletiva do homem de massa: “seu abandono – abandono que não é nem isolamento, nem solidão – independente de sua faculdade de adaptação; sua excitação e sua falta de critérios; sua atitude voltada para o consumismo acompanhada de uma incapacidade de julgar ou mesmo de distinguir e, por trás de tudo isto, seu egocentrismo e uma alienação do mundo” (1972, p. 255). Esta crise da cultura própria da sociedade de massa, que maltrata a individualidade no sentido de produzir abandono e consumismo, produz o

que ela considera o mais grave para a humanidade: a alienação — expressa na sua incapacidade de julgar e de discernir, ficando o homem suscetível à manipulação.

Sua crítica ao consumismo caracterizada pelo desinvestimento cultural é, sem dúvida alguma, uma crítica à lógica do mercado. São inúmeros os autores que recorrem a Arendt, como referência teórica crítica, identificados com sua análise acerca da sociedade em que hoje vivemos, desprovida de valores éticos humanistas, e marcada pelo consumismo e pela moral do entretenimento⁸. A sociedade de massas dessa *great society* leva, segundo a autora, à anulação da cultura, dando lugar à banalização do entretenimento e ao conformismo, o que, para Arendt, é o elemento central que pode levar à destruição da humanidade⁹. A política neste sentido, como possibilidade de fazer irromper algo novo, ligada a uma capacidade de pensar e de julgar e de comprometer o cidadão com a *polis*, estaria em declínio.

Para muitos autores, a era desse capital globalizado é a do esquecimento da política, que se dá pela privatização da vida, o elogio ao individualismo e a dissolução do coletivo. Nada mais perigoso para democracia do que o refúgio dos cidadãos nos seus territórios particulares. A esses subcidadãos consumidores só lhes resta se submeterem às leis do mercado. A hegemonia da vida privada regida pelos padrões do individualismo é o advento da moral do interesse privado, ficando em um plano secundário o significado do interesse público. Trata-se de um encolhimento do espaço público e do alargamento do privado, uma submissão da política aos procedimentos da sociedade do consumo e do espetáculo, que, ditada pela ideologia da competência, reduz a política a uma questão técnica (Novaes, 2007).

Enfim, revisitar Hannah Arendt é garantia de reflexão crítica sobre a necessidade de uma ação política associada a um pensar e um julgar

⁸ Consultar Costa (2004), que toma por base Arendt para tecer uma crítica ao consumismo e à moral do espetáculo, além de Dufour (2005) e Lipovetsky (2004).

⁹ Outras consequências da ideia do privado e dos negócios imperando sobre o coletivo é a privatização do espaço público e a promiscuidade, a falta de cuidado e de respeito com o que é público. Uma outra extrapolação bem atual da sociedade imagética e do vazio pela falta de uma realização política é a saturação do espaço público com discursos privados, próprio das redes sociais (Novaes, 2007).

discricionários. A falta desses últimos dá o tom da pobreza cultural e das distorções dos valores do mundo em que vivemos.

4.2 Sociedade e cultura de consumo

A contribuição de cientistas sociais complementa as reflexões de Adorno/Horkheimer e Hannah Arendt, explorando novos aspectos para a compreensão da sociedade que se conforma sobretudo a partir dos anos sessenta do século XX. As múltiplas nomeações que ela toma já nos dá a dimensão do esforço requerido para analisá-la. São algumas delas: a sociedade de consumo pós-industrial, a sociedade da mídia e do espetáculo, a sociedade globalizada, a sociedade multinacional¹⁰.

Um ponto importante é a identificação de uma individualização sem limites, expressa na ideia de que provém sempre de nossos erros o que está errado em nossas vidas. Os ideólogos do fundamentalismo do mercado têm aí uma de suas premissas mais importantes: indivíduos e sociedades são as próprias vítimas de suas escolhas erradas, de suas opções incompetentes (Hayek, [1934]1983). Um outro ponto é a falsa noção de liberdade. Todos os membros da sociedade são embalados pela ideia da liberdade ligada à livre escolha: uma liberdade sem precedentes para escolher mais do mesmo (Zizek, 2006). O *Homo Eligens* de Bauman é uma irônica caricatura do legendário *Homem Econômico Racional* da teoria econômica ortodoxa (2007).

Um segundo ponto interessante a destacar é o medo à inadequação e a tentativa de superação do medo pelo ato de consumir. Vivemos sob a égide de uma cultura consumista, que se define pela sua síndrome: um desejo crescente e insaciado de consumo numa velocidade que é diretamente proporcional à intensidade do esquecimento (como nos diz Milan Kundera). No limite todos são estimulados a gastar com objetos sem sentido para evitar o horror de se sentir inadequado (Bauman, 2007). O ato de

¹⁰ Muitos são os autores que exploraram as inúmeras facetas da sociedade de consumo. Alguns são clássicos, como Guy Debord, com *La Société du Spectacle*, de 1967, Jean Baudrillard com *La Société de Consommation*, de 1970, e Christopher Lasch com *A Cultura do Narcisismo*, de 1979. Além desses, destacam-se os trabalhos de Pierre Bourdieu, Gilles Lipovetsky e Zygmunt Bauman.

comprar transforma-se em ritual de exorcismo, exercício dos demônios interiores, na tentativa de dominar a insegurança provocada pelo desamparo, condição filosófica do homem moderno, identificada por Freud ([1929]1997) como a causa do mal-estar nas nossas sociedades, e que se encontra repaginada na voz de psicanalistas críticos contemporâneos. É o assunto que veremos a seguir.

4.3 Psicologia e psicopatologia

Em termos sociais, os comportamentos consumistas, alimentados pelo individualismo e pela concorrência, apostam na valorização do aparente, da imagem e do simulacro. A contrapartida nas subjetividades contemporâneas é a dilaceração do psiquismo na tentativa de atender a esta lógica. Para Birman (2012), o autocentramento desses indivíduos egoicos (mônadas isoladas) se expressa em um narcisismo e uma teatralidade sem limites (uma estetização vazia da existência). As máscaras são os veículos em que os atores se inserem como personagens na cena social. Segundo suas palavras: “Não se pode mais opor o original à cópia, pois o simulacro perpassa a totalidade do tecido social, constituindo uma nova concepção de realidade e do que é real.” Como o horizonte intersubjetivo se encontra esvaziado e desinvestido de trocas inter-humanas, o que se observa nos terrenos mais recônditos dos indivíduos são as depressões, as síndromes do pânico e as toxicomanias¹¹.

Estas doenças psíquicas podem ter origens genéticas e pessoais, mas a literatura crítica psicanalítica adiciona aí um elemento explosivo: o “fracasso” do indivíduo na realização do que dele é esperado pela sociedade, perante a qual as *personas* se inscrevem e desfilam no cenário social. A cultura da imagem é apenas a face externa do individualismo exacerbado: a glorificação do eu e a estetização da própria existência. Isto tem significado um crescente consumo de drogas para conter as angústias na tentativa de capacitar o indivíduo para as mazelas do narcisismo e as mirabolâncias do

¹¹ Sobre a depressão na atualidade, consultar Salomon (2001).

espetáculo e da concorrência. A saída pelas drogas é mais uma prova de que não existe lugar nem para depressivos nem para panicados, os recalitrantes trágicos modernos. A este fenômeno, Birman (2012) nomeou de “psicopatologia da pós-modernidade”.

4.4 Arte e artefato pós-moderno

Segundo David Harvey, Fredric Jameson, Perry Anderson e Terry Eagleton, o pós-modernismo é uma teoria que surge da própria estética, a partir da década de sessenta do século XX, e que, na década de oitenta, se expressa na vulgaridade cultural de excessos e de consumo. Ela traduz a correlação de novas formas culturais com uma nova forma econômica e social, e a ela se atribui uma teoria: a pós-modernidade. O que se observa é uma invasão da lógica do mercado na cultura, uma cultura que é consumida na vida quotidiana, nas compras, na produção para o mercado, no consumo dos produtos mercadológicos, nas atividades profissionais, no lazer televisivo, enfim nos ângulos mais recônditos do cotidiano. Podemos afirmar, com Jameson (2006), que a pós-modernidade é a lógica cultural do capitalismo atual.

Para compreender o pós-modernismo nada melhor do que contrapô-lo ao moderno, que é ao mesmo tempo sua origem e negação. Começemos com uma questão inegociável para o pós-modernismo: sua profunda aversão a todo projeto que busca a emancipação humana universal pela mobilização das forças da tecnologia, da ciência e da razão. O desenvolvimento de formas racionais de organização social e de modos racionais de pensamento, em uma palavra, o domínio científico da natureza, prometia a libertação das irracionalidades, do mito, da religião, da superstição, do uso arbitrário do poder e do lado sombrio da natureza humana¹². A decepção frente às promessas do progresso como solução para a felicidade levou-os à negação de qualquer utopia e à rejeição de um projeto unificador, ou de uma metanarrativa.

¹² A tese de Adorno e Horkheimer afirma que o iluminismo estava fadado a voltar-se sobre si mesmo porque por trás da racionalidade iluminista existia uma lógica da dominação e da opressão: a razão instrumental dominando a cultura e a personalidade. A ânsia de dominar a natureza acaba por envolver o domínio sobre os próprios seres humanos, ou seja, autodomação.

Coerente com esta ideia, o pós-modernismo rompe com o sentido moderno de continuidade e memória histórica e o historiador passa a ter o papel de arqueólogo do passado. Rejeitam-se, portanto, leis explicativas que desvelem um sentido para o movimento da história (seja ela concebida como evolucionista ou a partir do materialismo histórico e dialético) e a intenção de descobri-lo a partir do turbilhão da mudança. Ao negar os discursos universais ou totalizantes, o pós-modernismo se volta para a fragmentação, para a heterogeneidade, para a diferença e para a indeterminação como forças libertadoras. Em verdade, como nos afirma Eagleton, “ele nada nas fragmentárias e caóticas correntes da mudança, como se isso fosse tudo o que existe” (2009). Afinal, não há o que transcender, nem como opor-se ao efêmero, ao fragmentário, ao descontínuo e ao caótico, para buscar elementos eternos imutáveis. Duas frases, sublinhadas por David Harvey, são elucidativas da diferença entre modernos e pós-modernos. Enquanto para o moderno Paul Auster “fizemos de nós aquilo que somos agora e permanecemos o que fomos a partir dos anos”, Andy Warhol sintetiza sua concepção filosófica pós-moderna afirmando: “Jamais me despedaço, porque nunca fui inteiro” (2011).

Para o discurso pós-moderno estamos saindo do pesadelo da modernidade, com sua razão manipuladora e seu fetiche de totalidade, para um pluralismo pós-moderno, uma gama de estilos de vida e de jogos de linguagem. O artista moderno era aquele que era capaz de desvelar o universal e o eterno a partir de formas fugidias da beleza de nossos dias¹³. Para Eagleton “o artefato pós-moderno é travesso, autoironizador e esquizoide. Sua relação com a tradição cultural é de pastiche irreverente. E sua falta de profundidade intencional solapa todas as solenidades metafísicas através de uma estética da sordidez e do choque” (2009). Entretanto, o que surpreende e desafia a reflexão é que, no seu aparente descompromisso com um projeto que unifique ou com uma utopia, ele abraça impunemente a linguagem da mercadoria e legitima a lógica do mercado.

¹³ Proust, Joyce, Manet, Kandinsky, Matisse, Picasso, Klee, são alguns dos mestres do modernismo. No Brasil, o modernismo estava associado à busca da nossa identidade, como em Oswald de Andrade, Mário de Andrade e Portinari, para citar alguns.

5. Considerações finais ou o mercado e sua lógica como projeto unificador

A explicação pós-moderna descreve uma aparente funcionalidade detectada pela rede de trocas de mercadorias e de valores, conectadas na horizontalidade, dominadas pela lógica do rizoma, em que não há raízes nem caules (fundamentos), mas apenas multidimensionalidade e interconexão. Entretanto, as reflexões que aqui apresentamos, ainda que de modo embrionário, fazendo uso de contribuições de diversas áreas do saber social e humano, levam à conclusão de que a multiconexão, que constrói e sustenta as redes, está ela própria ditada pela dominação de um sistema de produção e uma ordem de mercado que invade e submete à sua lógica os domínios espaciais, políticos, sociais e subjetivos.

Ainda há muito que desenvolver sobre este tema, mas é certamente fecunda a hipótese de que é o mercado capitalista que surge como a grande narrativa e como sujeito da história por trás da abordagem pós-moderna. O cerne da questão não está, portanto, em detectar conexões e redes. Estas têm, é claro, sua importância e uma importância crescente. Todavia, colocar o foco apenas nessas redes mostra-se insuficiente para compreendermos criticamente um sistema e sua lógica que, para se reproduzirem necessitam de sujeitos acrílicos, precários, instáveis, dóceis, abertos e disponíveis para todas as conexões dos fluxos de mercado e comunicacional. Apesar de reformas e resistências culturais, a lógica do mercado, sobretudo nesta etapa histórica neoliberal de rebaixado horizonte utópico e que a ascensão do pós-modernismo de alguma maneira revela, segue invadindo espaços geográficos, sociais e os terrenos mais recônditos da subjetividade humana, com consequências desastrosas. O mundo ocidental vai se tornando, num certo sentido, pessimistamente deleuziano¹⁵.

¹⁴ O termo, importado da botânica, faz parte da filosofia de Gilles Deleuze e Félix Guatari. Partindo da análise do primeiro, que confere estatuto ontológico à *diferença*, a dupla de autores vai sustentar uma posição antifundacionista, avessa a estruturas e hierarquias, onde o que vale é a fluidez e as conexões contingentes. Remete assim a um mapa sempre aberto, desmontável e passível de ser reconstruído.

¹⁵ A referência aqui é ao filósofo francês Gilles Deleuze. Vide nota anterior.

Referências

- ADORNO, Theodor. e HORKHEIMER, Max. *Dialética do Esclarecimento: Fragmentos Filosóficos*. Tradução de Guido Antônio de Almeida. Rio de Janeiro: Zahar, [1944] 1985
- ANDERSON, Perry. *O fim da história: de Hegel a Fukuyama*. Tradução de Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Zahar, 1992
- ANDERSON, Perry. *As origens da pós-modernidade*. Tradução de Marcus Penchel. Rio de Janeiro: Zahar, 1999
- ARENDT, Hannah. *La Crise de la Culture*. Paris: Folio-Essais, 1972
- ARENDT, Hannah. *A Condição Humana*. Tradução de Roberto Raposo. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1987
- BAUMAN, Zygmunt. *O mal-estar da pós-modernidade*. Tradução de Mauro Gama. Rio de Janeiro: Zahar, 1998
- BAUMAN, Zygmunt. *Vida para o Consumo*. Tradução de Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2007
- BAUMAN, Zygmunt. *Ensaio sobre o Conceito de Cultura*. Tradução de Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2012
- BENJAMIN, Walter. *Obras Escolhidas – vol. I*. Tradução de Sérgio Paulo Rouanet. São Paulo: Brasiliense, [1936] 2012
- BIRMAN, Joel. *Mal-estar na atualidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000
- BIRMAN, Joel. *O sujeito na contemporaneidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012
- BAUDRILLARD, Jean. *La Sociéte de Consommation*. Paris: Folio-Essais, 1970
- BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas simbólicas*. Tradução de Sérgio Miceli, Silvia de Almeida Prado, Sonia Miceli e Wilson Campos Vieira. São Paulo: Perspectiva, 2013
- COSTA, Jurandir Freire. *O Vestígio e a Aura: Corpo e Consumismo na Moral do Espetáculo*. Rio de Janeiro: Garamond, 2004
- DEBORD, Guy. *La Sociéte du Spectacle*. Paris: Les Editions Gallimard, [1967] 1992
- DUFOUR, Dany-Robert. *Arte de Reduzir as Cabeças: sobre a nova servidão na sociedade ultraliberal*. Tradução de Sandra Regina Felgueiras. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 2005
- EAGLETON, Terry. *A Ideia de Cultura*. Tradução de Sandra Castello Branco. São Paulo: Editora da Unesp, 2003
- FREUD, Sigmund. *O Mal-estar na Civilização*. Tradução de José Octávio de Aguiar. Rio de Janeiro: Editora Imago, [1929] 1997
- GANEM, Angela. Crítica à leitura hayekiana da história: a perspectiva da ação política de Hannah Arendt. *Nova Economia*, v. 19, n. 2, p. 267-284, maio-agosto 2009
- GANEM, Angela. Popper versus Adorno: lições de um confronto histórico. *Revista de Economia Política*, v. 32, n. 1, p. 87-108, jan-mar 2012a
- GANEM, Angela. O mercado como ordem social em Adam Smith, Walras e Hayek. *Economia e Sociedade*, v. 21, n. 1, p. 143-164, abr 2012b
- GANEM, Angela. Hayek: do mercado como ordem espontânea ao mercado como fim da história. *Revista Política e Sociedade*, v. 11, n. 22, p. 93-117, 2012c
- HAYEK, Friedrich. *Os Fundamentos da Liberdade*. Tradução de Anna Maria Capovilla e José Ítalo Stelle Brasília: Editora Universidade de Brasília, [1960] 1983

- HARVEY, David. *A condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da Mudança Cultural*. Tradução de Adail Ubirajara Sobral e Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Loyola, 2011
- JAY, Martin. *A Imaginação Dialética: História da Escola de Frankfurt e do Instituto de Pesquisas Sociais, 1923-1950*. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Contraponto, 2008
- JAMESON, Fredric. *A Virada Cultural: reflexões sobre o pós-moderno*. Tradução de Carolina Araújo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006
- JAMESON, Fredric. *O Marxismo Tardio: Adorno ou a Persistência da Dialética*. Tradução de Luiz Paulo Rouanet. São Paulo: Editora da Unesp/Boitempo, 1990
- LASCH, Christopher. *A cultura do narcisismo: a vida americana numa era de esperanças em declínio*. Tradução de Ernani Pavanelli. Rio de Janeiro: Imago, 1983
- LIPOVETSKY, Gilles. *L'Ère du Vide: Essays sur l'individualisme contemporain*. Paris: Galimard, 1983
- LIPOVETSKY, Gilles. *O Império do Efêmero*. Tradução de Maria Lúcia Machado. São Paulo: Companhia das Letras, 2004
- LIPOVETSKY, Gilles. *Le Bonheur Paradoxal: essay sur la société d'hyperconsommation*. Paris: Editions Gallimard, 2006
- MARTEL, Frédéric. *Mainstream: a guerra global das mídias e das culturas*. Tradução de Clóvis Marques. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012
- NOVAES, Adauto. Políticas do Esquecimento. In: NOVAES, Adauto (org.) *O Esquecimento da Política*. Rio de Janeiro: Agir, 2007
- SOLOMON, Andrew. *O Demônio do Meio-dia: uma anatomia da depressão*. Tradução de Myriam Campello. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001
- ZIZEK, Slavoj. *A visão em paralaxe*. Tradução de Maria Beatriz de Medina. São Paulo: Boitempo, 2006

RAQUEL DE AZEVEDO

ANÁLISE DOS CICLOS DA ECONOMIA BRASILEIRA EM
FORMAÇÃO ECONÔMICA DO BRASIL DE CELSO FURTADO
A PARTIR DOS ESQUEMAS DE REPRODUÇÃO DE MARX

Recebido em 24/04/2024

Aprovado em 23/09/2024

DOI: 10.69585/2595-6892.2024.1130

ANÁLISE DOS CICLOS DA ECONOMIA BRASILEIRA EM *FORMAÇÃO ECONÔMICA DO BRASIL* DE CELSO FURTADO A PARTIR DOS ESQUEMAS DE REPRODUÇÃO DE MARX

Resumo

Através da análise dos ciclos da economia brasileira em *Formação Econômica do Brasil*, de Celso Furtado, vemos que a articulação entre os setores de produção de meios de produção e de produção de meios de consumo ocorre de forma invertida na ex-colônia se comparada com o percurso que caracteriza o desenvolvimento capitalista europeu. A industrialização brasileira se caracteriza antes pelo surgimento de um setor de meios de consumo, induzido pela expansão do setor exportador e pela transição do escravismo ao assalariamento na segunda metade do século XIX, e somente sob condições específicas de restrição às importações, pela incorporação do setor de meios de produção a partir da década de 1930. Este artigo busca mapear a evolução da relação entre os setores de produção na economia brasileira desde o início da etapa colonial até a década de 1930 a partir das formulações de Furtado em *Formação Econômica do Brasil*, ressaltando a inversão em relação ao caso europeu.

Palavras-chave: *Formação Econômica do Brasil*; setores de produção; inversão; escravismo; assalariamento

RAQUEL DE AZEVEDO

Professora do Instituto de Economia e Relações Internacionais da Universidade Federal de Uberlândia.

Email: raquelazevedo@gmail.com

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-7373-3104>

Abstract

Through the analysis of the cycles of the Brazilian economy in *Formação Econômica do Brasil*, by Celso Furtado, we note that the link between the sectors of production of means of production and production of means of consumption occurs in an inverted form compared to the path that characterizes European capitalist development. Brazilian industrialization is characterized rather by the emergence of a sector of production of means of consumption, induced by the expansion of the export sector and the transition from slavery to wage-earning in the second half of the 19th century, and only under specific conditions of restriction on imports, by the incorporation of the sector of production of means of production from the 1930s. This article aims to map the evolution of the relation between production sectors in the Brazilian economy from the beginning of the colonial stage until the 1930s based on Furtado's formulations in *Formação Econômica do Brasil*, highlighting the inversion in relation to the European case.

Keywords: *Formação Econômica do Brasil*; sectors of production; inversion; slavery; wage-earning

I. As três inversões da economia brasileira e os esquemas de reprodução de Marx

Tão logo a ocupação do território americano deixa de ser um simples episódio da expansão comercial europeia, para mencionar o célebre ponto de partida de Celso Furtado em *Formação Econômica do Brasil*, e a produção colonial assentada no escravismo assume traços próprios, há pelo menos três inversões em relação ao desenvolvimento capitalista europeu que passam a caracterizar a formação brasileira. A primeira delas diz respeito à classe que lidera o processo revolucionário de constituição de um Estado nacional no Brasil. Não é o protecionismo de Alexander Hamilton que guia os proprietários rurais brasileiros na fase derradeira da etapa colonial, pois o conteúdo econômico do fim dos laços com a metrópole não é a defesa de uma manufatura incipiente (inviabilizada em razão das consequências além-mar do Tratado de Methuen, segundo Furtado¹), mas o fim do

¹ “Se bem que a renda média da economia mineira haja sido mais baixa do que aquela que conheceu a região do açúcar, seu mercado apresentava potencialidades muito maiores. Suas dimensões absolutas eram superiores, pois as importações representavam menor proporção do dispêndio total. Por outro lado — e isso constitui o aspecto principal do problema —, a renda estava muito menos concentrada, porquanto a proporção da população livre era muito maior. A composição da procura teria que ser necessariamente diversa, ocupando um espaço muito mais significativo os bens de consumo corrente e ocorrendo o contrário aos artigos de luxo. Demais, a população, se bem que dispersa num território extenso, estava em grande parte reunida em grupos urbanos e semiurbanos. Por último, a grande distância existente entre a região mineira e os portos contribuía para encarecer relativamente os artigos importados. Esse conjunto de circunstâncias tornava a região mineira muito mais propícia ao desenvolvimento de atividades ligadas ao mercado interno do que havia sido até então a região açucareira. Contudo, o desenvolvimento endógeno — isto é, com base no seu próprio mercado — da região mineira foi praticamente nulo. É fácil compreender que a atividade mineradora haja absorvido todos os recursos disponíveis na etapa inicial. É menos fácil explicar, entretanto, que, uma vez estabelecidos os centros urbanos, não se tenham desenvolvido suficientemente atividades manufatureiras de grau inferior, as quais poderiam expandir-se na etapa subsequente de dificuldades de importação. Tem-se buscado explicação para esse fato na política portuguesa, cuja preocupação era dificultar o desenvolvimento manufatureiro da colônia. Entretanto, o decreto de 1785 proibindo qualquer atividade manufatureira não parece haver suscitado grande reação, sendo mais ou menos evidente que o desenvolvimento manufatureiro havia sido praticamente nulo em todo o período anterior de prosperidade e decadência da economia mineira. A causa principal possivelmente foi a própria incapacidade técnica dos imigrantes para iniciar atividades manufatureiras numa escala ponderável. O pequeno desenvolvimento manufatureiro que tivera Portugal em fins do século anterior resulta de uma política ativa que compreendia a importação de mão de obra especializada. O acordo de 1703 com a Inglaterra (Tratado de Methuen) destruiu esse começo de indústria e foi de consequências profundas tanto para Portugal como para sua colônia. Houvessem chegado ao Brasil imigrantes com alguma experiência manufatureira, e o mais provável é que as iniciativas surgissem no momento adequado, desenvolvendo-se uma capacidade de organização e técnica que a colônia não chegou a conhecer.” (Furtado, 2007, p. 125-126)

monopólio de comércio imposto por Portugal. Em lugar de uma burguesia amparada pelas ideias iluministas, que dita os rumos dos processos revolucionários de formação dos Estados nacionais na Inglaterra e na França, é a expulsão da burguesia comercial portuguesa pelos proprietários rurais brasileiros que marca o fim do regime colonial e a consolidação de um Estado nacional independente.

A segunda inversão aparece na formação de um mercado de trabalho na economia brasileira, tão logo a Lei Eusébio de Queirós, de 1850, põe um fim definitivo ao tráfico externo de escravizados no território brasileiro. Nos quatro capítulos de *Formação Econômica do Brasil* dedicados ao “problema da mão de obra”, a transição do escravismo para o assalariamento é descrita como uma combinação entre a corrente migratória de trabalhadores europeus, cujo propósito era atender às necessidades de expansão da economia cafeeira; ex-escravizados, cuja subsistência ajuda a regular o valor rebaixado da força de trabalho assalariada; e um contingente de trabalhadores supérfluos vinculados à economia de subsistência, que, de acordo com Furtado, permitiu que tal expansão se desse sem um aumento de salários e, portanto, sem pressão aos lucros do capital cafeeiro. São as três modalidades de trabalhadores – divididas entre os efetivamente ocupados e os subocupados – que formam o mercado de trabalho brasileiro na segunda metade do século XIX. Mas a população trabalhadora supérflua brasileira não provém, como é o caso das economias europeias, do fato de que o capital se reproduz com diminuição relativa do capital variável, e sim do processo que Furtado denominou de involução econômica. Nele, o setor de subsistência, de menor produtividade, se expande quando há um recuo do setor exportador, de maior rentabilidade, em virtude da queda dos preços internacionais do produto exportado. Nesse sentido, a superpopulação relativa brasileira se origina do crescimento de um setor de baixa produtividade. Na economia colonial, a população supérflua não se forma em razão do aumento da produtividade, mas de sua redução.

Por fim, a terceira inversão pode ser observada no modo como os setores de produção de meios de produção e de meios de consumo se articulam a partir da transição do escravismo para o assalariamento na economia brasileira. Marx descreve a relação entre os setores de produção no Livro II d'*O Capital* para indicar que é a combinação entre o consumo produtivo (isto é, a compra de meios de produção e de força de trabalho adicionais) e o consumo privado de capitalistas e trabalhadores (ou seja, o consumo improdutivo que realizam da mais-valia e o consumo dos salários, respectivamente) que explica a reprodução do capital total de uma economia. O setor de produção de meios de produção se destina à produção de máquinas, equipamentos, insumos e matérias-primas que entram no consumo produtivo e o setor de produção de meios de consumo, à produção de mercadorias que se destinam ao consumo privado de capitalistas e trabalhadores. O valor do produto obtido em cada um dos setores se divide em duas partes, de acordo com o critério de transferência de valor: o capital constante consumido na produção, que apenas transfere valor ao produto final, e o valor acrescido pelos trabalhadores, que se decompõe na reposição do capital variável e na mais-valia. “Assim, o valor da totalidade do produto anual de cada seção [...] se reduz a $c+v+m$ ” (Marx, 2008, p. 449), em que c é capital constante, v é capital variável e m é a mais-valia.

Embora o valor da produção de cada setor pareça apresentar uma autonomia relativa, há uma condição de equilíbrio entre os setores que indica que há entre eles um entrelaçamento necessário a nível da totalidade. Tal condição de equilíbrio é dada pelas trocas intersetoriais, ou seja, a totalidade dos gastos de trabalhadores e capitalistas do setor de produção de meios de produção em meios de consumo necessários e de luxo deve ser equivalente às necessidades de reposição do capital constante do setor de produção de meios de consumo. Ao retratar a reprodução ampliada do capital na economia inglesa, Marx argumenta que a utilização de parte da mais-valia na formação de capital adicional se inicia no setor de produção de meios de produção e, em razão da condição de equilíbrio entre os setores, o setor de produção de meios de consumo responde ao consumo adicional de renda

por parte de trabalhadores e capitalistas do setor de produção de meios de produção com formação de capital adicional. Não é esse, porém, o percurso da economia brasileira. Na descrição furtadiana dos ciclos econômicos, da etapa colonial à transformação que se passa na década de 1930, é antes o setor de produção de meios de consumo que se estabelece e se expande e somente então, sob circunstâncias específicas, o setor de meios de produção é incorporado.

Os traços do escravismo colonial são como um espelho côncavo que nos entrega uma imagem invertida² do desenvolvimento capitalista na Europa. É o caso da formação do Estado nacional, do mercado de trabalho e da relação entre os setores de produção. Neste trabalho, buscamos analisar mais especificamente a terceira inversão acima mencionada. A partir das características dos ciclos da economia brasileira apresentados por Furtado em *Formação Econômica do Brasil*, a tarefa é redefinir a relação entre os setores de produção desde a periferia do desenvolvimento capitalista, isto é, assumindo que a expansão do setor de produção de meios de consumo é seu ponto de partida. Para tanto, apresentaremos a interpretação furtadiana a respeito da formação de um mercado interno na economia brasileira através dos esquemas de reprodução de Marx. Na segunda seção deste artigo, trataremos dos ciclos da economia colonial e na terceira, da economia cafeeira ao deslocamento do centro dinâmico.

² Para Marx, a inversão é a operação lógica a partir da qual a relação capitalista se apresenta. É o caso do fetiche da mercadoria e do capital, em que as propriedades sociais do trabalho aparecem como propriedades das coisas. No último capítulo do Livro I d'O *Capital*, "A teoria moderna da colonização", Marx argumenta que a recriação do trabalho assalariado por parte dos colonizadores ingleses nas colônias de povoamento do norte dos EUA exige que os representantes da Economia Política admitam uma inversão dos postulados que aplicavam à Inglaterra. No território americano, já não lhes era possível afirmar, como faziam em relação ao desenvolvimento capitalista inglês, que propriedade e trabalho formavam uma identidade. Na colônia, era preciso restringir o acesso aos meios de realização de trabalho para que a força de trabalho se apresentasse como mercadoria disponível. Ou seja, nas colônias é incontestável que os trabalhadores produzem a propriedade de outro e a sua não-propriedade. A formação colonial indica, porém, outras inversões, como as mencionadas na introdução deste artigo. Mas por que a periferia é um espaço privilegiado da inversão enquanto forma de apresentação da relação capitalista? Ao contrário do que imaginava Thomas More com sua *Utopia*, a ocupação do território americano não seria o espaço de negação da propriedade e do dinheiro, mas de sua recriação.

2. Da economia açucareira à atividade mineradora: caracterização dos setores de produção na etapa colonial

Ao descrever a natureza do fluxo de renda na economia açucareira, Furtado argumenta que o escravismo colonial cria quase uma identidade entre as receitas das exportações do açúcar no mercado internacional e os dispêndios em importações. Afinal, a reposição dos equipamentos do engenho e da mão de obra escravizada, bem como o consumo de gêneros de luxo por parte dos senhores, exigiam uma reversão quase integral da renda gerada na produção açucareira em importações. Não fossem os gastos com o transporte e o armazenamento do açúcar, com a compra de gado e lenha enquanto insumos de força motriz nos engenhos e com os pagamentos de salários aos trabalhadores especializados dos engenhos – gastos que, nas estimativas de Furtado, não ultrapassavam 10% da renda gerada pela economia açucareira –, a identidade entre as receitas de exportações e as despesas com importações seria completa. Mas essa identidade só se integraliza se consideramos a hipótese de Furtado de que uma parte significativa da renda também se destinava a remunerar os capitais europeus responsáveis pela instalação dos engenhos no território brasileiro e pelo comércio do açúcar na Europa. Somente com a dedução da renda de não-residentes, como Furtado sugere chamar a remuneração dos capitais europeus, é que se pode dizer que a renda sobrente se converte nas importações que atendiam ao consumo produtivo e privado dos senhores de engenho. Ou seja, é a combinação entre a remuneração dos capitais europeus e as demais importações que forma uma identidade com os valores das exportações. E essa é, para Furtado, uma das características fundamentais de uma economia colonial e escravista: quase a totalidade da renda se converte em pagamentos feitos no exterior:

Como os fatores de produção em sua quase totalidade pertenciam ao empresário, a renda monetária gerada no processo produtivo revertia em sua quase totalidade às mãos desse empresário. Essa renda – a totalidade dos pagamentos a fatores de produção mais os gastos de reposição do equipamento e dos escravos importados – expressava-se no valor das exportações. É fácil compreender que, se a quase totalidade da renda

monetária estava dada pelo valor das exportações, a quase totalidade do dispêndio monetário teria de expressar-se no valor das importações. A diferença entre o dispêndio total monetário e o valor das importações traduziria o movimento de reservas monetárias e a entrada líquida de capitais, além do serviço financeiro daqueles fatores de produção de propriedade de pessoas não residentes na colônia. O fluxo de renda se estabelecia, portanto, entre a unidade produtiva, considerada em conjunto, e o exterior. (Furtado, 2007, p. 87)

Considerando que durante o auge da produção açucareira no Brasil – entre a divisão do território brasileiro nas 12 capitanias em 1532 e o início da concorrência holandesa na Antilhas em meados do século XVII – o açúcar era um meio de consumo de luxo entre os europeus, poderíamos reescrever o fluxo de renda externo gerado pela economia açucareira através da relação entre os setores de produção, conforme o esquema apresentado na Tabela 1. A atividade nos engenhos de açúcar pode ser concebida como representante do setor de produção de meios de consumo. Trata-se, porém, de um setor inteiramente voltado para o mercado externo. Por outro lado, não há nenhum sinal de um setor de produção de meios de produção interno à economia brasileira que forneça máquinas e equipamentos para a produção açucareira. Tal função é desempenhada pelas economias europeias.

Tampouco há assalariamento na produção açucareira. Salvo um ínfimo contingente de trabalhadores especializados, a mão de obra era predominantemente escravizada. Isso significa que o capital variável do setor de produção de meios de consumo deve ser interpretado como compra do plantel de escravizados no tráfico na costa do continente africano, acrescida dos gastos indiretos com a subsistência dessa mão de obra. Para mantermos a designação de capital variável como componente do setor de produção de meios de consumo, poderíamos dizer que o uso da mão de obra escravizada na etapa colonial significa que a rotação da força de trabalho se confunde com o próprio período médio de vida dos escravizados. Dado o regime de trabalho compulsório, não há, obviamente, pagamentos feitos ao próprio trabalhador, mas ao traficante. E o senhor de engenho só volta a

desembolsar novo montante para mobilizar novo contingente de trabalhadores quando se esgota a vida útil do escravizado. Com isso, poderíamos dizer que os escravizados são comumente associados ao capital fixo dos engenhos porque a rotação de sua força de trabalho é equivalente à duração de sua própria vida. Como veremos, uma das formas de definir a transição do escravismo para o assalariamento nas ex-colônias ao longo do século XIX é através da diminuição do tempo de rotação da força de trabalho. No engenho, a subsistência dos escravizados é suprida ou por gastos indiretos (não envolvem fluxos monetários) por parte do senhor ao ceder parte da jornada de trabalho e do espaço da fazenda para que o escravizado se dedique aos cultivos e atividades imprescindíveis à sua reprodução enquanto força de trabalho, ou pela pecuária de baixa produtividade que se desenvolve nas franjas do setor exportador (que, na descrição de Furtado, gera um fluxo monetário insignificante durante a economia açucareira).

Tabela 1 – Relação entre os setores de produção na economia açucareira entre 1532 (divisão do território brasileiro nas 12 capitanias) e 1654 (expulsão dos holandeses do nordeste brasileiro)

Economia açucareira	
Setor de produção de meios de produção: $S_1 : c_1 + v_1 + m_1$	Setor de produção de meios de consumo: $S_2 : c_2 + v_2 + m_2$
<ul style="list-style-type: none"> - Não há fornecimento interno de máquinas, equipamentos e matérias-primas para o setor de produção de meios de consumo; - É um setor presente apenas nas economias europeias. 	<ul style="list-style-type: none"> - O açúcar é o principal representante. É um setor voltado para o mercado externo; - A reposição dos equipamentos do engenho e da mão de obra escravizada, bem como o consumo dos senhores, constituem gastos em importação; - Parte do valor excedente é remetido ao exterior na forma de renda dos capitais associados ao financiamento da instalação dos engenhos e ao comércio do açúcar; - A subsistência da mão de obra escravizada empregada nos engenhos é garantida pelos gastos indiretos dos senhores no interior do engenho e pela pecuária de baixa produtividade que se desenvolve nas franjas do engenho.

Fonte: Elaboração própria, 2024.

Diante da decadência da economia açucareira a partir do início da concorrência holandesa nas Antilhas, uma das medidas da Coroa portuguesa para recuperar a rentabilidade gerada pela colônia foi o financiamento das bandeiras paulistas para que, além da caça aos indígenas sertão adentro, se destinassem à busca por metais preciosos. Dos primeiros achados significativos na região de Sabará na virada do século XVII para o século XVIII, as lavras de ouro se estenderam pelo restante do estado de Minas Gerais, pelo sul da Bahia, por Goiás e Mato Grosso. O fato é que a economia mineradora impõe algumas modificações na relação até então vigente entre os setores de produção. A atividade mineradora é, antes de mais nada, um representante do setor de produção de meios de produção, tal como indicado na Tabela 2. Dado que a maior parte do ouro brasileiro era de aluvião, Furtado argumenta que a incerteza quanto ao tamanho e à qualidade das jazidas exigia que o capital fixo aplicado nas atividades de extração fosse relativamente menor do que aquele mobilizado na produção de açúcar. Isso permitia que as atividades de extração pudessem se deslocar com mais facilidade. O que não se altera em relação à economia açucareira, porém, é que a reposição de equipamentos da lavra e de mão de obra escravizada, bem como o consumo privado dos proprietários das minas, se convertem em gastos de importação. A parte restante dos lucros da atividade mineradora é remetida ao exterior através das diferentes modalidades de tributos criadas por Portugal: o quinto, dedução de 20% de todo ouro que passava pelas Casas de Fundição; a capitação, um tributo fixo que recaía sobre cada trabalhador escravizado empregado nas minas; e a derrama, método pelo qual a Coroa portuguesa obrigava a população a completar a quota anual mínima que o quinto deveria atingir.

O transporte do ouro do interior do país para os portos e a subsistência da mão de obra escravizada empregada na atividade mineradora, por sua vez, dependiam do gado fornecido pela pecuária do interior do Nordeste e da região sul. O ciclo do ouro não apenas integrou as diferentes regiões do território brasileiro, como afirma Furtado, mas permitiu que surgisse uma

conexão entre os setores de produção na economia brasileira, ainda que se trate de uma conexão essencialmente fraca, pois a atividade mineradora estava inteiramente voltada para o mercado externo.

Se se considera em conjunto a procura de gado para corte e de muares para transporte, a economia mineira constituiu, no século XVIII, um mercado de proporções superiores ao que havia propiciado a economia açucareira em sua etapa de máxima prosperidade. Destarte, os benefícios que dela se irradiam para toda a região criatória do sul são substancialmente maiores do que os que recebeu o sertão nordestino. A região rio-grandense, onde a criação de mulas se desenvolveu em grande escala, foi, dessa forma, integrada no conjunto da economia brasileira. Cada ano subiam do Rio Grande do Sul dezenas de milhares de mulas, as quais constituíam a principal fonte de renda da região. Esses animais se concentravam na região de São Paulo, onde, em grandes feiras, eram distribuídos aos compradores que provinham de diferentes regiões. Desse modo, a economia mineira, através de seus efeitos indiretos, permitiu que se articulassem as diferentes regiões do sul do país. [...] Por um lado, [a economia mineira] elevou substancialmente a rentabilidade da atividade pecuária, induzindo a uma utilização mais ampla das terras e do rebanho. Por outro, fez interdependentes as diferentes regiões, especializadas umas na criação, outras na engorda e distribuição, e outras constituindo os principais mercados consumidores. É um equívoco supor que foi a criação que uniu essas regiões. Quem as uniu foi a procura de gado que se irradiava do centro dinâmico constituído pela economia mineira. (Furtado, 2007, p. 122-123)

Tabela 2 – Relação entre os setores de produção na economia mineradora entre 1700 e 1775

Economia mineradora	
Setor de produção de meios de produção: $S_1 : c_1 + v_1 + m_1$	Setor de produção de meios de consumo: $S_2 : c_2 + v_2 + m_2$
<ul style="list-style-type: none"> - A lavra de ouro é o principal representante. É um setor voltado para o mercado externo; - Não há fornecimento interno de máquinas, equipamentos e matérias-primas para o setor de produção de meios de produção; - A reposição dos equipamentos da lavra e da mão de obra escravizada, bem como o consumo dos proprietários das minas, constituem gastos em importação; - Parte do valor excedente da atividade mineradora é remetida ao exterior através das diferentes modalidades de tributos criadas por Portugal. 	<ul style="list-style-type: none"> - A pecuária de baixa produtividade do interior do Nordeste e da região sul do país fornece os meios de consumo para a mão de obra escravizada empregada na lavra.

Fonte: Elaboração própria, 2024

A etapa colonial se encerra sem que se constitua uma integração efetiva entre os setores de produção na economia brasileira. A produção açucareira e a atividade mineradora estão inteiramente voltadas para fora: a primeira não fornece elementos de subsistência para a segunda e tampouco a segunda fornece meios de produção para a primeira. É com a economia cafeeira que se desfaz a identidade entre receitas de exportação e dispêndios em importação e se altera a condição de integração entre os setores.

3. Da expansão cafeeira à industrialização por substituição de importações: a articulação invertida dos setores de produção

O primeiro cenário da produção de café no Brasil é o Vale do Paraíba. Na primeira metade do século XIX, a produção se estende do sul do Rio de Janeiro ao norte de São Paulo, alcançando Minas Gerais e Espírito Santo. O emprego da mão de obra escravizada subutilizada desde a desagregação do

ciclo do ouro no último quarto do século XVIII e a proximidade do porto do Rio de Janeiro favorecem a região, mas o esgotamento dos solos decorrente de seu uso predatório abrevia essa primeira fase da economia cafeeira. “Esses terrenos de forte declives onde se plantaram os cafezais não suportarão por muito tempo o efeito do desnudamento de florestas derrubadas e da exposição do solo desprotegido à ação das intempéries” (Prado Júnior, 2008, p. 162). Com isso, explica Caio Prado Júnior, em *História Econômica do Brasil*, “o trabalho da erosão foi rápido” (Prado Júnior), 2008, p. 162). A segunda etapa da expansão cafeeira se dá em direção ao oeste paulista. O impasse da distância em relação ao porto de Santos é suprimido pela construção de uma malha ferroviária que ligava o litoral à capital paulista e a capital ao interior. Quanto à escassez de mão de obra diante do fim do tráfico de escravizados com a Lei Eusébio de Queirós, de 1850, a combinação entre a corrente migratória dos trabalhadores europeus e o contingente de trabalhadores supérfluos vinculados à economia de subsistência consolida o assalariamento na economia cafeeira.

A produção de café é um representante do setor de produção de meios de consumo, como vemos na Tabela 3. Embora Furtado argumente que o grau de capitalização e os custos de reposição do capital constante sejam relativamente menores que os da economia açucareira, boa parte dos equipamentos para o beneficiamento do café e o consumo privado dos cafeicultores seguem atendidos por meio de importações. O que muda com o pagamento de salários aos trabalhadores do setor exportador é que parte das receitas de exportações permanece dentro da economia brasileira. O consumo privado dos trabalhadores assalariados estimula o surgimento e a consolidação de um mercado interno. Por sua vez, a formação de uma demanda interna incentiva a emergência de novos representantes do setor de produção de meios de consumo, especialmente nos ramos têxtil e de alimentos. Ainda que de dimensões significativamente inferiores às do café, os novos ramos se destinam a atender o consumo interno.

Dizíamos que é possível interpretar a transição do escravismo para o assalariamento como uma redução do tempo de rotação da força de trabalho. Se no

escravismo a rotação da força de trabalho se confunde com a própria duração média de vida da mão de obra escravizada, o assalariamento exige que os gastos indiretos do proprietário rural com a subsistência do escravizado se convertam em pagamentos periódicos de salário. A transição do escravismo para o assalariamento exige, portanto, que os meios de consumo necessários, como os designa Marx por oposição aos meios de consumo de luxo, estejam disponíveis, a preços baixos, no mercado, razão pela qual o assalariamento é inseparável de uma expansão do setor de meios de consumo.

Vale ressaltar que a mudança de postura da Inglaterra em relação ao tráfico de escravizados na virada do século XVIII para o século XIX está na origem da consolidação do assalariamento no Brasil. Foi a pressão diplomática e militar da Inglaterra, ao longo da primeira metade do século XIX, pelo fim do tráfico no território brasileiro que elevou os custos de transporte dos escravizados e encareceu significativamente os gastos com a compra do plantel. Faltaria, porém, elucidar por que a Inglaterra se torna a primeira metrópole a proibir o tráfico de escravizados em suas colônias, em 1807, e a reprimir ativamente o tráfico no maior país escravista do continente. Assim como a consolidação do assalariamento na economia brasileira corresponde a uma ampliação do setor de meios de consumo, a expansão do assalariamento na transição para o capitalismo industrial, no início do século XIX, exige condições ampliadas de reposição do capital constante e do capital variável nos países europeus. O barateamento das matérias-primas e dos elementos em que são consumidos os salários, impasse que se torna incontornável com o fim da Lei dos Cereais na Inglaterra em 1846³, encontra no escravismo um empecilho econômico ao aumento da produtividade e uma ameaça política de revolução dos escravizados, como ocorrida no Haiti entre 1791 e 1804.

³ “Durante toda a primeira metade do século, a agricultura inglesa continuou a gozar de proteção eficaz através do mecanismo da tarifa móvel, que permitia elevar automaticamente a barreira alfandegária toda vez que os preços internacionais descessem abaixo de certa cota crítica. A resistência teve, entretanto, que ir cedendo em face do poder crescente da burguesia industrial, e, entre 1846 e 1849, a Inglaterra eliminou as barreiras ao comércio exterior, sem esperar reciprocidade dos demais países. A vitória total das ideias livre-cambistas encerrou, de alguma forma, a primeira fase da Revolução Industrial, durante a qual se criou e consolidou na Inglaterra o núcleo propulsor que levaria, na segunda metade do século, à formação de um sistema de divisão internacional do trabalho de âmbito mundial. (Furtado, 2019, p. 108-109)

Tabela 3 – Relação entre os setores de produção na economia cafeeira entre 1847 (início dos contratos diretos entre fazendeiros e trabalhadores europeus) e a crise de 1929

Economia cafeeira	
Setor de produção de meios de produção: $S_1 : c_1 + v_1 + m_1$	Setor de produção de meios de consumo: $S_2 : c_2 + v_2 + m_2$
- Não há fornecimento interno de equipamentos para o beneficiamento do café.	<ul style="list-style-type: none"> - O café é o principal representante. É um setor voltado para o mercado externo. Os ramos têxtil e de alimentos, embora de dimensões menores, atendem parte das necessidades de consumo dos trabalhadores assalariados do setor exportador. Outra parte dos salários é consumida em meios de consumo importados; - A reposição dos equipamentos para o beneficiamento do café e o consumo dos fazendeiros constituem gastos em importação; - Parte do valor excedente é remetido aos credores privados internacionais que financiavam as medidas de defesa do setor cafeeiro; - A consolidação do assalariamento na economia cafeeira significa uma redução no tempo de rotação da força de trabalho.

Fonte: Elaboração própria, 2024

A partir da década de 1880 começam a surgir os primeiros sinais de excesso de oferta de café na economia brasileira. A repercussão no preço internacional é imediata, visto que as fazendas brasileiras eram responsáveis pela maior parte da produção mundial. Para Furtado, a superprodução se deve à inexistência de restrições à expansão cafeeira sob condições de preço e demanda internacionais favoráveis. “Dadas a relativa elasticidade da oferta de mão de obra e a abundância de terras, essa expansão pode seguir adiante sem encontrar obstáculos por parte dos salários ou da renda da terra” (Furtado, 2007, p. 220). Considerando que o assalariamento dissolve a identidade entre receitas de exportações e gastos em importações, o excesso de oferta de café se converte em um desequilíbrio permanente das contas externas, pois embora

o valor das exportações se reduza imediatamente com a queda do preço do café no mercado internacional, as importações custam a ceder em razão do efeito multiplicador decorrente da formação de um mercado interno.

Nos primeiros anos da República, a ausência de um impulso endógeno à economia brasileira que atenuasse o déficit no balanço de pagamentos animava o discurso papelista, cujos fundamentos eram a crítica à conversibilidade ao ouro e a defesa do aumento do meio circulante para reverter o estado de recessão em que a economia brasileira havia sido lançada nos últimos anos do Império em virtude da exportação de reservas metálicas para fazer frente ao desequilíbrio externo. Em *Gênese e precursores do desenvolvimentismo no Brasil*, Pedro Fonseca explica que a maior preocupação dos papelistas – de Barão de Mauá, mais moderado, a Rui Barbosa, mais radical – era com o nível de atividade econômica. A pergunta a respeito do “nível de oferta monetária mais condizente com o ânimo dos negócios” (Fonseca, 2012, p. 35) constitui um episódio inaugural na economia brasileira: pela primeira vez o Estado se vale de uma ferramenta de política econômica para consecução de um efeito anticíclico⁴.

A partir de 1906, com o Convênio de Taubaté, os governadores dos principais estados produtores de café passam a enfrentar o excesso de oferta através da formação de estoques do produto. Embora Furtado tivesse clareza de que as medidas de defesa do setor cafeeiro através da política de formação

⁴ Essa relação entre atividade econômica e quantidade de meio circulante está também na origem da formação do Partido do Povo (*People's Party*) nos Estados Unidos. Leonardo Moraes explica que o populismo norte-americano estendia suas críticas à conversibilidade em ouro à defesa do bimetalismo: “A situação econômica dos arrendatários-proletários rurais piorava à medida que a crise do mercado mundial, posteriormente conhecida como *Longa Depressão*, desde meados da década de 1870, se aprofundava. Pânicos financeiros, em 1873 e entre 1883 e 1887, somavam-se aos questionamentos dos fazendeiros quanto ao preço dos fretes cobrados pelas ferrovias e à desmonetização da prata, no bojo de afirmação do padrão-ouro como sistema monetário dominante (Markham, 2000, vol. I, p. 293-309; Eichengreen, 2008, p. 12). Com a queda nos preços internacionais, intensificação da mecanização produtiva e desmonetização de prata dos *greenbacks*, piorava a situação econômica dos pequenos fazendeiros, arrendatários-proletários rurais e demais assalariados. Pois, por um lado, aumentava o exército industrial de reserva de modo a pressionar para baixo os rendimentos e, por outro, ao manter constante a base monetária em meio a uma explosão demográfica diminuía os rendimentos das colheitas, sendo que os custos hipotecários se mantinham nominalmente fixos. ‘É por isso que muito da fala de movimentos de fazendeiros naqueles dias tinha que ver com a colocação de mais dinheiro em circulação [...]’ (Zinn, 1980, p. 278, tradução própria).” (Moraes, 2018, p. 50-51)

de estoques eram altamente concentradoras de renda, de que significavam, na verdade, socialização das perdas que deveriam se circunscrever aos lucros dos fazendeiros, a manutenção do nível das exportações também significava a defesa do nível de atividade econômica no país:

Qualquer que fosse a redução no preço internacional do café, sempre era vantajoso, do ponto de vista do conjunto da coletividade, manter o nível das exportações. Defendia-se, assim, o nível de emprego dentro do país e limitavam-se os efeitos secundários da crise. Sem embargo, para que esse objetivo fosse alcançado era necessário que o impacto da crise não se concentrasse nos lucros dos empresários, pois do contrário parte destes últimos seria forçada a paralisar suas atividades por impossibilidade financeira de enfrentar maiores reduções em suas receitas. (Furtado, 2007, p. 240)

Vale ressaltar, no entanto, a advertência de Caio Prado Júnior de que a política de valorização do café através da formação de estoques corresponde ao momento de consolidação do domínio do capital estrangeiro na economia brasileira, visto que eram os empréstimos externos que financiavam a compra da produção excedente. “Os interesses financeiros envolvidos na operação venciam assim a partida. E serão eles, muito mais que os produtores em cujo nome se agira, que colherão seus melhores frutos” (Prado Júnior, 2008, p. 232). O fato é que a combinação entre as restrições externas provocadas pela crise de 1929 e a manutenção da demanda interna aquecida em razão da política de formação de estoques produz, ao longo da década de 1930, a transformação radical que orienta os escritos de Furtado. De um lado, a formação e a queima dos estoques de café conservam a atividade econômica no setor exportador e, portanto, segundo Furtado, a demanda no mercado interno. De outro, diante da crise, as divisas geradas pelas exportações se tornam insuficientes para cobrir as importações induzidas pela renda criada pela própria política de defesa do setor cafeeiro. Furtado se pergunta que destino tomaria essa renda que, devendo ser despendida no exterior em importações, ficava represada no país.

Ora, a consequência é um alargamento do setor de produção de meios de consumo que atenda às necessidades de consumo de um mercado interno

aquecido. Embora tal aumento da produção tenha exigido inicialmente apenas um melhor aproveitamento da própria capacidade instalada no país, não tardaria para que essa expansão exigisse o acesso ao fornecimento de máquinas, equipamentos, matérias-primas e insumos adicionais. Em um cenário de restrição de importações, a expansão do setor de produção de meios de consumo criou as condições para a incorporação (ainda que em dimensão limitada e com relevante participação de capital estrangeiro) de um setor de produção de meios de produção no país. Há, pela primeira vez, um laço estreito entre setores de produção na economia brasileira, como vemos na Tabela 4. O setor de produção de meios de produção fornece máquinas, equipamentos, matérias-primas e insumos para o setor de produção de meios de consumo e o setor de produção de meios de consumo fornece os meios de consumo necessários e de luxo para o consumo privado de trabalhadores e capitalistas de ambos os setores.

Em *Formação Econômica do Brasil*, Furtado classifica a industrialização brasileira em duas grandes fases: a primeira se estende de meados do século XIX (a partir dos efeitos da proibição do tráfico de escravizados na formação de uma mão de obra assalariada) até a crise de 1929, e se caracteriza por ser induzida pela expansão do setor exportador; a segunda, movida pela substituição de importações, se inicia a partir da década de 1930 e “se define como sendo o aumento da participação da produção industrial destinada ao mercado interno no produto interno bruto em condições de declínio da participação das importações no produto” (Furtado, 2019, p. 206). A divisão em duas etapas não significa que o processo de industrialização tenha sido linear, como explica Maria da Conceição Tavares, em *Da substituição de importações ao capitalismo financeiro*⁵, mas explicita que a articulação entre os setores de produção se inicia pela expansão do setor de produção de meios

⁵ “[P]odemos concluir que, nas condições do modelo de substituição de importações, é praticamente impossível que o processo de industrialização se dê da base para o vértice da pirâmide produtiva, isto é, partindo dos bens de consumo menos elaborados e progredindo lentamente até atingir os bens de capital. É necessário (para usar uma linguagem figurada) que o “edifício” seja construído em vários andares simultaneamente, mudando apenas o grau de concentração em cada um dele de período para período”. (Tavares, 1975, p. 46)

de consumo e não pelo setor de produção de meios de produção, como no desenvolvimento capitalista nos países centrais.

Tabela 4 – Relação entre os setores de produção a partir da década de 1930

Década de 1930	
Setor de produção de meios de produção: $S_I : c_I + v_I + m_I$	Setor de produção de meios de consumo: $S_2 : c_2 + v_2 + m_2$
<ul style="list-style-type: none"> - Em um cenário de restrição externa, a expansão do setor de produção de meios de consumo criou as condições para a incorporação de um setor de produção de meios de produção no país; - O setor de produção de meios de produção fornece máquinas, equipamentos, matérias-primas e insumos para o setor de produção de meios de consumo. 	<ul style="list-style-type: none"> - Há uma expansão do setor de meios de consumo para atender um mercado interno aquecido diante da restrição externa imposta pela crise de 1929; - O setor de produção de meios de consumo fornece os meios de consumo necessários e de luxo para o consumo privado de trabalhadores e capitalistas de ambos os setores; - O enganche entre os setores se inicia pela expansão do setor de produção de meios de consumo.

Fonte: Elaboração própria, 2024

Para Furtado, os efeitos da articulação invertida entre os setores de produção aparecem na inadequação da estrutura da oferta interna a uma demanda interna que já não pode se converter em importações. O desajuste é especialmente flagrante na inelasticidade da produção agrícola e nos limites da infraestrutura de transportes e financeira diante da incorporação de um setor de produção de meios de produção a partir da década de 1930. De acordo com a condição de equilíbrio entre os setores de produção ajustada ao caso brasileiro, à formação de capital adicional no setor de produção de meios de consumo corresponde a incorporação e a formação de capital adicional no setor de produção de meios de produção. A consequência é que, por um lado, o consumo privado adicional de trabalhadores e capitalistas no setor de produção de meios de produção (bem como no setor de produção

de meios de consumo) exige um aumento da oferta de alimentos, além de novas estruturas de transporte e de financiamento não mais exclusivamente adaptadas a produtos homogêneos de exportação, mas a uma produção diversa e descentralizada de meios de consumo. De outro, ao Estado brasileiro cabe a tarefa de criar novas formas de financiamento que viabilizem a incorporação do setor de produção de meios de produção.

Na Tabela 5, apresentamos a condição de equilíbrio entre os setores de produção própria à industrialização brasileira considerando os entraves à articulação invertida entre os setores de produção apontados por Furtado, por oposição à forma esquemática com que poderíamos descrever a condição de equilíbrio entre os setores de produção no desenvolvimento capitalista nos países centrais. Nestes, a formação de capital adicional no setor de produção de meios de produção corresponde, por um lado, um esforço de barateamento das compras adicionais de meios de consumo, tanto de matérias-primas que entram na produção de meios de consumo quanto de alimentos, e, de outro, a exportação de capital para a periferia, seja de capital industrial (associado à infraestrutura de transporte e à produção de meios de produção), seja de empréstimos.

Tabela 5 – Condição de equilíbrio entre os setores de produção ajustada ao caso brasileiro

Condição de equilíbrio entre os setores de produção		
	Desenvolvimento capitalista nos países centrais	Industrialização brasileira
Ponto de partida da reprodução ampliada	Reprodução ampliada no setor de produção de meios de produção: $S_1 : \Delta c_1 + \Delta v_1 + \Delta m_1$ Barateamento da produção de meios de consumo através do comércio exterior: $S_2 : \Delta c_2 + \Delta v_2 + \Delta m_2$	Reprodução ampliada no setor de produção de meios de consumo: $S_2 : \Delta c_2 + \Delta v_2 + \Delta m_2$ Incorporação do setor de produção de meios de produção: $S_1 : \Delta c_1 + \Delta v_1 + \Delta m_1$
Limites da reprodução ampliada	- Barateamento da produção de meios de consumo e exportação de capital.	- Inelasticidade da produção agrícola e inadequação da infraestrutura de transportes e financeira.

Fonte: Elaboração própria, 2024

4. Considerações finais

Percorremos a saga furtadiana da formação de um mercado interno e do deslocamento do centro dinâmico da economia brasileira, valendo-nos dos esquemas de reprodução de Marx. A articulação interna dos setores de produção gestada pelas transformações do setor externo sugere, por fim, uma curiosa analogia com a formação da literatura nacional. Em *Comunidades imaginadas*, Benedict Anderson argumenta que quando os modos de representação da simultaneidade se tornam um problema secular, não são as escrituras sagradas (em que a simultaneidade aparece como força alheia ao leitor, resultado da providência divina⁶), mas o romance moderno que passa a representar num mesmo plano dois acontecimentos distintos. Anderson explica que a representação da simultaneidade se dá a ver em um enredo simples qualquer, “em que um homem (A) tem uma esposa (B) e uma amante (C), que por sua vez tem um amante (D)” (Anderson, 2008, p. 55). Para o leitor, os personagens aparecem coligados em uma estrutura temporal, mesmo que não se conheçam entre si. Aí está uma “analogia exata da ideia de nação” (Anderson, 2008, p. 56), defende Anderson.

Vejamos como isso se conecta com o que vimos até aqui. O conto de Machado de Assis chamado *O espelho*, publicado em 1882, contém uma estrutura de simultaneidade que é a própria definição do problema da formação de uma economia nacional em uma sociedade com passado colonial: estão articuladas, em um mesmo plano, uma alma externa cambiante a uma alma interna por fazer. Na escrita de Machado, a herança colonial parece significar que a incorporação de um impulso endógeno ao desenvolvimento é uma

⁶ “Quando, por exemplo, um acontecimento como o do sacrifício de Isaac é interpretado como uma prefiguração do sacrifício de Cristo, de maneira que no primeiro, por assim dizer, anuncia-se e promete-se o segundo, e o segundo ‘cumpre’ o primeiro [...] cria-se uma relação entre dois acontecimentos que não estão unidos nem temporal, nem causalmente – uma relação impossível de ser estabelecida de forma racional e numa dimensão horizontal [...]. Só é possível estabelecer esta relação quando se unem os dois acontecimentos, verticalmente, com a providência divina, que é a única que pode planejar a história desta maneira, e a única que pode fornecer a chave para a sua compreensão. [...] o aqui e agora não é mais elo de uma corrente terrena, mas é, simultaneamente, algo que sempre foi e algo que se consumará no futuro. E, a bem dizer, aos olhos de Deus é algo eterno, de todos os tempos, já consumado no fragmentário acontecer terreno”. (Auerbach *apud* Anderson, 2008, p. 53-54)

luta inextinguível entre duas almas, uma externa e outra interna. É assim que o personagem Jacobina descreve o problema:

“Cada criatura humana traz duas almas consigo: uma que olha de dentro para fora, outra que olha de fora para dentro... Espantem-se à vontade, podem ficar de boca aberta, dar de ombros, tudo; não admito réplica. Se me replicarem, acabo o charuto e vou dormir. A alma exterior pode ser um espírito, um fluido, um homem, muitos homens, um objeto, uma operação. Há casos, por exemplo, em que um simples botão de camisa é a alma exterior de uma pessoa; – e assim também a polca, o voltarete, um livro, uma máquina, um par de botas, uma cavatina, um tambor, etc. Está claro que o ofício dessa segunda alma é transmitir a vida, como a primeira; as duas completam o homem, que é, metafisicamente falando, uma laranja. Quem perde uma das metades, perde naturalmente metade da existência; e casos há, não raros, em que a perda da alma exterior implica a da existência inteira. [...] Agora, é preciso saber que a alma exterior não é sempre a mesma... [...] Há cavalheiros, por exemplo, cuja alma exterior, nos primeiros anos, foi um chocalho ou um cavalinho de pau, e mais tarde uma provedoria de irmandade, suponhamos. Pela minha parte, conheço uma senhora, – na verdade, gentilíssima, – que muda de alma exterior cinco, seis vezes por ano. Durante a estação lírica é a ópera; cessando a estação, a alma exterior substitui-se por outra: um concerto, um baile do Cassino, a rua do Ouvidor, Petrópolis... [...] Essa senhora é parenta do diabo, e tem o mesmo nome; chama-se Legião...”. (Assis, 1955, p. 259-260)

É possível supor que Furtado concordaria com Machado a respeito da mutabilidade da alma externa. Os diferentes ciclos da economia brasileira apresentados em *Formação Econômica do Brasil* indicam mutações do papel do setor exportador na economia brasileira, desde o estímulo ao setor de subsistência na etapa colonial, passando pela consolidação do assalariamento e do mercado interno na expansão cafeeira e pela incorporação do setor de produção de meios de produção na década de 1930. Quanto à alma interna, o que vemos é uma imagem invertida em relação ao desenvolvimento capitalista europeu, seja na formação do Estado nacional, na formação de um mercado de trabalho ou no estabelecimento de uma relação efetiva entre os setores de produção.

Referências

- ANDERSON, B. *Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. Tradução: Denise Bottman. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- ASSIS, M. de. *Papéis avulsos*. Rio de Janeiro: W. M. Jackson Inc. Editores, 1955.
- CARDOSO, C. F. S.; BRIGNOLI, H. P. *História econômica da América Latina*. Tradução: Fernando Antonio Faria. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983.
- FONSECA, P. C. D. Gênese e precursores do desenvolvimentismo no Brasil. In: BASTOS, P. P. Z.; FONSECA, P. C. D. (Orgs.). *A Era Vargas: Desenvolvimentismo, Economia e Sociedade*. São Paulo: Editora Unesp, 2012.
- FONSECA, P. C. D. *Vargas: o capitalismo em construção 1906-1954*. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- FURTADO, C. *A economia latino-americana: formação histórica e problemas contemporâneos*. 5. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.
- FURTADO, C. *Formação Econômica do Brasil*. 34. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- LÊNIN, V. I. *Imperialismo, estágio superior do capitalismo: ensaio de divulgação ao público*. Tradução: Paula Vaz de Almeida. São Paulo: Boitempo, 2021.
- MARX, K. *O Capital: crítica da economia política*. Tradução: Reginaldo Sant'Anna. 20. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008. v. 3.
- MORAES, L. S. *Populismo, política econômica e crises na América Latina*. Tese - Programa de Pós-Graduação em Economia da UFRGS, Porto Alegre, 2018.
- PRADO JÚNIOR, C. *História econômica do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 2008.
- TAVARES, M. da C. *Da substituição de importações ao capitalismo financeiro: ensaios sobre Economia Brasileira*. 4. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

APOSTLES OF INEQUALITY: RURAL POVERTY, POLITICAL ECONOMY AND *THE ECONOMIST*, 1760-1860

HANDY, Jim. Toronto, University of Toronto Press, 2022, 302 p.

Recebido em 24/08/2024

Aprovado em 13/10/2024

DOI: 10.69585/2595-6892.2024.1166

Acompanhar discussões políticas muitas vezes equivale a acompanhar um show de horrores. Um desses exemplos mais marcantes no ano de 2024 foi em uma audiência na Comissão de Direitos Humanos na Câmara dos Deputados, em 5 de junho. A deputada Érika Hilton (PSOL-SP) apresentou uma audiência pública para discutir o fim da jornada de trabalho 6x1 (seis dias de trabalho e um de folga) para uma de quatro dias de seis horas. O pastor Marco Feliciano (PL-SP) tentou barrar a discussão, dizendo que “todas as pessoas trabalham até a exaustão para verem a prosperidade” nos Estados Unidos e Japão (Feliciano Defende, 2024). A fala de Feliciano mostra que esse tipo de discurso está muito em voga entre seus apoiadores, que aprovaram e compartilharam a fala de Feliciano – o que é especialmente chocante, pois a evidência empírica mostra que os trabalhadores nesses países desenvolvidos trabalham menos e que reduzir o número de horas trabalhadas é visto como algo fundamental para o desenvolvimento da sociedade (Giattino; Ortiz-Ospina, 2020).

Tal discurso também é facilmente reconhecível para qualquer estudioso da Economia Política. Toda discussão sobre alienação vai aludir direta ou indiretamente à falácia de que tudo o que o trabalhador precisa é trabalhar duro e ele será recompensado pelo Capital. Discursos como esses foram construídos exatamente na origem do capitalismo e envolveram a propagação de escritos entre as elites britânicas, por meio de periódicos como a *The Economist*. É o que argumenta o historiador Jim Handy em

**RAFAEL GALVÃO
DE ALMEIDA**

Doutor em Economia pela UFMG.
Pós-doutorando na UFABC

Email: rga1605@gmail.com

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-3582-9906>

Apostles of Inequality: Rural Poverty, Political Economy, and The Economist, 1760–1860.

Handy é um historiador dos movimentos camponeses. Sua especialização é na história da Guatemala e seus movimentos camponeses, sendo autor de uma das mais importantes histórias desse país (Handy, 1984). Durante 40 anos, ele conviveu com guatemaltecos e pôde observar as técnicas milenares de cultivo, que buscavam aproveitar o solo da melhor forma possível, e notou uma preocupação com a sustentabilidade, ausente nos modelos de grandes plantações para exportação. Ele observou a atitude de vários atores, supostamente iluminados, de desprezo em relação aos camponeses e suas propriedades pequenas, em prol de uma administração supostamente racional dos recursos. Quem lida com ajuda internacional vê o *script* se repetindo: um estrangeiro (normalmente um economista) chega a um local tradicional e declara que o seu treinamento o faz mais inteligente do que toda a soma de conhecimentos adquiridos localmente e exige que suas técnicas melhores substituam todo o aparato tradicional criado para lidar com o assunto. O resultado comum é alienação dessas populações e poucas chances de melhoria real da sua situação. Quando confrontados com esses resultados, esses economistas culpam os locais por não seguirem suas recomendações ou forças além de seu controle, até atribuindo-os à vontade de Deus ou do Mercado.

O que era observado na Guatemala do século XX tem suas origens na Inglaterra do século XVIII. Durante esse período, a Inglaterra passava pela Revolução Industrial e é sabido que a mão de obra barata contratada nas fábricas inglesas veio de camponeses expulsos da terra. O que levou a essa expulsão? A história econômica entende que os cercamentos e fim das áreas de uso comum levaram a esse fenômeno, mas Handy procura demonstrar o papel do discurso. O camponês inglês costumava ser uma figura respeitada, o que mudou aos poucos, a ponto de, durante os primeiros estágios da Revolução Industrial, o camponês se tornar, para usar um anacronismo, um vagabundo. A solução era remover os camponeses para que pudessem

se desenvolver melhor e dar as terras a fazendeiros que as poderiam alugar a verdadeiros trabalhadores rurais, capazes de usar melhor ferramentas e técnicas – o capital – para as melhorar. Nesse mundo de contínua oportunidade de melhoria, os únicos culpados pela pobreza eram os pobres, que se recusavam a deixar a indolência.

Entre os apóstolos da desigualdade estavam Arthur Young (1741-1820), Thomas Robert Malthus (1766-1834), William Nassau Senior (1790-1864) e a *The Economist* (fundada em 1843). Handy demonstra que todos eles escreviam para uma elite agrária inglesa que via as suas propriedades como algo natural, legitimadas pela posse de uma ética trabalhista que faltava ao camponês, tornado tal elite agraciada pela Providência.

A única esperança dos mais pobres era trabalhar duramente para alcançar uma posição proprietária, inspirando-se nos seus patrícios mais bem-sucedidos. Isso não era tarefa fácil, pois os camponeses e pobres tinham uma predisposição natural à indolência. Por isso, o dever do governo não era fornecer ajuda, através das Leis dos Pobres, mas criar condições para o desenvolvimento deles. A revolução agrícola promovida pelos cercamentos, com o aumento da intensidade de capital nas fazendas e expansão do pagamento em dinheiro pelo trabalho campesino, teria o papel de “choque de produtividade” – junto com os incentivos de pobreza e miséria (“a fome vai amansar os trabalhadores mais duros”, nas palavras de Joseph Townsend), um novo homem britânico emergirá, mais forte, mais abençoado pela Providência e mais apto a administrar as riquezas que ele conquistou.

Nesse contexto, a *The Economist* emerge como meio de comunicação dessas ideias. Um de seus fundadores era Nassau Senior, mais parecido com um vilão de uma novela de Charles Dickens ou um herói de uma novela de Ayn Rand do que com um ser humano. Ele participou no comércio de escravizados e defendeu uma aristocracia iluminada pelas leis da Economia Política, baseada na busca pela riqueza. Durante as primeiras duas décadas, *The Economist* fez campanha assídua por mudanças nas Leis dos Pobres consoantes ao projeto de Nassau Senior para diminuição e até mesmo eliminação de

quaisquer auxílios ou benefícios para camponeses e trabalhadores urbanos. A fome na Irlanda e a colonização da Índia eram punições providenciais contra essas nações que não tinham a melhor ética trabalhista e deveriam se submeter às leis da Economia Política apregoadas por pessoas mais iluminadas, como os contribuintes da revista. Muitas vezes a revista comprometia seus ideais de liberdade em troca de melhores condições econômicas para a Inglaterra, como é demonstrado no apoio ambivalente da revista aos confederados na Guerra Civil Americana.

Através das mais eficazes conexões, uso de canais de divulgação de acessibilidade alta (a *The Economist* foi um sucesso já logo nos primeiros anos) entre os principais formuladores de política e de opinião e desprezo pelos seus críticos, os apóstolos da desigualdade promoveram o fundamento de bordões como “ninguém quer trabalhar” ou qualquer outra coisa envolvendo “vagabundos” – bordões que persistem até hoje, como podemos ver nas falas de Marco Feliciano.

Porém, um deles, Arthur Young, veio a se arrepender. A partir da década de 1790, ele passou a chamar cada vez mais a atenção para o fato de que o aumento da pobreza no campo não era causado por uma ética de trabalho ruim, mas pela falta de acesso dos camponeses à terra. Young percebeu que os únicos que se beneficiaram da revolução agrícola que ele tanto amava eram os grandes proprietários, que trabalhavam muito menos que os camponeses. Se os proprietários acumulavam terras e destruíam a cultura de *cottages*, essenciais aos camponeses para garantirem sustento, eles impediam os camponeses de se desenvolverem, independente da ética adotada por eles.

Handy menciona que Young veio a se arrepender após a morte de sua filha em 1797. Ele entrou em uma crise existencial profunda que o levou a se voltar à religião cristã. Handy analisa com ceticismo sua conversão, mas fica claro que Young não podia mais ver a Providência justificando tal sistema, por promover a desigualdade e o “direito” dos poderosos ao abuso. Pelo contrário, era um sistema gerido por pessoas ímpias, que se aproveitavam

do trabalho duro das classes mais baixas e ainda zombavam dele como insuficiente. Mais de dois séculos depois, pregadores ainda tentam propagar discursos semelhantes. Quem realmente está trabalhando até a exaustão? Quem ganha com isso? Qual é o interesse em dizer que quem depende de Bolsa Família é vagabundo? Se os trabalhadores não estão ganhando o que é proporcional a trabalhar até a exaustão, então por que eles deveriam se matar de trabalhar?

Personalidades como Marco Feliciano bem que poderiam fazer essas perguntas antes de defender trabalho até a exaustão. Handy demonstra como esse tipo de discurso destrói a família camponesa, obrigada a enviar diferentes membros para diferentes casas de trabalho. Os discursos de Feliciano são ouvidos por milhares de pessoas que acreditam que há uma conspiração mundial contra a família, mas são incapazes de perceber como o capitalismo destrói essa mesma família, pois a busca pelo sustento toma-lhes cada vez mais o tempo para se desenvolverem e apreciarem um ao outro. Não somente isso, famílias privilegiadas são incentivadas a desprezarem aquelas que não são, assim como os proprietários ingleses desprezavam os camponeses expulsos pelos cercamentos, e cobrando altas taxas de aluguéis. Por isso *Apostles of Inequality* é uma obra importante para os estudiosos da Economia Política e para compreender as origens de vários problemas no capitalismo moderno.

Referências

GIATTINO, C.; ORTIZ-OSPINA, E. Do workers in richer countries work longer hours? *OurWorldInData.org*. Disponível em: <https://ourworldindata.org/rich-poor-working-hours>. [Acesso em: 24/08/2024]

FELICIANO DEFENDE trabalho 'até a exaustão' em comissão da Câmara. *Terra*. 06/06/2024. Disponível em: <https://www.terra.com.br/noticias/educacao/carreira/videos/feliciano-defende-trabalho-ate-a-exaustao-em-comissao-da-camara,b1a6acfbcd908be6f0cf4613a0e03db081ewgbdz.html>. [Acesso em: 24/08/2024]

HANDY, J. *Gift of the devil: a history of Guatemala*. Boston: South End Press, 1984.

O CAPITALISMO NO BRASIL

PAULA, João Antonio de. Curitiba: Kottter Editorial, 2021, 296 p.

Recebido em 10/10/2024

Aprovado em 19/11/2024

DOI: 10.69585/2595-6892.2024.1199

Se queres ser universal, começa por pintar a tua aldeia

(Leon Tolstói)

MARIA MALTA

Professora do Instituto de Economia e da pós-graduação em História da Ciência, das Técnicas e Epistemologia (HCTE) da UFRJ. Coordenadora do Laboratório de Estudos Marxistas do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (Lema/IE – UFRJ).

Email: mariamalta@ie.ufrj.br

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-5538-940X>

MATHEUS MANHÃES

Mestrando do HCTE-UFRJ. Pesquisador do Lema/IE-UFRJ.

Email: matheusfmanhaes@gmail.com

Orcid: <https://orcid.org/0009-0003-8604-9330>

O capitalismo no Brasil é um livro especial. É capaz de ser um livro introdutório sendo rigoroso e profundo. Resultado de mais de trinta anos de trabalho ensinando história econômica e economia política, o livro tem um talento duplo. De um lado, é capaz de possuir uma embocadura teórica e estilística tão nítida e fluida que se torna uma referência obrigatória para qualquer pessoa que queira se aproximar pela primeira vez da história econômica do Brasil. Por outro lado, por seu compromisso histórico-político, sua profundidade e respeito no tratamento do objeto, é um livro que se revela, desde já, como uma interpretação do Brasil.

É surpreendente que até hoje, depois de tanto tempo de desenvolvimento da área de História Econômica do Brasil, ainda não tenhamos visto nenhum livro com o título *O capitalismo no Brasil*. Surpresa notada pelo próprio autor, tributário dos textos referenciais de Roberto Simonsen, Caio Prado Júnior e Celso Furtado. João Antonio de Paula nos desafia a pensar sobre isso desde sua introdução, quando encara a necessidade de discutir com aqueles intérpretes do Brasil que, ao longo de nossa história, buscaram as mais diversas referências capazes de estabelecer o ponto de partida ou a “data de nascimento” de uma “nação brasileira”. Ao mesmo tempo, o autor nos convida a pensar como a dimensão da luta de classes, animando o problema relativo à nação, se expressa em um país vitimado

pela colonização, pelo imperialismo e pelo neocolonialismo – especialmente do ponto de vista dos limites que isso traria para a possibilidade de uma vida democrática em nosso país.

A introdução já nos avisa que o autor não ficará restrito a contar uma história da economia brasileira. Contar a história do capitalismo no Brasil exigiu apresentar a totalidade pela qual se manifesta o seu objeto – totalidade econômica, política, cultural –, riqueza interdisciplinar que João Antonio assume com erudição sóbria. Revelando o seu compromisso de interpretar o Brasil, o autor dirige sua exposição às dores postas pela crise de nosso tempo, desafiadora para “os trabalhadores e os que se colocam do ponto de vista do socialismo como plena emancipação humana” (p. 31). Preocupam-no as repercussões sobre a classe operária e sobre os que vivem do trabalho da dominação da “globalização-globalitária” (referência a Milton Santos), quais sejam: as consequências sociais e políticas da continuidade do aumento das desigualdades de riqueza e de renda, a consolidação do desastre ambiental, a agudização da crise urbana, a exacerbação do neocolonialismo, a barbárie imperialista e a emergência de uma nova onda de ódio à democracia.

Após sermos despertados para o seu objetivo de fazer um mergulho na história para pensar o momento atual do Brasil, buscando pensar saídas para um futuro do país, João Antonio abre seu o primeiro capítulo não de qualquer lugar comum, mas desafiando-se a falar das raízes da economia brasileira na perspectiva das discussões sobre as referências de formação da nação brasileira. Ao fazer esse movimento, assenta sua pedra fundamental sobre uma controvérsia: lembra-nos que o Brasil pode ter mais ou menos que os 520 anos que lhe são atribuídos hoje.

Mais, por ser necessário “considerar e valorizar a presença de populações humanas anteriores à chegada de Cabral” (p. 47) por estes lados. Especialmente após os estudos arqueológicos mais recentes, que revelam, por exemplo, no caso da Amazônia, a presença de complexas estruturas urbanas, bem como sua capacidade de manejo agrícola e adaptação de certos tipos

de cultivos para o consumo humano, mantendo, para tanto, a floresta de pé e diversa.

Menos, porque levanta a hipótese de que o Brasil talvez deva ser considerado como “nação” em virtude da busca de sua autodeterminação, não apenas nas formações sociais pré-cabralinas, mas também em outros momentos importantes posteriores a Cabral. Por mais que em 1822 o país tenha formalmente dado início à constituição de seu Estado nacional, talvez sua efetiva nacionalização deva ser considerada apenas a partir da abdicação de Pedro I, em 1831. Há ainda momentos como a Guerra dos Mascates, em 1711, ou as Conjurações, do século XVIII, que trouxeram à tona um sentimento nativista, “pertencimento a uma realidade político-cultural não-portuguesa”. Além disso, o autor amplia a matriz étnico-cultural brasileira lembrando que além das “três matrizes básicas, a lusa, a africana e a autóctone, devem ser acrescentadas outras: europeias e asiáticas”, bem como “devendo ser destacado o fato de que mesmo entre as três matrizes básicas há diversidade, sendo equivocada a ideia de uma homogeneidade africana ou indígena” (p. 53).

Um outro importante atributo da obra é a sua disposição de enfrentar o debate sobre Estado, nação e democracia concebendo as características históricas *específicas* da formação econômico-social brasileira sem incorrer, para tanto, em excepcionalismos. O autor faz uma conexão precisa entre os movimentos da política e a delimitação de um Estado que passaria, por muito tempo, entre o aristocrático e o burguês até se definir pela última forma. Não tergiversa ao buscar o debate teórico sobre o Estado, as influências liberais, mas também as da ideologia do Antigo Regime, no Império brasileiro, cuja instabilidade dá origem à ideologia do horror à rebeldia, da condenação à revolução, da apologia da transação, mistificando a violenta história de dominação do Brasil. Talvez seja o único livro da área que se dedicou a pensar a questão da dominação concreta, tanto política como econômica, acompanhada por sua dimensão simbólica, sem render-se a tais mitologias.

O trabalho de sustentação da tese sobre a formação histórica do capitalismo no Brasil avança apontando para a questão fundamental da formação do mercado interno, referência central para sua discussão da dinâmica capitalista. Indica o quanto para chamar-se capitalista um país deve estabelecer sua estrutura de interesses internos e de produção material da vida de maneira própria. Isso, evidentemente, não significa necessariamente escapar da condição de dependência, tampouco aponta para um caminho de superação de heterogeneidade estrutural. Trata-se de avaliar as relações regionais, as formas de ocupação da terra, de contratação do trabalho (podendo este ser mantido escravizado, como o foi até 1888), a circulação do dinheiro e a disponibilidade de crédito. A absorção destes elementos pela lógica da mercadoria é fundamental para o estabelecimento dos elementos que, acrescidos ao direito à propriedade privada, dão o aspecto capitalista às relações sociais de produção e estabelecem as dinâmicas de avanço das forças produtivas. O autor oferece os dados históricos essenciais para apoiar ricamente a tese defendida, trazendo para o debate até mesmo a dimensão da ciência e da tecnologia.

Da consolidação do capitalismo brasileiro às suas manifestações mais contemporâneas, João Antonio acolhe em cada um dos momentos históricos centrais a explicação da economia, do Estado e das relações sociais no país, compondo em seu conjunto a análise de conjuntura não muito alvissareira sobre o nosso “hoje”. Para dar sentido a esta percepção das dificuldades que precisamos enfrentar no Brasil recente, Paula argumenta que, ao longo de sua história, o Brasil vem sendo marcado por diversas situações de dependência, que nada mais são que formas metamorfoseadas da condição colonial. No presente a expressão desta metamorfose seria o modo periférico e dependente como se configura o capitalismo no Brasil.

O capitalismo no Brasil é marcado por uma interação entre história concreta e história do pensamento que se revela na formação econômico-social brasileira, ganhando suas expressões superestruturais que representam a versão dos dominantes do desejo de futuro para o país:

uma mesma unidade de tempo [...] seria, para diversas sociedades coexistentes, como um recipiente vazio, passível de ser preenchido com as realidades, os conteúdos, que cada sociedade seja capaz de criar, desde que autonomamente potentes. Tal expressão, autonomamente potente, corre o risco de se tornar abstração enganosa, se se limitar aos aspectos jurídico-formais. Com efeito, os aspectos jurídico-formais fazem parte, no conjunto da estrutura social, da instância responsável pela legitimação da dominação mediante hegemonia política e cultural, sob a forma de símbolos, valores, narrativas, que, atendendo a interesses particularistas, de classe, apresentam-se, e se legitimam, como se universais fossem (p. 233).

Ver o Brasil sob esta forma articulada da relação entre base e superestrutura, na qual as relações de dependência despontam como parte de interesses do capitalismo mundial, também define que é elemento essencial para sua compreensão a observação da dinâmica interna/externa da formação socioeconômica constituída aqui. Afirma que é necessário que o capitalismo dependente e periférico nestas paragens, expressão dos interesses do grande capital mundial, vai precisar impor condições de superexploração do trabalho e da natureza e por isso vai demandar instrumentos políticos de exceção que colocarão em xeque nossa democracia possível.

Como em todo seu livro, o autor não apenas formula esta visão com base nos autores que o antecederam, mas também apresenta vários dados históricos comprovativos, como acordos e tratados de comércio, leis e políticas financeiras e de investimento, e isto em uma série de momentos históricos definidores da formação do Brasil. Em virtude de seu pessimismo da razão, Paula não termina o texto com uma percepção de que, a despeito das bravas lutas dos trabalhadores no Brasil ao longo da sua história, esta necessária superação da dependência esteja em movimento. Há uma conexão inextricável entre o capital interno e o grande capital mundial que o subordina, com a qual os donos do capital das nações dominantes e dos países dominados ganham. Ainda assim o otimismo da vontade dá espaço para outra reflexão, em um sentido em

que nossa aldeia é universal. A partir das palavras do autor, tomando inspiração em Florestan Fernandes:

a superação do capitalismo dependente no Brasil só será possível com a superação do capitalismo, isto é, a dependência que marca o capitalismo brasileiro é parte do mecanismo de acumulação de capital em escala global e sua desapareição não está disponível para a sociedade brasileira senão mediante a revolução (p. 237).

Após a leitura do livro vemos que pode não ser para já, mas fica evidente a necessidade de superar o capitalismo no Brasil.

O BRASIL EM CONSTRUÇÃO: TEORIA, HISTÓRIA E ECONOMIA NA OBRA DE PEDRO CEZAR DUTRA FONSECA.

SALOMÃO, Ivan Colangelo (org.). Porto Alegre, Editora da UFRGS, 2017, 312 p.

Recebido em 7/10/2024

Aprovado em 21/11/2024

DOI: 10.69585/2595-6892.2024.1201

O impacto de Pedro Cezar Dutra Fonseca na formação de economistas no Brasil

É impossível abordar com profundidade e qualidade os debates sobre desenvolvimento e desenvolvimentismo no Brasil sem citar as obras de Pedro Cezar Dutra Fonseca. Pode-se dizer o mesmo sobre os debates sobre história econômica brasileira, em especial sobre a Era Vargas. Pedro Cezar Dutra Fonseca tem sido nas últimas décadas um dos principais decanos dos debates sobre desenvolvimento, desenvolvimentismo, economia brasileira e economia política no Brasil. Suas obras e seu conhecimento abarcam uma amplitude de temas em várias áreas da economia como metodologia, economia política, macroeconomia, desenvolvimento, economia brasileira e história econômica.

Sua marca na história do pensamento econômico brasileiro (HPEB) não está só em suas obras escritas, mas também em formar gerações e mais gerações de economistas e acadêmicos e acadêmicas e em fomentar os debates críticos sobre economia no país. Tarefa que realizou não só nos corredores e salas de aula da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), instituição na qual é professor titular, onde construiu boa parte de sua carreira, e na qual foi estudante de graduação e de mestrado, mas também em entidades como a Sociedade Brasileira de Economia Política (SEP), instituição que em suas quase três décadas contou com ampla colaboração e atuante participação de Pedro Cezar Dutra Fonseca,

CARLA CURTY

Professora Adjunta do Instituto de Economia (IE) da UFRJ.

Email: carla.curty@ie.ufrj.br

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-3052-9779>

inclusive, compondo a sua diretoria no período 1998-2000 e sendo seu presidente no período 2002-2004.

Assim, considera-se oportuna a apresentação na nesta Revista da SEP, de uma resenha do livro em sua homenagem organizado por Ivan Colangelo Salomão, publicado em 2017 pela editora da UFRGS e pelo Cegov – Centro de Estudos Internacionais sobre Governo – na ocasião da aposentadoria da UFRGS do professor Pedro Cezar Dutra Fonseca, intitulado *O Brasil em construção: teoria, história e economia na obra de Pedro Cezar Dutra Fonseca*.

Do ponto de vista de sua estrutura, além do prefácio escrito pelo professor Luiz Carlos Bresser-Pereira, “Um intelectual completo”, e da apresentação do professor e organizador Ivan Colangelo Salomão, parceiro de longa data do homenageado e também um de seus “discípulos”, como o próprio professor Ivan se intitula, tendo sido orientando do professor Pedro Cezar, o livro é composto por três partes: a parte I, “Os pares”, com capítulos escritos por colegas do homenageado, nominalmente, as professoras e pesquisadoras Leda Maria Paulani, Andrea Felipe Cabello e Maria de Lourdes Rollemberg Mollo e os professores e pesquisadores Iraci del Nero da Costa, Luiz Roberto Pecoits Targa, Pedro Paulo Zahluth Bastos e Fernando Ferrari Filho; a parte II, “Os discípulos”, com capítulos escritos por ex-orientandos de pós-graduação do professor Pedro Cezar, professores e pesquisadores Gentil Corazza, Hélio Afonso de Aguiar Filho, Hermógenes Saviani Filho, Jorge Armindo Aguiar Varaschin, Vladimir Lautert, Leonardo Segura Moraes, Rafael Moraes, Marcelo Arend, Ivan Colangelo Salomão, Sérgio Marley Modesto Monteiro, Ricardo Dathein, Hermano Caixeta Ibrahim, Luiz Augusto Estrella Faria, Hernán Ramiro Ramírez e Christian Velloso Kuhn; e a parte III, “Resenhas”, na qual são reproduzidas resenhas de duas de suas principais obras, *Vargas: o capitalismo em construção* e *A Era Vargas: desenvolvimento, economia e sociedade*, com resenhas escritas pelas professoras Maria Angélica Borges e Eliete de Queiroz Gurjão Silva, pelos professores Gentil Corazza, José Flávio Motta, João Rogério Sansón e Hermógenes Saviani Filho e pela jornalista Eleonora de Lucena e pelo jornalista Carlos

Alberto Sardemberg. Ao fim do livro há um anexo com uma imagem com anotações feitas por Roberto de Oliveira Campos em seu exemplar do livro *Vargas: o capitalismo em construção*, material encontrado no acervo pessoal de Roberto Campos.

Dada a amplitude de autores e autoras, temáticas e variedade de estilos entre os diferentes capítulos da coletânea em homenagem ao professor Pedro Cezar Dutra Fonseca, esta resenha terá um caráter mais panorâmico da obra.

A parte I se inicia com um capítulo de autoria do professor Iraci del Nero da Costa, que foi o orientador de doutorado do professor Pedro Fonseca – a tese de doutoramento que defendeu em 1987 deu origem ao livro *Vargas: o capitalismo em construção* publicado em 1989, uma das obras mais importantes e conhecidas do homenageado. Após este capítulo, temos outros cinco capítulos escritos por colegas, professores e pesquisadores, professoras e pesquisadoras, amigas e amigos e parceiros e parceiras de trabalho do professor Fonseca. Nestes seis primorosos capítulos é possível compreender melhor a economia brasileira no século XX e início do século XXI, pano de fundo das análises e inquietações do homenageado, compreender suas principais análises sobre o Brasil, o desenvolvimentismo e a teoria econômica. Mas, acima de tudo, estes capítulos nos ajudam a entender Pedro Fonseca como um grande intelectual orgânico brasileiro das questões desenvolvimentistas, preocupado não só com estas questões do ponto de vista acadêmico – o que faz com maestria, tomando como referência a economia política fundamentalmente – mas também como cidadão preocupado e engajado com as questões que configuram o Brasil e que tornam historicamente o desenvolvimento uma questão não resolvida e pulsante. Nestes capítulos também podemos ter melhor dimensão da importância do homenageado para a configuração do campo crítico em economia e, mais especificamente, em economia política no Brasil, seja em seus inúmeros prêmios e láureas, seja pela sua importância crucial para a formação de gerações e

mais gerações de economistas, seja pela sua influência nos debates econômicos e acadêmicos no Brasil.

Na parte II, “Os discípulos”, há a expressão material do que as professoras Maria Lourdes Rollemberg Mollo e Andrea Felipe Cabello expuseram em seu capítulo na parte I: sobre como o professor Pedro Fonseca é fundamental, há algumas décadas, na formação de economistas e acadêmicos e acadêmicas no Brasil. As autoras revelam, a partir de um levantamento que fizeram entre os programas de pós-graduação em economia no país, que o professor Fonseca se situa entre os três principais orientadores na área de economia no Brasil. Seus ex-orientandos e suas ex-orientadas compõem o quadro de docentes das universidades do Brasil de norte ao sul, ocupam cargos de prestígio na iniciativa pública, na iniciativa privada e em atividades do terceiro setor. Nos 19 capítulos dessa parte, podemos notar a qualidade dos trabalhos de quinze desses ex-orientandos de pós-graduação.

Esta parte do livro não só permite compreender com mais profundidade e sistematização a obra de Pedro Fonseca em suas principais temáticas, dando luz inclusive a sua proficiência em diversas subáreas da economia, como economia política, metodologia, macroeconomia, história do pensamento econômico, história econômica e economia brasileira e do Rio Grande do Sul, como também explicita a qualidade de seu trabalho de ensino e formação, na qualidade do trabalho de seus ex-orientandos.

Na parte III, como já afirmado anteriormente, são reproduzidas resenhas das suas principais obras, *Vargas: o capitalismo em construção* e *A Era Vargas: desenvolvimentismo, economia e sociedade*, publicadas tanto em veículos da imprensa como em publicações acadêmicas, revelando a importância destas obras para os debates públicos e acadêmicos. A leitura das resenhas ajuda a compor o panorama analítico da riqueza da obra do professor Fonseca. E para quem ainda não teve a oportunidade de ler os seus livros, podem servir elas de incentivo à leitura, junto com as análises mais aprofundadas deles em capítulos anteriores.

Por fim, considera-se necessário remarcar a importância deste livro, bem como a importância do homenageado, para a história do pensamento econômico brasileiro (HPEB). Um livro que reúne homenagens de colegas e discípulos, resenhas e capítulos sobre a ampla e robusta obra do homenageado é um tipo de obra relevante do ponto de vista da história do pensamento. A sistematização e a análise aprofundada dos temas que mobiliza um autor homenageado trazem contribuições significativas para compreendermos sua obra e, no caso deste livro em especial, podemos destacar as questões do desenvolvimentismo, da economia política e dos processos históricos de desenvolvimento no Brasil. Uma homenagem apresentada ainda em vida, como é o caso deste livro, revela não só a atualidade do corpo da obra do autor – construída ao longo de décadas – mas também novas dimensões com os atuais questionamentos, análises e perspectivas acerca do homenageado.

No caso do professor Pedro Cezar Dutra Fonseca, sua marca na história do pensamento econômico brasileiro (HPEB) está consolidada ao lado dos nossos grandes nomes, seja em suas contribuições para compreendermos as complexas questões do desenvolvimentismo, dos processos históricos e contraditórios do desenvolvimento no Brasil e seus desafios, como também em fomentar o debate crítico, rigoroso e necessário. E este livro organizado por Ivan Salomão nos ajuda a compreender esta importância. Leitura necessária para quem quer conhecer mais sobre os caminhos e descaminhos do desenvolvimento no Brasil e sobre o pensamento econômico e social brasileiro em sua mais alta qualidade.

MARXISMO NEGRO: PENSAMENTO DESCOLONIZADOR DO CARIBE ANGLÓFONO

PICO, Daniel Montañez. Tradução de Eveline da Silva. 1.ª ed. São Paulo, Dandara Editora e Fundação Lauro Campos e Marielle Franco, 2024, 390 p.

Recebido em 21/10/2024

Aprovado em 22/11/2024

DOI: 10.69585/2595-6892.2024.1206

Marxismos negros: a contribuição do Caribe para o marxismo e para a história do pensamento econômico

Contemporaneamente, o racismo tem sido tratado no debate público, em geral, e no debate acadêmico, em particular, cada vez mais como um elemento estrutural do modo de produção capitalista. Desde o século XIX, se acham elementos na obra marxiana para uma crítica do racismo na sociedade moderna e sua conexão com a geração de mais-valor e suas funcionalidades para o modo de produção capitalista. Os marxistas, a partir do século XIX, têm atualizado esta discussão, aberta com os escritos de Marx sobre o processo histórico de colonização e escravidão negra e indígena (uma das bases angulares da acumulação “permanente” de capital); sobre a guerra civil estadunidense; sobre o racismo inglês diante de trabalhadores irlandeses; sobre o racismo britânico contra indianos e chineses etc. Atualmente, aos marxistas têm recaído, por exemplo, a interpretação crítica do racismo a partir dos movimentos migratórios do Sul Global para os países do Norte Global, motivado por xenofobia.

O racismo tem deixado de ser explicado apenas como uma manifestação superestrutural da segregação de certos grupos humanos por fatores culturais, religiosos, linguísticos e geográficos para ser lido enquanto um instrumento necessário e organizador do capitalismo moderno, pois define I) posições específicas dos trabalhadores na divisão internacional do

JAIME LEÓN

Professor do Instituto de Economia da UFRJ. Coordenador do Grupo de Trabalho Economia Política das Relações Raciais da SEP. Membro do Grupo de Trabalho de História do Pensamento Econômico da SEP.

Email: jaimel Leon@ie.ufrj.br

Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-8400-2801>

trabalho através da classificação por raça, gênero e classe; II) a exploração da força de trabalho destes grupos oprimidos de forma intensificada e III) a cristalização, dentro da classe trabalhadora, da competição por postos de trabalho diferenciados.

Como exemplos deste debate, cito toda discussão sobre racismo e sobre a necessidade de descolonização que tem sido feita, por exemplo, pelo movimento *Black lives matter* nos EUA (especialmente após o assassinato, pela polícia, de George Floyd) e no Brasil pela Coalização Negra por Direitos e pelo Movimento Negro Unificado contra o genocídio do povo negro brasileiro. Já no âmbito acadêmico, pode-se citar as contribuições da teoria decolonial, do “colonialismo interno” e do feminismo negro. É de destacar o fato de que, muitas vezes, nestes debates, o político e o acadêmico andam de mãos dadas.

Todavia, o que um autor espanhol e de “pele clara” (como o próprio se define) poderia aportar ao debate sobre racismo e a leitura crítica que o marxismo caribenho faz dele? Sanar esta indagação e deixar um convite de leitura é a tarefa que me propus ao resenhar o livro do antropólogo madrileno.

O autor nos brinda com uma profunda crítica do marxismo a partir das contribuições de alguns autores e autoras marxistas negros de diversas áreas do conhecimento do século XX originários de países do Caribe que passaram, e passam, pela colonização britânica. Todos autores selecionados por Pico leram o capitalismo a partir da unidade indissociável entre raça e classe e, em alguns casos, fizeram uma leitura de como o capitalismo moderno é patriarcal.

É de se pensar no âmbito da *Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política* o quanto nós, economistas e simpatizantes que nos rotulamos progressistas, sabemos e discutimos sobre autores como Oliver Cox, George Padmore, C. L. R. James, Eric Williams, Lloyd Best, Walter Rodney, Stuart Hall, Rhoda Reddock, todos trabalhados no livro em análise. Me arrisco a responder pela categoria de forma generalizante: muito pouco ou quase nada! E qual a razão deste desconhecimento? Pico nos provoca e convida

a refletir ao afirmar que é por conta da colonialidade do poder e do saber. Para ele, sabemos pouco sobre tais autores porque existe uma ideologia que nos obstaculiza a fazer qualquer análise da questão racial; porque há a tendência à subsunção da temática racial na temática étnica e/ou nacional que nos impede de interpretar as experiências do Sul Global e porque há a negação da universalidade de experiências particulares de seus habitantes na forma de teorias próprias, as quais acabam rotuladas como “exóticas” e “excepcionais” e, ao se identificar qualquer fragilidade nestas teorias, são rejeitadas em sua totalidade.

Ora, o que o autor está a nos dizer é que o racismo, além de estrutural, é epistêmico. Para o autor, os negros, quando estudados, o são enquanto objeto de análise e não enquanto sujeitos históricos. Posso ampliar a provocação e indagar: nas ciências econômicas, quantos autores negros e, mais especificamente, quantos autores que pensam a questão racial usamos para pensar nossas disciplinas que versam sobre a dinâmica capitalista? Se o racismo é estrutural e funcional à dinâmica capitalista, por que nossos cursos não são atravessados pela preocupação de debater o tema? Por que estas discussões, quando são feitas, são enclausuradas em cursos eletivos de um ou outro professor somente?

Pico elucida sua provocação ao expor que as contribuições dos marxismos negros foram muitas vezes antecessoras de correntes teóricas que estão hoje em voga na academia, como a do sistema-mundo (influenciada por Wallerstein) e a teoria decolonial (influenciada por Quijando, Mignolo e Grosfoguel), e conversam e complementam outras correntes como as teses dependentistas (sabemos como Celso Furtado e Fernando Novais citam Eric Williams, por exemplo, para pensar a concorrência holandesa nas Antilhas no século XVII com a produção de açúcar) e feministas (as teses da sociedade patriarcal atravessada por opressão de raça e classe de Rhoda Reddock são complementares, por exemplo, às de autoras que são referências do feminismo marxista negro, tais como Lélia González e Angela Davis).

Elencar a contribuição destes autores não eximiu o autor de apresentar críticas às obras e às opções políticas deles ao longo da vida. Porém, segundo o autor, muito embora alguns destes autores optaram por se afastar da alcunha de marxistas, foram enquadrados no livro enquanto autores dos “marxismos negros” por sua crítica e leitura radical ao modo de produção capitalista e por conta do método de análise.

Pretendo anunciar as discussões presentes no livro. Após a introdução, o livro começa, no capítulo um, com o ponto de partida dos marxismos negros: a ideia de que o modo de produção capitalista é um sistema global. A análise de Oliver Cox, autor trinitino, é fundamental, pois dá centralidade à análise do comércio exterior enquanto pedra angular do controle da riqueza das nações. Para Cox o capitalismo é um sistema mundial, histórico e racista. Como mostra Pico, Oliver Cox é o “pai fundador” da teoria do sistema-mundo, tendo sido assim reverenciado por ninguém menos do que Immanuel Wallerstein. Em seguida, no capítulo dois, o autor aporta as contribuições de outros dois autores trinitinos, George Padmore e C.L.R. James, sobre o imperialismo, o potencial do internacionalismo operário negro, a conexão entre imperialismo e fascismo, o pan-africanismo socialista, a apresentação de autores anti-imperialistas, a importância de um marxismo independente e da cultura popular.

No capítulo três, é trabalhada a noção de escravidão a partir da obra de Eric Williams, outro autor trinitino, que debateu as teses oficiais da historiografia oficial britânica sobre o fim da escravidão por conta de uma suposta tarefa civilizatória e moral dos ingleses e a importância da escravidão para a revolução industrial inglesa de dentro da Inglaterra. Nesta parte, Pico mostra os estudos para conhecer e transformar o Caribe empreendidos pelo autor e político trinitino. Já no capítulo quatro, o livro arrola as ponderações de Lloyd Best, autor trinitino, e George Beckford, autor jamaicano, sobre a categoria *plantation* e a importância e especificidade desta categoria no contexto do Caribe anglófono para o desenvolvimento do capitalismo contemporâneo.

No capítulo cinco o livro examina as interpretações da noção de raça presentes no autor guianense Walter Rodney e no autor jamaicano Stuart Hall, no âmbito do debate que realizam sob a influência dos movimentos rastafári, Black Power e dos marxismos do Sul Global sobre racismo e o poder negro e racismo e estudos culturais. No capítulo seis, destaca o autor a contribuição do feminismo marxista negro caribenho por parte de Rhoda Reddock, autora de São Vicente e Granadinas, que pensa a conexão entre mulher, raça e classe no Caribe.

O livro termina com as teses conclusivas divididas em quatro categorias: teses teóricas, teses históricas, teses políticas e tese propositiva. Entre as teses teóricas: I) o capitalismo é um sistema que articula raça e classe; II) o capitalismo merece uma visão global, pois é articulado em torno do mercado mundial racializado; assim, a origem desta denúncia importa (sendo relevante que a crítica venha do Sul Global); III) o capitalismo é um sistema recortado pela intersecção entre raça, gênero e classe.

Entre as teses históricas: IV) a experiência militante articulada com atuação acadêmica de cada um dos autores selecionados conta, mesmo que cada qual tenha tais experiências desenvolvidas em graus diferentes; V) o debate sobre descolonização esteve presente em todos os autores selecionados, fosse descolonização política formal, fosse descolonização epistemológica; VI) os marxismos negros constituíram uma rede intelectual importante que agitou e fomentou a atuação política negra ao longo do século XX, muito embora o movimento tenha esfriado com a chegada do neoliberalismo.

Entre as teses políticas se destacam: VII) os marxismos negros se articularam, na primeira metade do século passado, principalmente em torno do pan-africanismo, desenvolvido por marxistas negros caribenhos e africanos na década de 1930 na Inglaterra para pensar a independência da África e do Caribe; VIII) na segunda metade do século passado se articularam em torno do *Black Power*; IX) o feminismo foi importante em todas as fases dos marxismos negros do Caribe. Por fim, como tese propositiva, Pico declara

que X) os marxismos negros devem ser mais profundamente estudados e ensinados nas universidades através do que chama de transversalização do conhecimento. Os marxismos negros devem ser pesquisados em todas as áreas do saber.

Como uma crítica cabível ao livro, aponto um escopo limitado desta tese propositiva, que penso estar atrelada ao próprio escopo limitado da análise dos marxismos negros, reduzido ao Caribe anglófono. E a realizo com argumentos do próprio autor. Este aponta como o conjunto de autores por ele selecionados teve atuação e circulação tanto política como acadêmica. É verdade que os marxismos negros devem ser pesquisados de forma transversal nas universidades, mas é importante que os marxismos negros sejam lidos e difundidos dentro dos próprios movimentos sociais contemporâneos, os quais nunca abandonaram seus teóricos fundadores e ganhariam muito com uma leitura sistemática de experiências que ultrapassam o Caribe anglófono para encorpar suas lutas políticas.

Fundamento a crítica citando dois expoentes do pensamento socioeconômico brasileiro que poderiam muito bem ser incluídos como propositores dos marxismos negros (mesmo que não anglófonos): Lélia González e Clóvis Moura. Ambos têm sido revisitados pela academia recentemente, apesar de nunca terem sido esquecidos pelo movimento negro organizado brasileiro, o qual ajudaram a formar. Em primeiro lugar é importante destacar que ambos foram marxistas, pelo método de análise teórica e pela intervenção política, mobilizando uma crítica radical à dinâmica da vida socioeconômica no Brasil. E marxistas negros, em segundo lugar, com contribuições originais para pensar a sociedade classista, racista e patriarcal brasileira, construindo categorias e um arcabouço teórico próprios, tais como “quilombagem”, “neurose cultural brasileira”, “racismo de denegação”, “pretuguês” etc. Se é verdade que têm sido revisitados na academia, sem ter sido esquecidos nos movimentos sociais negros, ainda é parco o debate político e acadêmico que consiga articular suas contribuições com as do Caribe

anglófono. Mas esta crítica, na verdade, é um pedido para os pesquisadores da área prosseguirem o esforço gigantesco feito por Daniel Montañez Pico.

Por último, destaco a relevância do trabalho da Dandara Editora, a qual traduziu o livro, sob coordenação do professor Fábio Nogueira, e vem se esforçando em publicizar obras que discutem radicalmente a questão das relações raciais e do racismo no Brasil.

NORMAS PARA PUBLICAÇÃO

CONDIÇÕES DE SUBMISSÃO

Os(As) autores(as) se obrigam a verificar a conformidade da submissão a todos os itens listados a seguir. As submissões que não estiverem de acordo com as normas serão devolvidas.

1. A contribuição é original e inédita, o que significa que o manuscrito submetido não foi publicado anteriormente e não está sendo avaliado para publicação em outra revista.
2. O arquivo da submissão está em formato Microsoft Word, OpenOffice ou RTF.
3. URLs para as referências foram informadas quando possível.
4. O texto está em espaço 1,5; usa uma fonte de 12-pontos; emprega itálico em vez de sublinhado (exceto em endereços URL); as figuras e tabelas estão inseridas no texto, não no final do documento na forma de anexos.
5. O trabalho respeita os limites de páginas estabelecidos pela Revista, ou seja, o máximo de 25 laudas em formato A4, para artigos; 4 laudas para resenhas. Em ambos os casos, o limite estabelecido inclui as notas, referências bibliográficas, gráficos e ilustrações. Fica a cargo do comitê editorial a decisão acerca de eventuais exceções a estas regras.
6. O texto segue os padrões de estilo e requisitos bibliográficos descritos em [Diretrizes para Autores\(as\)](#).
7. Em caso de submissão a uma seção com avaliação pelos pares (ex.: artigos), assegurar que a avaliação seja às cegas [verificar item 6 das [Diretrizes para Autores\(as\)](#)].

DIRETRIZES PARA AUTORES(AS)

1. A *Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política (RSEP)* publica artigos inéditos e originais, em português ou espanhol. Em casos específicos, a serem definidos pelo Comitê Editorial, será aceita a publicação simultânea em revistas estrangeiras (inserir essa informação no ato da submissão em “Comentários ao Editor”). Além disso, são aceitas submissões de traduções de textos inéditos em português ([leia o tutorial específico para esta modalidade](#)) que tragam contribuições relevantes para os debates compreendidos no foco e no escopo da revista.
2. Todos os manuscritos submetidos à revista devem estar dentro da **orientação editorial** (ver [Sobre a Revista](#)), e os textos passarão por uma avaliação preliminar do Comitê Editorial, que verificará se o manuscrito segue as diretrizes da revista e se se enquadra em seu foco e escopo. Na fase de avaliação inicial, os editores também checarão se os autores seguiram as normas de ética e de boa conduta, de modo a evitar plágio ou autoplágio. Em seguida, os manuscritos serão submetidos à apreciação de, pelo menos, dois pareceristas do Conselho Editorial ou de especialistas escolhidos *ad-hoc*. Os textos podem ser aprovados ou rejeitados e, no caso de divergência, serão enviados para um terceiro parecerista.
3. Os trabalhos submetidos à revista **não** devem estar identificados, para garantir a avaliação às cegas. Isso significa, basicamente: (1) não conter o nome dos(as) autores(as); (2) não conter qualquer referência textual que identifique a autoria dos trabalhos (exemplo: “como disse em outro trabalho”). Para mais informações, verificar item 6. Também é necessário transferir, como documento suplementar, uma versão do texto identificada com o nome do(s, a, as) autor(es, as) e a identificação institucional, da forma como se deseja que apareçam na revista, incluindo-se o email e o número Orcid dos(as) autores(as) [e tradutores(as), quando couber]. Esta versão não será acessada pelos(as) avaliadores(as).
4. A remessa de originais à revista implica autorização de publicação. Não serão pagos direitos autorais.

5. Para a submissão, é necessário se cadastrar no sistema da Revista da SEP. Para tanto, acesse a página de cadastro. Se já está cadastrado, faça login como **Autor**. No lado direito da tela, sob o menu **Autor**, encontra-se o *link* “Nova submissão”. Clique e siga os passos para submeter o trabalho.

6. Assegurando a avaliação cega por pares: Para garantir a integridade da avaliação cega pelos pares, todo esforço deve ser feito a fim de evitar que a identidade de autores(as) e revisores(as) seja conhecida. Autores(as), editores(as) e revisores(as) (que carregam documentos como parte de sua revisão) devem verificar se as seguintes medidas foram tomadas em relação ao texto e às propriedades do arquivo:

- Os(as) autores(as) do documento devem excluir seus nomes do texto, das referências e das notas de rodapé, utilizando em seu lugar “Autor” e “Ano”, em vez do nome, título do artigo etc.
- Em documentos do Microsoft Office , a identificação do autor deve igualmente ser removida das propriedades do arquivo (no menu do Word: Arquivo, Informações, Verificando Problemas, Inspeccionar Documento, Inspeccionar, Remover Tudo).
- Com PDFs, os nomes dos(as) autores(as) também devem ser removidos das Propriedades do Documento, encontradas na opção Arquivo no menu principal do Adobe Acrobat.

Para submeter os manuscritos, é necessária a utilização da seguinte formatação:

- margens: 3 cm para as margens direita e esquerda e 2,5 cm para as margens superior e inferior;
- fonte: Times New Roman, tamanho 12 e entrelinhas com 1,5 de espaçamento;
- para artigos e traduções (tutorial específico para traduções), o tamanho máximo é de 25 laudas em formato A4; para resenhas, o limite é de 4 laudas, sendo publicadas resenhas de livros que tenham sido lançados no Brasil ou no exterior nos três últimos anos. Fica a cargo do comitê editorial a decisão

acerca de eventuais exceções a estas regras;

– numerar as tabelas, os gráficos e as figuras; e, se estiverem em arquivo separado, colocar a indicação precisa de sua posição no texto.

Normas para citação no interior do artigo

1) Utilizar sempre a notação americana, ou seja, logo após observação acerca do(a) autor(a) ou a citação direta ou indireta de uma de suas obras, colocar entre parênteses sobrenome do(a) autor(a), ano de publicação da obra e página onde se encontra a citação. A depender da redação, o nome do(a) autor(a) pode ficar fora dos parênteses. Em caso de autor(a) estrangeiro(a) e tradução própria, escrever “tradução nossa” fechando o parêntese.

Exemplos

a) Ideias mobilizadoras, capazes de conciliar esse conflito, poderiam desempenhar a função ideológica. (Lukács, 2013, p. 474-479)

b) Segundo Ceceña (2009, p. 43), com *Dialética da Dependência*, Marini dá um salto epistemológico.

c) Como disse o mesmo autor anos depois, “diante do capital, todos os seres humanos são iguais: uma modista e um ferreiro”. (Marx, 2013, p. 327)

2) Não utilizar notas de pé de página para informações relacionadas a referências bibliográficas, salvo se tratar de sugestões de leitura e/ou de autores/obras não citados no corpo principal do texto, como nos exemplos abaixo:

Exemplos de notas de pé de página com referências:

Sobre o tema ver também Wallerstein (2003) e Chesnais (2003).

Em outras obras, o autor também trata do tema. Conferir Furtado (1961 e 1967).

Normas para referências ao final dos artigos

Norma geral: nos destaques de livros, revistas etc., utilizar sempre itálico, nunca negrito. Nunca usar ponto final.

Livros

Autor. Título em itálico. Edição. Cidade da editora: nome da editora, ano de publicação

Exemplo:

ARANTES, Paulo. *O novo tempo do mundo*. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2014

Livros com subtítulo

Autor. Título em itálico e subtítulo sem itálico precedido de dois pontos. Edição. Cidade da editora: nome da editora, ano de publicação

Exemplo:

BIELSCHOWSKY, Ricardo. *Pensamento econômico brasileiro 1930-1964: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo*. 5. ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2004

Livros traduzidos (com nome do(a) tradutor(a), inclusive quando se trata de tradução para outra língua, como do alemão para inglês, francês, espanhol etc.)

Autor. Título em itálico. Tradutor. Edição. Cidade da editora: nome da editora, ano de publicação

Exemplo:

MBEMBE, Achille. *Crítica da razão negra*. 1. ed. Tradução de Sebastião Nascimento. São Paulo: n-1 edições, 2018

Capítulo de livro

Autor do capítulo. Título do capítulo. In: organizador do livro. Título do livro, em itálico. Tradutor (quando for o caso). Edição. Cidade da editora: nome da editora, ano de publicação

Exemplo:

PLIHON, D. As grandes empresas fragilizadas pela finança. In: CHESNAIS, François (org). *A finança mundializada*. Tradução de Rosa Marques e Paulo Nakatani. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2005

Artigo em periódico

Autor do artigo. Título do artigo. Nome do periódico (em itálico), volume (quando houver), número, páginas do artigo, mês e ano de publicação

Exemplo:

CARCANHOLO, Marcelo. Dialética do desenvolvimento periférico: dependência, superexploração da força de trabalho e política econômica. *Revista de Economia Contemporânea*, v. 12, n. 1, p. 247-272, maio/ago 2008

Artigos em anais

Autor do artigo. Título do artigo. In: Nome do evento que gerou os anais. Cidade onde ocorreu o evento. Editora (se houver), páginas do artigo, ano de publicação

Exemplo:

DUFOURT, D. Transformations de l'économie mondiale et crises de la régulation éstatique. In: Colloque État et Régulations, Lyon, 1980. Anais do Colloque État et Régulations. Lyon: PUF, p. 49-72, 1980

Teses, dissertações e monografias

Autor. Título em itálico. Tipo de trabalho (tese, dissertação ou monografia e área de conhecimento). Instituição onde foi defendida, cidade, ano.

Exemplo:

TEIXEIRA, Rodrigo A. *Dependência, desenvolvimento e dominância financeira: a economia brasileira e o capitalismo mundial*. Tese de doutorado em economia. IPE-USP, São Paulo, 2007

Outros documentos

Instituição ou órgão veiculador. Título em itálico. Cidade da publicação: instituição ou órgão veiculador, ano.

Exemplo:

IBGE. *Anuário Estatístico do Brasil - 1995*. Rio de Janeiro: IBGE, 1995

Materiais de blogs ou sites

1) Com autoria:

Autor. Título (em itálico). Ano. Site/blog (entre os sinais < >, precedido dos termos *Disponível em:*). Data de acesso entre colchetes.

Exemplo:

PRADO, Eleutério. *Crise e corrupção na economia vulgar*. 2023. Disponível em: <<https://eleuterioprado.blog/>>. [Acesso em: 25/11/2023]

2) Com entidade:

Instituição ou órgão veiculador. Ano. Site/blog (entre os sinais < >, precedido dos termos *Disponível em:*). Data de acesso entre colchetes.

Exemplo:

IPHAN. *Cais do Valongo (RJ)*. 2022. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/818/>>. [Acesso em: 25/10/2022]

3) Com dados:

Instituição responsável. Caminho de Acesso. Ano. Site/blog (entre os sinais < >, precedido dos termos *Disponível em:*). Data de acesso entre colchetes.

Exemplo:

BACEN. Tabelas especiais>Setor externo>Balanço de Pagamentos>Séries históricas BPM6. 2019. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/content/estatisticas/Documents/Tabelas_especiais/BalPagAbpm6.xls>. [Acesso em: 21/09/2020]

Referências sobre mesmo autor

Repetir o nome do autor em todas as referências.

Exemplo:

POSTONE, Moishe. Labour and the Logic of Abstraction: An Interview. *South Atlantic Quarterly*, Spring 2009

POSTONE, Moishe. *Tempo, trabalho e dominação social: uma reinterpretação da teoria crítica de Marx*. Tradução: Amilton Reis, Paulo César Castanheira. São Paulo: Boitempo, 2014

Política de Privacidade

Os nomes e endereços informados serão usados exclusivamente por esta publicação, não sendo disponibilizados a terceiros ou a outras finalidades.

ORIENTAÇÃO EDITORIAL

A *Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política* publica artigos acadêmico-científicos de diversas tendências teóricas inspiradas em Marx, Keynes, Schumpeter, entre outros, desde que mantenham atitude crítica em relação ao capitalismo ou expressem oposição teórica às correntes ortodoxas, liberais ou neoliberais. Ademais, o periódico faz opção clara por artigos que não privilegiam a linguagem da matemática e não tratam a sociedade como mera natureza.

Em suma, a *Revista da SEP* discorda fortemente dos critérios de cientificidade dominantes entre os economistas por considerá-los inadequados e falsos. Considera, além disso, que esses critérios têm sido usados como forma de discriminação contra o que há de melhor e mais relevante em matéria de investigação científica nessa esfera do conhecimento.

Dentro desta orientação editorial e respeitados os requisitos básicos de um trabalho científico de qualidade, a *Revista da SEP* mantém o compromisso de julgar com isenção os trabalhos submetidos.

Faculdade de Economia – Universidade Federal Fluminense
Campus do Gragoatá, bloco F, sala 519 – Niterói, RJ - 24240-225
www.sep.org.br – sep@sep.org.br
www.revistasep.org.br

Acessar o sistema *on-line* da Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política em <http://revistasep.org.br> ou enviar *e-mail* para a equipe editorial pelo endereço revista@sep.org.br.

